



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FEAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

GERLÂNIA DANIELLE ALBUQUERQUE MAGALHÃES

**A CORRENTE DOS NOVOS DESENVOLVIMENTISTAS PRECURSORES NO
BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 2000: UMA ANÁLISE SOBRE SUA EFICÁCIA
NA ECONOMIA BRASILEIRA À LUZ DO VELHO DESENVOLVIMENTISMO.**

MACEIÓ

2018

GERLÂNIA DANIELLE ALBUQUERQUE MAGALHÃES

**A CORRENTE DOS NOVOS DESENVOLVIMENTISTAS PRECURSORES NO
BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 2000: UMA ANÁLISE SOBRE SUA EFICÁCIA
NA ECONOMIA BRASILEIRA À LUZ DO VELHO DESENVOLVIMENTISMO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Maria Rita Milani

MACEIÓ

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

M188c Magalhães, Gerlânia Danielle Albuquerque.

A corrente dos novos desenvolvimentistas precursores no Brasil a partir da década de 2000 : uma análise sobre sua eficácia na economia brasileira à luz do velho desenvolvimentismo / Gerlânia Danielle Albuquerque Magalhães. – 2019. 106 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Rita Milani.

Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 99-106.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimentismo, Novo. 3. Pereira, Luiz Carlos Bresser, 1934- Teoria da política econômica. 4. Política econômica I. Título

CDU: 338.22.01

GERLÂNIA DANIELLE ALBUQUERQUE MAGALHÃES

“A Corrente dos novos desenvolvimentistas precusores no Brasil a partir da década de 2000:
Uma análise sobre sua eficácia na Economia Brasileira à luz do velho desenvolvimentismo”

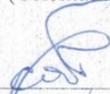
Dissertação submetida ao corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 05 de novembro
de 2018.

Banca Examinadora:



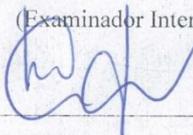
Prof. Dra. Ana Maria Rita Milani (FEAC-UFAL)

(Orientadora)



Prof. Dr. Cid Olival Feitosa (FEAC-UFAL)

(Examinador Interno)



Prof. Dra. Marlene Grade (UFSC – com participação via web conferência)
(Examinadora Externa)

Aos meus pais, Inácia e Geraldo que sempre acreditaram e se dedicaram o máximo, não medindo esforços para esta conquista acontecer.

Dedico!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder tão grandiosa oportunidade, guiar e iluminar minha caminhada até aqui, pois minha fé foi minha fortaleza para chegar até o fim.

Aos meus familiares, em especial, a minha mãe Inácia Matias de Albuquerque e ao meu pai Geraldo Magalhães, que me apoiaram e tornaram os meus sonhos os seus. Por cada palavra de incentivo, pelos ensinamentos, por estarem sempre ao meu lado, por compreenderem meus momentos difíceis e acreditarem na minha conquista. E ao meu irmão, Davi Henrique pela existência, pela companhia e apoio. Amo muito vocês.

Ao meu namorado, Antônio Edson, pela força, pelas palavras de conforto, pela enorme ajuda, pelo carinho, paciência, por acreditar na minha vitória e estar sempre do meu lado me incentivando sempre. Te amo!

As minhas amigas Larissa Cavalcante, Iane Azevedo e Vanessa Almeida, que mesmo à distância, acompanharam toda minha jornada e torceram muito por essa conquista. Obrigada pelo carinho, atenção e pela verdadeira amizade.

À Prof.^a Dra. Ana Maria Rita Milani, pela dedicação em suas orientações, pela paciência, confiança, pela ajuda em cada detalhe, por todo incentivo e conhecimento, não somente durante essa etapa, mas em todo o decorrer do curso, e também aos professores da banca examinadora pela disponibilidade.

A todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, em especial ao Prof. Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Junior que além de contribuir com seu rico conhecimento pra minha formação acadêmica, se tornou um grande amigo que levarei para toda vida.

Aos meus colegas de curso: Adeilton Filho, André Taboza, Bruna Silva, Lucas de Barros, Karine da Silva, Rafael Silva, Romulo Sales, Vitor Pereira, que dividiram comigo momentos de alegria e dificuldades, em especial, Ermeson Henrique e a Natália Souza que com toda paciência, disponibilizaram tempo e conhecimento, com intenção de sempre ajudar a todos da turma. Vou ser sempre grata a vocês.

E claro, aos meus dois companheiros diários: Arcenor Gomes e Larissa Daiana, que não apenas dividi morada, mas sim experiências, momentos de alegria, sofrimento e o mais importante, momentos de companheirismo, pois enfrentando a distância de nossas casas nos apoiamos uns aos outros e foi isso que me ajudou a diminuir um pouco a ausência da família. O meu muito obrigada pela amizade, foi muito bom poder dividir essa caminhada com vocês.

Agradeço também a coordenação do curso de Mestrado em Economia Aplicada da UFAL, por toda assistência e dedicação a todos os alunos durante o curso e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio financeiro.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para o cumprimento dessa árdua jornada.

“Por mais árdua que seja a luta, por mais distante que um ideal se apresente, por mais difícil que seja a caminhada, existe sempre uma maneira de vencer: A Nossa Fé.”

(Autor desconhecido)

RESUMO

A formação histórica do desenvolvimentismo apresentou um Estado forte, indutor do desenvolvimento, deixando marcas na formação da sociedade e estabelecendo transformações sociais. O interesse crescente pelo tema do desenvolvimentismo, após o esgotamento do neoliberalismo, leva-nos a refletir sobre a eficiência desse novo pensamento para o Brasil. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar, por meio da trajetória econômica do país, sobre a tese do “novo desenvolvimentismo”, considerando a corrente dos novos desenvolvimentistas precursores como foco da pesquisa, defendida principalmente por Bresser Pereira. Para tanto, foi realizada uma breve exploração teórica e histórica sobre o processo desenvolvimentista no Brasil, perpassando também pelas importantes contribuições da CEPAL sobre a ideia de subdesenvolvimento. Realizou-se, ainda, uma análise sobre as definições da teorização do novo desenvolvimentismo e suas diferentes correntes. Visando melhor esclarecimento do tema para o debate, foi observada a trajetória econômica a partir do primeiro mandato do governo Lula até o primeiro mandato do governo Dilma, tentando expor os resultados da economia brasileira diante da adoção das políticas orientadas por uma das correntes do novo desenvolvimentismo, a chamada social desenvolvimentista, e ainda a visão de Bresser Pereira a respeito dessas políticas empregadas. Desta forma constatou-se que, apesar do novo desenvolvimentismo trazer consigo o resgate a ideia desenvolvimentista, a nova teoria tem como principal objetivo a prática de políticas macroeconômicas, não apresentando a devida importância as questões sobre o subdesenvolvimento, a qual envolvem inserção internacional, o tema centro-periferia, e principalmente a implementação de políticas para uma indústria ativa e competitiva, problemas esses considerados não superados no país. Além disso, a nova teoria apresenta posições de um liberalismo enraizado embora seus autores apontem ser críticos ao neoliberalismo. Faz-se então necessário a retomada de uma agenda de pensamentos reais desenvolvimentistas que reforcem a importância da indústria para o desenvolvimento econômico nacional e mudanças estruturais de longo prazo.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Novo Desenvolvimentismo. Bresser-Pereira.

ABSTRACT

The historical development of developmentalism presented a strong state, inducing development, leaving marks in the formation of society and establishing social transformations. The growing interest in the topic of developmentalism after the depletion of the neoliberal, leads us to reflect on the efficiency of this new thinking for Brazil. Therefore, the main objective of this work is to criticize, through the economic trajectory of Brazil, the thesis of the "new developmentalism" defended mainly by Bresser Pereira considering the current of the new precursor developmentalists as the focus of the research. In order to do so, a brief historical and theoretical exploration of the developmental process in Brazil was carried out. It was also related to the important contributions of CEPAL to the idea of underdevelopment. An analysis was also made of the definitions of the theorizing of new developmentalism and its different currents. Aiming for greater aggrandizement for the debate, the economic trajectory was observed from the first term of the Lula government until the first term of the Dilma government, trying to expose the results of the Brazilian economy before the adoption of policies guided by one of the currents of the new developmentalism, the called social developmentalist, and also the vision of Bresser Pereira regarding these policies employed. In this way, the new theory has as its main objective the practice of macroeconomic policies, not giving due importance to the issues of underdevelopment, which involve international insertion, center-periphery theme, and especially the implementation of policies for an active and competitive industry, problems that are considered unsurpassed in the country. Moreover, the new theory presents positions of a rooted liberalism although its authors point out to be critical to neoliberalism. It is necessary to resume an agenda of real developmental thinking that reinforces the importance of industry for national economic development and long-term structural changes.

Key-Words: Development. New Developmentalism. Bresser-Pereira.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Cinco preços macroeconômicos	41
QUADRO 2: Detalhamento da estrutura PDP.....	53
QUADRO 3: Planos Plurianuais dos Governos Lula e Dilma	57
QUADRO 4: Políticas do novo desenvolvimentismo e as reais existentes.....	94

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Doença holandesa, equilíbrio industrial, equilíbrio corrente e o equilíbrio de mercado ..	38
FIGURA 2: Ciclo virtuoso entre a produtividade e o salário	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: As teses da Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento.	36
TABELA 2: Desembolso do BNDES em % no total da indústria de transformação.....	54
TABELA 3: Evolução dos Gastos Sociais do Governo Central – Total dos Gastos diretos e tributárias (%) PIB – Brasil – 2002 a 2015 PIB	58
TABELA 4: Taxa de crescimento dos investimentos públicos ao ano (%) – 1998/2015.....	61
TABELA 5: Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) - produto interno bruto (PIB) 2000- 2014.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Evolução do PIB no período de 2000-2016 (%).....	61
GRÁFICO 2: Componentes do PIB por setor (%)	63
GRÁFICO 3: Produção industrial do Brasil, 2002-2016 (índice janeiro/2002=100).....	64
GRÁFICO 4: Taxa de câmbio – livre – Dólar americano (venda) – Média de período – mensal – u.m.c/US\$......	66
GRÁFICO 5: Exportações e Importação Total (MDIC) - US\$.....	67
GRÁFICO 6: Evolução da participação por intensidade tecnológica da pauta exportadora brasileira (em % do total exportado).....	68
GRÁFICO 7: Evolução da taxa de juros SELIC (%).....	70
GRÁFICO 8: Comércio bilateral do Brasil com a China, 2002-2014 (em US\$ bilhões)	72
GRÁFICO 9: Exportações brasileiras para China por setor, 2002-2014 (em US\$ bilhões).....	73
GRÁFICO 10: Importações brasileiras da China por setor, 2002-2014 (em US\$ bilhões).....	74
GRÁFICO 11: Índice nacional de preços ao consumidor-amplo (IPCA) Inflação - Var. %.....	75
GRÁFICO 12: Correspondência direta entre o saldo em conta corrente e a taxa de câmbio.....	81
GRÁFICO 13: Evolução da Taxa Real Efetiva de Câmbio e da Participação da Indústria de Transformação no PIB da Economia Brasileira (2003-2010).....	84
GRÁFICO 14: Exportações e Importações. Ind. Transformação (em US\$ bilhões).....	85
GRÁFICO 15: Salário Mínimo e Produtividade do Trabalho – Brasil, (em %). (Crescimento cumulativo desde o 1º Trimestre de 2004)	90
GRÁFICO 16: Custo Unitário do Trabalho em dólar (CUT\$) e reais (CUT) – Índice 2004=1	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- C&T** – Ciência e Tecnologia
- COPOM** – Comitê de Política Monetária
- CNI** – Confederação Nacional da Indústria
- DEPECON** – Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia
- DGT** - Demonstrativos dos Gastos Tributários
- FBCF** – Formação Bruta de Capital Fixo
- F&A** – Fusão e Aquisição de Empresas
- FIESP** - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- ICT'S**- Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação
- INPC** – Índice Nacional de Preços ao consumidor
- INPI** – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MEC** – Ministério da Educação
- MCTI** – Ministério de Ciência Tecnologia e Inovações
- MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MTPS** – Ministério do Trabalho e Previdência Social
- MPES** – Micro e Pequenas Empresas
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PBM** – Plano Brasil Maior
- PDP** – Política de Desenvolvimento Produtivo
- P&D** - Pesquisa e Desenvolvimento
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PITCE** – Pesquisa de Inovação
- PPA** – Planos Plurianuais
- PPC** - Paridade do Poder de Compra
- PROCAMINHONEIROS** – Programa de Financiamento de Caminhoneiros
- PROCOMP** - Programa de Competitividade das Empresas do Setor Industrial
- PROFARMA** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica

PROGEREN - Programa de Apoio e Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda

PROSOFT – Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Produtos Correlatos

PT - Partidos dos Trabalhadores

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIDOR – Sistema Integrado de Dados Orçamentários

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. CONTEXTUALIZAÇÃO ANALÍTICA: AS FACES DO CONCEITO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTISMO	25
2.1 A teorização do Subdesenvolvimento.....	25
2.2 Velho – Desenvolvimentismo: A contextualização desenvolvimentista no Brasil.....	30
2.3 Novo – Desenvolvimentismo: Uma visão para o desenvolvimento econômico.	34
2.3.1 Novo – Desenvolvimentismo precursor.....	34
2.3.2 A corrente dos novos desenvolvimentistas pós-keynesianos.....	43
2.3.3 Social Desenvolvimentismo: Uma visão social e suas divergências com o novo desenvolvimentismo precursor.	44
3. ANÁLISE DOS DADOS ECONÔMICOS NO BRASIL COM BASE NO RETORNO DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS A PARTIR DA DÉCADA DE 2000.	49
3.1 A implementação das novas ideias desenvolvimentistas no Brasil a partir do governo Lula – O social desenvolvimentismo.....	49
3.1.1 A Política Industrial.....	50
3.1.2 A Política Social.....	55
3.2 A trajetória do PIB e análise da política macroeconômica no governo petista	60
3.3 Análise da taxa de câmbio: Principal instrumento para o desenvolvimentismo precursor.....	66
3.4 Análise da taxa juros a partir da volta do pensamento desenvolvimentista.	69
3.5 Crescimento econômico brasileiro e a relação da alta exportação de <i>commodities</i> com a ascensão da economia da China e suas influências.	71
3.6 Análise da taxa de inflação.	75
4. A VISÃO DE BRESSER- PEREIRA SOBRE AS POLÍTICAS E AÇÕES DO GOVERNO PETISTA	77
4.1 Análise do autor em questão sobre a taxa de câmbio no governo petista (2003-2014)	79
4.2 A visão de Bresser sobre o comportamento da taxa de juros nos dois governos Lula e o primeiro mandato do governo Dilma.	87
4.3 A implantação do modelo <i>Wage-led</i> e a política de valorização do salário no governo petista na concepção do novo desenvolvimentismo precursor.	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
6. REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimentismo, caracterizado pelos processos de industrialização por substituição de importações de vários países latino-americanos, corresponde à tentativa de favorecer a periferia por meio da internalização da indústria e do progresso técnico com maior competitividade no mercado internacional e melhor relação lucro-salário para o trabalho, diminuindo assim a desigualdade social interna. Esse conceito corresponde à realidade histórica e política diante da experiência econômica da América Latina.

O corpo teórico e metodológico do termo desenvolvimentismo estabelece grande importância para a economia brasileira, qualificando distintos fenômenos e apresentando várias faces e correntes. Ao longo do período de expansão industrial no Pós II Guerra Mundial, a busca para se alcançar o crescimento e desenvolvimento eram os principais motores para superação do atraso econômico, focado em uma ótica de que o desenvolvimento significa progresso econômico, político e social.

Todavia, ao passo que os países foram trilhando o desenvolvimento, a economia mundial foi se configurando de acordo com a seguinte estrutura: centro (composto por países desenvolvidos de industrialização avançada) e periferia (correspondente aos países subdesenvolvidos, primário-exportador), estes se desenvolveram em ritmos diferentes. Assim, compreende-se que o subdesenvolvimento está na ocorrência de acontecimentos históricos que incorporam as nações à economia internacional, porém de maneira distinta (PREBISCH, 1949).

A proposta do desenvolvimento a frente das vantagens comparativas de David Ricardo expõe um centro produtor de bens industrializados de significativo valor agregado, no qual o progresso técnico foi bem absorvido, elevando a produtividade de todos os setores, e uma periferia produtora de bens primários fornecedora de matérias-primas e alimentos com progresso técnico restrito ao setor exportador. Esse fato provocou uma deteriorização dos termos de troca, com ganhos consideravelmente maiores na indústria perante a atividade primária.

Diante esses problemas acima apontados, considerados como características principais do subdesenvolvimento, foi criada em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) com o propósito de estudar os problemas dos países latino-americanos numa perspectiva histórica e de longo prazo. Com inspiração na teoria keynesiana, buscava-se entender as principais dificuldades enfrentadas por esses países, a qual impossibilitavam

atingir o bem-estar econômico e social dos países desenvolvidos considerados de capitalismo moderno, a partir de uma crítica ao pensamento neoclássico e a teoria das vantagens comparativas.

Dentro das transformações no âmbito econômico da América Latina, o Brasil apresentou mudanças econômicas e sociais que foram responsáveis pela radical transformação no perfil do país. Até então, mostrava-se com uma economia de base agrícola e uma indústria incipiente, demonstrando que estratégias de mudanças eram realmente necessárias para o processo de desenvolvimento do país.

O desenvolvimentismo tinha como pontos fundamentais a participação da indústria de forma integral e acentuada no país, como uma possível superação da pobreza e do subdesenvolvimento, como também a intervenção do Estado e o aumento da expansão dos recursos financeiros (BASTOS.C. P; D'AVILA.J. G, 2009).

Assim, dentre as mudanças, a mais significativa foi a incorporação da industrialização em larga escala atrelada ao modelo de substituição de importação decorrente da chamada Era Desenvolvimentista (1930 a 1980), expondo uma nova concepção do desenvolvimento econômico do país influenciado pela corrente nacional desenvolvimentista, na qual é considerada hoje como “velho desenvolvimentismo”. Neste contexto, o Estado atuou como principal responsável pelo investimento em indústria de base, tornando a indústria o setor líder do crescimento da economia (FORJAZ, 1984).

Dividida em dois ciclos ideológicos, a Era Desenvolvimentista apresentou o primeiro ciclo no período 1930 a 1964, no qual três correntes de pensamentos foram desenvolvidas: a corrente do setor privado, do setor público não nacionalistas e setor público nacionalista. Essas correntes tiveram grande influência no que se refere ao processo de desenvolvimento do Brasil, determinada pela ideologia de transformação da sociedade brasileira a partir do desenvolvimento social e econômico em oposição às ideias socialistas e neoliberais. Já o segundo ciclo referiu-se ao período de 1964 a 1980, caracterizado por fases de amadurecimento, auge e fragilização da economia e do pensamento desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 2012).

Sumariamente no caso brasileiro, as políticas de desenvolvimento permitiram a retomada do crescimento. A indústria de bens duráveis, portanto, se mostrou no auge do ciclo de expansão e as exportações foram beneficiadas pela desvalorização cambial, entrada líquida de empréstimos e investimentos diretos (CORAZZA, 1986).

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1970, em especial nos anos 1980, inicia-se no Brasil o declínio do ciclo desenvolvimentista, em razão da mudança na

conjuntura internacional e principalmente pela crise da dívida externa a qual o país sofria, abrindo caminho para alta inflação que ocasionou na falta de resultados internos das políticas econômicas e sociais.

Diante da instabilidade econômica vivida a partir década de 1980, o país sofreu forte pressão pela abertura comercial e financeira, que foi se consolidando de forma lenta e gradual. Assim, para os neoliberais, o modelo de substituição de importações havia falhado e a ortodoxia convencional tomou espaço por meio de uma ideologia exportada (que não refletia as preocupações nem interesses nacionais) baseada na tese da globalização. Dentro dessa nova ideologia, o mercado é o principal responsável pela coordenação econômica, agora desenvolvida através de debates girando em torno de projetos de estabilização econômica de curto prazo.

O fracasso resultante do modelo neoliberal apresentado no Brasil, convertendo-se em baixo índice de crescimento e de semi-estagnação, revitaliza a ideia do desenvolvimentismo no país através da formação de um grupo considerado como “novo desenvolvimentismo”, agora direcionado ao debate macroeconômico. Em formação desde 2001.

Essa teoria do novo desenvolvimentismo, por sua vez, apresenta a proposta de compatibilizar altas taxas de crescimento econômico com igualdade social, reformulando medidas de políticas macroeconômicas relacionadas a programas sociais, reforma no sistema financeiro, educacionais e de inovação tecnológica e ainda trazer, diferente ao velho desenvolvimento, um novo modelo no qual o Estado e o mercado são vistos como elementos complementares. Assim sendo, o Estado teria o papel de estabilizar preços, reduzir as incertezas, atuando diretamente no mercado dando previsibilidade aos riscos que o investimento privado corre.

Entretanto, no que se refere a teoria do novo desenvolvimentismo, apresentado como um “programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal”, é incorporado elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento como o livre comércio de produtos, a livre circulação de capitais atrelado a intervenção do Estado nas suas funções distributivas e principalmente estabilizadora (GONÇALVES, 2012).

Conforme Mollo & Amado (2015), o novo desenvolvimentismo subdivide-se em três grupos: os novos-desenvolvimentistas precursores (Bresser, 2006), os novos desenvolvimentistas pós-keynesianos (Sicsú *et al*, 2005) e os social-desenvolvimentistas (Bielschowsky, 2012). Cada um com sua variável-chave de destaque. Os novos-desenvolvimentistas precursores ligados a taxa de câmbio competitiva; a corrente novo-desenvolvimentista pós-keynesiana foca em taxa de juros mais baixas e a corrente social-

desenvolvimentista é direcionado ao consumo de massas. E mesmo diante dos diferentes caminhos, todas essas correntes cercam um objetivo comum “[...] um aumento de demanda que garanta impulso ao crescimento da economia, daí seu caráter heterodoxo.” Mollo & Amado (2015, p. 22)

Para Ricardo Bielschowsky (2005) o novo desenvolvimentismo é o posicionamento de busca de transformações estruturais com participação do Estado que almeja alcançar diversificações produtivas, aumentos da produtividade e de competitividade, redutores da vulnerabilidade externa, bem como alcançar avanços sociais. Mas apresenta algumas divergências em relação à extensão e eficácia de políticas industriais, no qual poderia ser mais enfatizado a autonomia de inserção competitiva internacional.

De acordo com Bresser-Pereira (2015), um dos principais pioneiros e idealizadores do novo desenvolvimentismo precursor (principal corrente a ser analisada no trabalho), essa vertente está baseada na macroeconomia desenvolvimentista, defendendo a ideia de que nos países em desenvolvimento existe uma forte tendência a sobreapreciação cíclica (representada de crise em crise) e crônica (apresentada no longo prazo) da taxa de câmbio.

Por sua vez, essa macroeconomia está preocupada com a instabilidade de preços, instabilidade financeira e crescimento econômico. Então, é argumentado que para uma economia se desenvolver é preciso que cinco preços estejam “certos”, se tornando os pilares da teoria do novo desenvolvimentismo, são eles: a taxa de lucro, taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de salários e taxa de inflação, que serão especificados no decorrer do trabalho. Essa corrente está fundamentada principalmente a partir da experiência dos países Leste Asiáticos (Japão, Coreia, Taiwan, Singapura e China) que apresentaram um alto nível de crescimento econômico adotando a política dos preços “certos” supracitados (BRESSER-PEREIRA, 2015).

Diante das políticas adotadas no período petista (nos dois mandatos do governo Lula, principalmente), assistiu-se então à adoção de uma estratégia de crescimento substanciada na generalização do consumo de massa através do Social Desenvolvimentismo. Sendo assim, as novas ideias, (perante o momento favorável da economia mundial) tiveram resultados positivos como: melhoria na distribuição de renda e nos indicadores sociais, contribuindo para o crescimento repentino mas com um contraditório e também rápido enfraquecimento, seguido de problemas estruturais e conjunturais; baixo nível de investimento; balança de pagamento superavitária mas especializada em *commodities* e um PIB apresentando oscilações em todo período das políticas sociais desenvolvimentistas implantadas.

A partir de 2011, a indústria não recuperou seu ritmo diminuindo em média de 4,94% no período de 2002-2010 e o período de dinamismo que ocorreu em um espaço curto de tempo não foi capaz de cobrir as deficiências herdadas pelo período anterior de estagnação, no qual era necessário um alto nível de investimento em inovação e modernização em médio e longo prazo (PEREIRA; DATHEIN, 2016).

Diante deste cenário, Bresser-Pereira (2014) ressalta que, a corrente do novo desenvolvimentismo precursor mostra-se como atual alternativa para o desenvolvimento do país sendo apresentado pela macroeconomia desenvolvimentista e definida pelos cinco preços macroeconômicos já mencionados, destacando a taxa de câmbio como principal variável para o crescimento.

Portanto, diante da importância dessa teoria para o Brasil, o trabalho busca o entendimento sobre a crítica referente ao processo de desenvolvimento considerado utópico para alguns autores, no qual se vem debatendo no âmbito político-intelectual brasileiro. Contudo, a problemática da pesquisa parte da ideia de que, diante de uma série de mudanças estruturais pelas quais o Brasil sofreu desde sua abertura econômica, ressurgiu a partir dos anos 2000 tanto no ambiente acadêmico quanto políticas discursões sobre o conceito desenvolvimentista e a questão social.

Assim, dentro deste contexto o presente trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: Porque o novo desenvolvimentismo é considerado como sendo insuficiente para a superação do subdesenvolvimento?

Dada a necessidade de se manter em evidência o debate acerca do desenvolvimento no Brasil, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar (perante à trajetória econômica do país) a tese do novo desenvolvimentismo defendida principalmente por Bresser Pereira e considerada como sendo a corrente dos novos desenvolvimentistas precursores.

Especificamente, buscou-se:

- ✓ Analisar os atuais dados econômicos no Brasil diante da retomada das ideias desenvolvimentistas.
- ✓ Apontar a visão de Bresser Pereira a frente das políticas adotadas através do Social Desenvolvimentismo.
- ✓ Verificar o contraponto existente sobre a importância da mudança estrutural trazida pelos “velhos desenvolvimentistas”, a qual não é defendida pela nova corrente, mas que se faz relevante para o desenvolvimento do país.

- ✓ Constatar se as políticas propostas acerca dos cinco preços macroeconômicos defendidos pela teoria, são suficientes para o real desenvolvimento do Brasil.

Quanto à metodologia, o trabalho faz a opção pelo método qualitativo, esta opção se justifica porque o método escolhido permite qualificar dados coletados durante análise do problema. Enquanto ao procedimento, este trabalho caracterizou-se por meio de observação indireta, porque consistiu em levantamentos de dados possíveis sobre o assunto pesquisado recolhendo informações preliminares sobre a área.

A pesquisa ainda pode ser classificada como bibliográfica, isto porque foi necessária a busca sobre o tema baseados em livros, revistas especializadas, trabalhos acadêmicos, informações de órgãos governamentais, etc. Em especial, foram levantados e fichados diversos estudos acadêmicos sobre esta questão, se destacando os trabalhos de (BRESSER-PEREIRA, L. C., 2015); (BIELSCHOWSKY, R., 2000); (OREIRO; FEIJÓ, 2010) que relatam os conceitos da teoria do novo desenvolvimentismo e sua importância para o desenvolvimento do país. Com o intuito de aprofundar o conhecimento necessário para o desenvolvimento do trabalho, busca-se ainda analisar as críticas impostas a essa teoria com o objetivo de alcançar o entendimento do tema proposto.

O trabalho caracterizou-se como sendo de caráter exploratório. Segundo Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória permite esclarecer e modificar conceitos e ideias, formulando problemas mais evidentes e hipóteses que desenvolvem resposta para o estudo realizado.

O estudo se destaca pelo fato de abordar uma temática que emergiu recentemente no Brasil através dos dados pesquisados, os quais apontam um país com um crescimento repentino e não sustentável, ou seja, houve distribuição de renda, mas o desenvolvimento se manteve em curto prazo. Ademais, o tema contribui para o debate uma vez que apresenta uma perspectiva crítica às alternativas propostas pela teoria do novo desenvolvimentismo diante do cenário atual. Por fim, deverá contribuir para a formação do arcabouço existente e demais pesquisas futuras sobre o tema e ainda mostra ser uma pesquisa relevante pelo fato de haverem poucos trabalhos analisando de forma crítica o novo desenvolvimentismo.

Além dessa introdução, o trabalho é composto por três capítulos. O capítulo II apresenta o referencial teórico, na qual aborda o novo desenvolvimentismo através da visão de seus idealizadores. O capítulo III aborda uma análise sobre a trajetória econômica e a contextualização da economia brasileira através da análise das políticas implementadas no período dos dois mandatos do governo Lula e o primeiro mandato do governo Dilma. O capítulo IV apresenta a visão do principal idealizador da teoria novo desenvolvimentista no Brasil (Bresser-Pereira), especificamente a nova teoria desenvolvimentista precursora. O

referente autor aponta críticas relacionadas as políticas implantadas nos governos em questão, as quais estão diretamente ligadas a prática social desenvolvimentista. Assim, expõe como solução a implementação das estratégias da nova teoria desenvolvimentista, que de forma macroeconômica direcionam políticas que ao ver do autor transformaria o país e levaria ao esperado desenvolvimento. Por fim são apresentadas as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ANALÍTICA: AS FACES DO CONCEITO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTISMO

Os autores da tese desenvolvimentista dispõem-se da ideia que existe a possibilidade de o sistema capitalista nacional construir um crescimento justo e esse crescimento só será possível por intermédio da efetivação das estratégias de desenvolvimento. Sendo assim, é presumível que o desenvolvimentismo só existe dentro da concepção de um sistema capitalista (Bielschowsky & Mussi, 2006).

Isto posto, propõe-se neste capítulo, uma breve discussão sobre as diversas correntes dentro da “velha” e “nova” teoria desenvolvimentista a qual expõe termos suficientes para a seguinte formulação: o desenvolvimentismo elabora políticas econômicas formuladas e/ou executadas, de forma deliberada por governos (nacionais ou subnacionais) para, por meio do crescimento, transformar a sociedade com intuito de alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista .

Contudo, é de extrema relevância contextualizar os aspectos do debate sobre o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento. Em seu contexto histórico, diversos autores enfatizam estudos sobre o tema, em especial Celso Furtado, especificando os determinantes da expansão econômica no Pós II Guerra Mundial e seus respectivos problemas, analisando como esta expansão gera desenvolvimento de forma desigual e desequilibrada.

2.1 A teorização do Subdesenvolvimento

Perante o contexto histórico, a Revolução Industrial permitiu a busca de novos mercados por meio da liberalização para o comércio internacional direcionado a três linhas distintas: I) a absorção de fatores produtivos com alto nível de produtividade; II) deslocamento de seus fatores produtivos a procura de novas terras equivalente as europeias e III) prolongamento da economia industrial junto a abundância de recursos naturais. Para Prebisch (1976), a Revolução Industrial trouxe consigo uma dualidade a qual demonstrava que a economia mundial se auto reproduziu em ritmos diferentes.

O período Pós II Guerra Mundial desencadeou discussões diretamente ligadas ao tema do crescimento com propósito de reconstruir o mercado europeu, passando a condicionar o

desenvolvimento econômico. Países como os Estados Unidos, o qual se encontrava livre de confrontos, também tinham como objetivo a elevação do crescimento no longo prazo mediante a expansão econômica de seus mercados.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento está associado ao progresso econômico, político e social, as quais sofrem ações contínuas e múltiplas de fatores institucionais, tendo como base a expansão industrial e a participação do Estado como condutor principal. É importante destacar que o desenvolvimento não é abstraído de sua estrutura social e tampouco a “formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação é concebível sem preparação ideológica” (FURTADO, 2000, p. 22).

Este autor destaca também que o desenvolvimento está diretamente ligado ao aumento de produtividade ao nível do conjunto de uma estrutura econômica complexa. Esse aumento se materializa por meio da inserção de formas mais eficientes na aplicação de recursos que implicam tanto acumulação de capital quanto inovação tecnológica. No entanto, o que de fato vem a ser o propulsor das modificações nas formas de produção é a forma de como a distribuição e a utilização da renda se estabelece (FURTADO, 1968).

Entretanto, essas metas para o alcance do desenvolvimento atuaram de forma distintas, e nem todos os governos obtiveram os mesmos resultados, ou seja, embora as taxas de crescimento representassem importante relevância, o cenário de atraso tecnológico e financeiro não foram convertidos a níveis de países desenvolvidos, sendo caracterizados como vertentes do subdesenvolvimento. Pois, enquanto suas exportações estavam ligadas aos produtos primários, as importações estavam voltadas aos produtos industrializados para abastecer a demanda interna, caracterizando o processo de desenvolvimento dependente.

Furtado destaca que, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estabelecem a concepção de estruturas sociais que resulta na prevalência de um ou de outro, tendo situações históricas que embora tenha o mesmo impulso social, podem ser consideradas distintas em relação ao processo de acumulação de capital (FURTADO, 2000).

De acordo com a visão e análise histórica cepalina, o subdesenvolvimento não era visto como uma fase e sim uma realidade que merecia ser analisada, a qual se mostra decorrente do próprio desenvolvimento da economia mundial paralelo ao tempo histórico, isso significa que o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma fase inevitável do processo de formação das economias capitalistas.

Além disso, a questão do subdesenvolvimento não era apenas um problema econômico, mas também um problema político devido às restrições econômicas internas sociológicas e políticas. Assim, a CEPAL tinha como foco contribuir com o desenvolvimento

econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo.

O conceito fundamental da CEPAL é o de centro-periferia¹ que surgia para analisar o desajuste na periferia entre a assimilação do progresso técnico e a base produtiva social local. Tendo em vista que enquanto os países do centro com industrialização avançada incorporavam novas tecnologias e forte capacidade de reter parte dos ganhos de produtividade e competitividade internacional com suas exportações e importações orientadas pelo investimento interno caracterizado como desenvolvimento autônomo, as economias periféricas de origem primário-exportadora, apresentavam-se incapazes de absorver os efeitos desse progresso técnico apresentando ainda uma sociedade heterogênea e polarizada que transferiam seus ganhos de produtividade para o centro.

Neste sentido, podemos destacar a tese apontada por Furtado (1966, p. 180) sobre o conceito centro-periferia relacionado ao subdesenvolvimento, a saber:

...a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro de uma estrutura preexistente. Este tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual, necessariamente, tenham passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

Como efeito, o subdesenvolvimento é relacionado ao entendimento da forma como são incorporados os progressos técnicos nos países centrais e nos países periféricos, decorrente do processo de industrialização de alguns países deste último, e como o progresso técnico se desenvolveu frente as estruturas e divisão internacional do trabalho, como afirma as palavras do pensamento cepalino:

Esse é um fenômeno essencialmente dinâmico. Procuraremos demonstrar que, em última instância, ele se explica, pela relativa lentidão com que desenvolvimento industrial do mundo vai absorvendo o excedente real ou potencial da população ativa dedicada às atividades primárias. O progresso técnico, como sabemos, tende a fazer com que se reduza a população empregada na produção primária. Mas essa diminuição tem-se efetuado, historicamente, com grande lentidão; enquanto isso, surgem na técnica produtiva outras inovações que impõem a necessidade de novos reajustes na distribuição da população empregada. Assim, em geral, há uma relativa abundância de potencial humano nas atividades primárias, que tende a pressionar continuamente os salários e os preços dos produtos primários e

¹ Segundo Bielschowsky (2000), o uso do termo “países periféricos” já era usado por Raúl Prebisch antes mesmo de integrar-se a CEPAL. O termo, explanava a fragilidade dos países latino americanos aos ciclos econômicos, convertendo-se em processos inflacionários, atraindo medidas econômicas não recomendadas.

que, com isso, impede a periferia de compartilhar com os centros industrializados o fruto do progresso técnico obtido por estes, mais ainda, impede essa periferia de conservar uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico (CEPAL, 2000, pp. 142-143).

Conforme Prebisch (1963), a periferia atuava como fornecedora de bens primários com funções específicas na produção de alimentos e matérias primas para as nações desenvolvidas que, por sua vez, forneciam bens industrializados com maior valor agregado. Assim, o centro desenvolvido era capaz de apropriar-se dos modestos progressos da produtividade da periferia, a ponto de existir uma relação desigual entre os preços manufaturados do centro e dos produtos primários da região periférica, tendo em vista que o progresso técnico acontece de forma mais acentuada na indústria. Esse fato resultara em deteriorização dos termos de troca, que consiste no aumento da oferta de produtos primários decorreria do excesso de mão de obra na agricultura e em uma tendência de queda ao passo que os produtos industriais cresciam.

As possibilidades de desenvolvimento para os países periféricos diante das suas exportações claramente se encontram limitadas dentro desse quadro. Dado a reflexão e compreensão dos problemas do desenvolvimento, é aberto o debate sobre a necessidade de corrigir os desequilíbrios internos e promover o bem-estar social com modificações estruturais e implementação de uma nova política de desenvolvimento industrial.

Assim, o Estado tinha o papel de intervir no processo de industrialização, viabilizando uma homogeneização no processo técnico produtivo para variados setores, revertendo a dinâmica da economia do setor externo para uma internalização. Essa implementação do setor industrial correspondente a chamada “modernização do processo produtivo” provocando o modelo voltado a substituição de importações que substituiria os produtos manufaturados externos pela produção industrial doméstica, resultando na passagem do modelo “para fora” (primário-exportadora), para um modelo de crescimento “para dentro” alcançando um deslocamento do centro dinâmico.

Todavia, Furtado (2009) afirma que, o problema do subdesenvolvimento que envolve os países periféricos é induzido pela busca da satisfação das elites nacionais, tendo em vista que o processo de desenvolvimento das economias centrais traz consequências nos hábitos de consumo das elites modernizadas na periferia. Isso acontece devido ao processo de industrialização decorrente da dependência cultural, a qual resulta no bloqueio do acesso das populações locais aos benefícios da maior integração do progresso técnico. Refere-se então ao

distanciamento entre o tipo de industrialização e as verdadeiras necessidades da população e do mercado doméstico. Segundo Furtado (1992):

O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização (FURTADO, 2000, p. 8).

A síntese anterior implica que foi incorporado uma tecnologia que não correspondia com o excedente interno, a produção era voltada para um conjunto de bens consumidos pelos grupos elitizados e modernizados, o que não possui relação com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país, mas sim com o perfil de demanda desses grupos.

Ademais, a introdução das empresas demonstrou que apenas uma pequena parte da mão de obra foi incorporada no capitalismo contemporâneo e os salários pagos estavam relacionados especialmente as condições do nível de subsistência e não pela produtividade, provocando a não incorporação da massa de lucros com economia local (FURTADO, 2009).

O fato está na compreensão da apropriação do acúmulo do capital, pois a utilização do excedente refere-se ao controle da estruturação de poder por grupos que não apresentam incentivo para evolução produtiva. A tentativa de acompanhamento da elite periférica aos hábitos de consumo dos países centrais resultou em uma constante procura pela maximização do excedente internalizado por essa elite, situação que remete a um dos principais motivos de diferenciação dos países no capitalismo mundial (PELLEGRINO, 2003).

A título de exemplificação, Furtado (1968, p. 75) explana a necessidade do progresso como precursor do desenvolvimento:

[...] o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo, o que implica transformações nas estruturas. Esse aumento de produtividade (e da renda per capita) é determinado por fenômenos de crescimento que tem lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que se concretizam mediante modificações na forma de distribuição e utilização da renda. O aumento da produtividade com respeito ao conjunto de força de trabalho de um sistema econômico somente é possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos, as quais implicam seja acumulação

de capital, seja inovações tecnológicas, ou mais correntemente a ação conjugada desses dois fatores. Por outro lado, o aumento do fluxo de renda é condicionado pela composição da procura, que é a expressão do sistema de valores da coletividade. Dessa forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e de evolução dos valores de uma coletividade.

Ao passo da compreensão, o autor ainda destaca na citação acima a distribuição e a utilização da renda como pontos para o desenvolvimento, levando em consideração que a concretização do mesmo é realizada de forma conjunta com a produtividade e representação da demanda. Todavia, para Furtado (1968) as inovações que constituem um cenário proficiente para os países periféricos são aquelas que se propõem aproximar as estruturas de custos a de preços dos países centrais.

Perante o processo desenvolvimentista latino-americano, mesmo com a ausência dos planejamentos direcionados a nova política de desenvolvimento, o Estado atuou tanto em menor como em maior grau como principal guia de transformações nos novos rumos que a economia apresentava. Essa forte participação pode ser notada mediante a criação de instituições, da centralização político-administrativa e a ampliação do intervencionismo.

Em síntese, o desenvolvimento econômico é observado por meio do complexo processo de mudança estrutural não só na forma de produção, mas também nas formas de distribuição de renda e especialmente na utilização da renda, sendo necessário o abandono de certas posturas de grupos que controlam o poder.

2.2 “Velho – Desenvolvimentismo”: A contextualização desenvolvimentista no Brasil

O processo de desenvolvimento do Brasil abrange diferentes fases e, especificamente, a partir da década de 1930 podemos destacar o período em que o país apresenta uma descontinuidade no que se refere ao modelo econômico agroexportador que vinha sendo mantido em todo período da República Velha. Assim, diante da necessidade de mudança que o país apresentava, o desenvolvimento era visto como um processo de criação de um panorama novo e atual.

Neste contexto, o termo “desenvolvimentismo” foi pensado como principal teoria para solucionar o problema do subdesenvolvimento. De acordo com Fonseca (2016), o desenvolvimentismo apresenta dois subtipos, os quais foram denominados diante à fragilidade

dos grupos empresariais privados por atuarem no crescimento industrial, são eles: “desenvolvimentismo dependente-associado” e o “nacional-desenvolvimentismo”.

Em suma o autor vai elucidar que o “desenvolvimento dependente-associado” relaciona-se aos investimentos externos, aliados a grandes empresas oligopolistas focado na produção de bens duráveis de consumo e na indústria pesada direcionadas a classes mais altas. Já o nacional-desenvolvimentismo – o qual, no Brasil tem como principal representante Celso Furtado - prioriza os investimentos e garante esse papel ao Estado, tendo como objetivo alavancar a industrialização para os bens de capital e intermediários, propondo também a integração dos trabalhadores urbanos e a devida “incorporação das massas”, vinculadas a segmentos das classes médias, conhecida com a expressão “populismo”.

O desenvolvimentismo trouxe para o Brasil a visão Cepalina associada aos governos Vargas e Juscelino Kubitschek. Embora seus valores variassem entre os países latinos americanos, os objetivos de buscar uma sociedade equilibrada, harmoniosa, com justiça social, soberania nacional e equidade são os mesmos, no qual envolvem a burguesia industrial, a burocracia pública e os trabalhadores urbanos, tudo isso dentro do pensamento keynesiano e da teoria do desenvolvimento econômico (BRESSER E GALA, 2012).

O conceito do desenvolvimentismo apresentado até então, exhibe para o Brasil uma Era Desenvolvimentista que foi desenvolvida entre os anos de 1930 e 1980. Segundo Bielschowsky (2012), essa Era ficou dividida em dois ciclos ideológicos:

- ✓ O primeiro ciclo foi um processo desenvolvimentista brasileiro originado entre o período de 1930 a 1964, organizou o debate sobre o nacional desenvolvimentismo;
- ✓ O segundo ciclo desenvolvimentista ocorreu entre 1965 e 1980, destacou-se pelo aprofundamento da internacionalização do processo de industrialização.

Para melhor compreensão sobre a Era Desenvolvimentista no Brasil, devemos analisar como se deu o processo do desenvolvimento brasileiro, destacando o ponto de vista das correntes que deram base a implantação das políticas adotadas. Neste contexto, dentro dos ciclos ideológicos, o desenvolvimentismo foi dividido em três correntes, que determinaram sua teoria a partir da esfera econômica, do problema da nação pelo papel do Estado-criador e da ideia do subdesenvolvimento. Essas correntes são denominadas como: I) setor privado; II) setor público não nacionalista e III) a setor público nacionalista (BIELSCHOWSKY, 2012).

A corrente desenvolvimentista do setor privado, no qual se destaca o nome de Roberto Simonsen como principal pensador pelo valor de suas ideias, revelava-se um pensamento antiliberal, que apoiava a intervenção do Estado no investimento a industrialização no país e a

importância dos empresários na participação do desenvolvimento, além do apoio governamental com medidas protecionistas, de planejamentos e inclusão dos investimentos nos setores básicos, o qual o setor privado não tinha alcance e fortalecimento do mercado interno (BIELSCHOWSKY, 2012).

Esta corrente defendia a lucratividade do capital privado nacional, com abordagem na preservação de mercados, isto é, valorizar o capital nacional diante da concorrência do capital externo. A corrente apresentava também objeção à elevação dos salários, em que o empresariado aceitava a intervenção estatal para fixar os salários mínimos e ainda a ampliação de crédito, não deixando faltar capital de giro suficiente para expansão de produção.

A corrente do pensamento do setor público não nacionalista, tendo como principal pensador o economista Roberto Campos, assim como a corrente do setor privado apoiava a intervenção do Estado como instrumento para o desenvolvimento. Além do Estado como atuante no investimento, a corrente defendia a participação do capital estrangeiro como sendo de bastante relevância, se mostrando muitas vezes preferível ao capital estatal, podendo assim dizer que não se opunha a participação do capital privado quando possível, mesmo sendo capital privado externo.

Demonstrava-se então que a necessidade pelo investimento externo se dava pela insuficiência do capital interno e privado e, conseqüentemente, a baixa capacidade de importar (BIELSCHOWSKY, 2012).

Além disso, essa corrente apoiava o controle à inflação apresentando medidas de estabilização monetária. Desta forma, é elencado que a causa da alta inflação poderia ser a questão da demanda viabilizada por déficits públicos e uma expansão de crédito acima do limite.

Por fim a corrente de pensamento desenvolvimentista do setor público nacionalista, como as demais correntes, apoiavam a intervenção do Estado agora de forma mais abrangente, agindo até no investimento de setores básicos defendendo ainda que a acumulação de capital não deveria ser por intermédio de capital estrangeiro e sim de capital interno com controle do Estado, para que o processo de industrialização não fosse prejudicado. Tal corrente teve como principal nome Celso Furtado, que apresentava suas técnicas cepalinas com objetivo de expansão dos planejamentos para o desenvolvimento do país (BIELSCHOWSKY, 2012)

Essa corrente demonstrava preocupações de cunho social e apontava medidas de ação política referentes ao desemprego, pobreza e ainda o atraso da questão cultural que o país

apresentava. Dentre essas medidas, o processo de industrialização seria uma possível solução para os problemas sociais.

Assim, no período pós Segunda Guerra, devido à forte recessão dos países desenvolvidos (tradicional produtores de bens de capital e demais produtos industrializados), o Brasil se sentiu motivado a voltar-se com uma intensidade maior para a produção nacional de produtos industriais, com objetivo de atender a demanda interna do país. No final da década de 1940 a industrialização foi impulsionada para o setor de bens intermediários como siderurgia, mineração e motores, considerados como industrialização pesada embora apresentando-se limitada (MELLO E SOUZA, 1994).

Diante do processo de industrialização por substituição de importações, a mesma constituiu um avanço em relação ao cenário de produção anterior a sua implementação e teve um ritmo de crescimento considerável no país. Conquanto, não representa um salto qualitativo significativo de desenvolvimento da periferia. A permanência da mentalidade própria das elites periféricas de dependência cultural resulta na deficiência nas estruturas sociais dessas nações, não permitindo a ruptura do subdesenvolvimento.

Por sua vez, a reflexão acerca do período da Era Desenvolvimentista é de que a industrialização embora tenha completado suas relações capitalistas, evoluiu na esfera de uma dinâmica contraditória diante de um cenário de fraca inovação e alta inflação que acabou pondo fim ao modelo, trazendo como consequências crises externas por toda América Latina, levando consigo sementes de sua própria destruição.

É notório, portanto, que o processo de industrialização no Brasil exigia novos investimentos e elevação de custos. "à tecnologia requerida para satisfazer as necessidades de uma população de baixo nível de renda pode ser mais cara, pois estará substituindo outra que, se bem mais sofisticada, tem custo de oportunidade zero para a empresa que a utiliza" (FURTADO, 1995).

Conforme observado por Bresser-Pereira (2006), o período da industrialização demonstrou em seu final um aumento substancial da relação capital-trabalho levando como consequência a concentração de renda e, em resposta, está a expansão da produção de bens de consumo de luxo denominado como "modelo de subdesenvolvimento industrial".

Resumidamente, para Furtado (1995) o progresso técnico só desenraizava o país do subdesenvolvimento se o mesmo tivesse em sua construção um sistema de controle das necessidades locais, ou seja, um desenvolvimento industrial diversificado, mas orientado pelas necessidades de mercado interno.

Desta forma, destaca-se que o desenvolvimentismo tinha como pontos fundamentais a participação da indústria como uma possível superação da pobreza e do subdesenvolvimento do país, uma vez que, de acordo com Suzigan (1988) a indústria se mostrava ineficaz e com pouca significância para o desenvolvimento do país, apontando ainda a necessidade da intervenção do Estado para alcançar a industrialização eficiente e o aumento da expansão dos recursos financeiros. Assim, era denominando que o Estado deveria assumir o papel de estrategista central por meio de planejamentos, coordenação econômica e financiamento, alcançando o desenvolvimento nacional autônomo.

2.3 Novo – Desenvolvimentismo: Uma nova visão para o desenvolvimento econômico

O novo desenvolvimentismo parte do princípio de que a industrialização implantada nos países da América Latina por si só seria incapaz de minimizar os problemas econômicos e políticos dos países latino-americanos, buscando se diferenciar da teoria do “velho” desenvolvimentismo, além de apresentar uma crítica às políticas macroeconômicas de juros altos e moeda apreciada das economias neoliberais.

Isto posto, é caracterizado três correntes apresentadas por Mollo & Amado (2015), são elas:

- I) A corrente dos novos-desenvolvimentistas precursores que enfatiza a importância dos mercados e sua relação com o Estado como regulador das falhas de mercado;
- II) A corrente dos novos desenvolvimentistas pós-keynesianos, nos quais sustentam que o papel do Estado deve ser o de reduzir as incertezas para incentivar o setor privado a tomada de decisões. Grande parte da solução se encontra na adoção de mecanismos de controle de capitais, que atuam na redução da volatilidade dos fluxos de capitais;
- III) E a corrente dos social-desenvolvimentistas que defendem o mercado interno por meio do aumento do consumo de massa, o aprofundamento das políticas de distribuição de renda e dos instrumentos de seguridade social, a introdução de uma política de valorização do salário mínimo e a expansão do crédito ao consumidor.

2.3.1 Novo – Desenvolvimentismo precursor

Tendo como principal representante Luís Carlos Bresser-Pereira², o novo desenvolvimentismo apresenta uma teoria histórico-dedutiva fundamentada no crescimento dos países do Leste asiático, como forma de buscar compreender o funcionamento da economia dos países em desenvolvimento, porém industrializados.

Esta nova abordagem é considerada como sendo o terceiro discurso sobre plano de política econômica no Brasil e denominada como estratégia de um possível desenvolvimento no estágio atual do capitalismo.

O termo “novo” refere-se a uma atualização do desenvolvimentismo clássico³, que foi qualificado como sendo uma teoria “velha”. Embora o termo “novo” traga consigo a origem e algumas ideias do “velho” - ainda que com um olhar crítico em alguns aspectos - traz também várias divergências, estratégias agora focadas na macroeconomia do desenvolvimento ainda não vista pelo desenvolvimentismo clássico.

Assim, dentre as ideias do “velho” desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira & Gala (2012), foram mantidas:

- ✓ A deterioração dos termos de troca;
- ✓ O desenvolvimento em seu caráter estrutural⁴;
- ✓ O subdesenvolvimento como contrapartida do desenvolvimento;
- ✓ Tendência dos salários a crescerem menos que a produtividade devido à oferta ilimitada de mão-de-obra;
- ✓ A participação do Estado, agora regulatório e administrativo.

Existem duas bases teóricas que denominam o novo pensamento desenvolvimentista: o estruturalismo latino-americano e a macroeconomia keynesiana. Essas bases intitularam a teoria de macroeconomia estruturalista de desenvolvimento, ou seja, a incorporação do estruturalismo com uma abordagem mais sistematizada da macroeconomia do desenvolvimento para países de renda média, que está exposta no livro “Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento: Teoria e Política Econômica do Novo Desenvolvimentismo” de Bresser-Pereira, Nelson Marconi e José Luiz Oreiro (2014).

² Foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia (1999).

³ Desenvolvimentismo Clássico é um termo denominado por Bresser-Pereira, no qual se refere ao nacional desenvolvimentismo surgido no final dos anos 40 elaborado pela CEPAL.

⁴ A teoria não abandona a política industrial, mas tal política passa desde então a ser residual e dependente da política cambial, deixando de ser o principal objetivo para o desenvolvimentismo, como era no desenvolvimentismo clássico.

Ao sistematizar o pensamento novo desenvolvimentista, os autores expõem as teses intituladas como os pilares para a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento que foram acrescentadas a teoria estruturalista original são:

TABELA 1: As teses da Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento

Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento	
1	Taxa de câmbio competitiva é essencial para o aumento da poupança interna e o investimento
2	Tendência estrutural à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio é causa de insuficiência de demanda para exportações.
3	Doença holandesa ⁵ , que sobreaprecia permanentemente a taxa de câmbio e impede ou dificulta industrialização.
4	Crítica à política de déficit em conta corrente ou de crescimento com poupança externa que aumenta mais o consumo do que os investimentos.
5	Como o equilíbrio externo, o equilíbrio fiscal é essencial para o desenvolvimento econômico.

Fonte: Reprodução parcial do “Quadro 1: Teoria estruturalista original comparada com a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” Bresser-Pereira & Gala (2012, p.31).

Em que pese a primeira tese, estabelece que uma taxa de câmbio competitiva é o motor fundamental para o desenvolvimento econômico, pois impulsiona o investimento voltado para a exportação, para o autor supracitado a taxa de câmbio competitiva por meio da própria exportação acaba elevando a poupança interna do país, isto é, o que liga a taxa de câmbio ao crescimento não é só o lado da demanda, mas também o lado da oferta que por sua vez tende a aumentar a poupança interna.

No que se refere à segunda tese, Bresser-Pereira (2015) aceita o pressuposto do pensamento Keynesiano, na qual descreve que a taxa de câmbio é volátil, porém, acrescenta que essa volatilidade pode apresentar depreciações de crise em crise de balança de pagamentos, demonstrando uma tendência a sobreapreciação cíclica e crônica nos países em

⁵ A doença holandesa foi identificada na Holanda em 1960 quando os holandeses descobriram gás de petróleo e passaram explorar esse recurso natural em abundância, e foi verificado que a alta exportação estava apreciando a taxa de câmbio e em consequência perceberam que a indústria estava sendo ameaçada. Então, entendeu-se por doença holandesa que a mesma é uma sobreapreciação permanente da taxa de câmbio ao longo prazo, que é causada pelo fato do país exportar *commodities* pode exportar a uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que a taxa de câmbio que é necessária para que as demais empresas do país que usam tecnologia competente sejam competitivas, denominando uma falha de mercado.

desenvolvimento, ou seja, são as crises na balança de pagamento que determinam seus ciclos. Não havendo uma política que administre a neutralização dessa tendência, esses ciclos cambiais iniciam-se por uma crise que leva a depreciação da taxa de câmbio de forma brusca, posteriormente é puxada para apreciação.

Assim sendo, esse movimento é condicionado por dois fatores estruturais, a taxa de câmbio é levada até o nível de “equilíbrio corrente”⁶ mediante a doença holandesa para em seguida, por meio dos fluxos de capitais atraídos pelas taxas de lucros e de juros elevadas, serem apreciadas levando ao déficit na conta corrente. Portanto, para o autor essa tendência a sobreapreciação da taxa de câmbio precisa ser neutralizada para que o país apresente desenvolvimento.

Já no tocante à terceira tese, o autor formula que a doença holandesa é caracterizada como principal causadora da sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio, a qual apresenta uma desvantagem competitiva, isto é, uma valorização de longo prazo da taxa de câmbio causada pela abundância de seus recursos naturais de baixo custo, que podem ser exportadas, usando esses recursos naturais a uma taxa de câmbio consideravelmente alta referente a que é necessária para as empresas competirem.

Dentro desse contexto, mesmo com progresso tecnológico, mas havendo doença holandesa, não se torna viável economicamente em um mercado competitivo. Assim, a “maldição dos recursos naturais” é denominada como falha de mercado por limitar as oportunidades de investimentos da indústria.

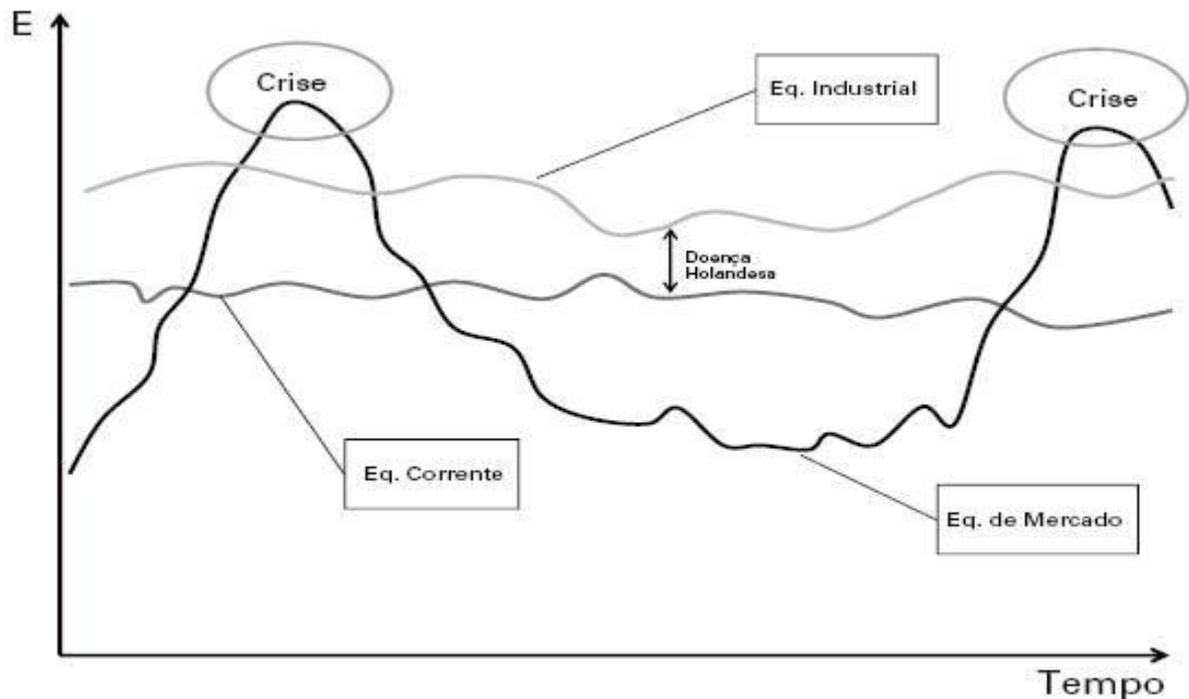
Para tanto, interpreta-se que os países (em sua maioria em desenvolvimento) de exportação relevante de *commodities* que proporcionam um importante acúmulo de capitais e apresentam também uma classe empresarial significativa, não demonstram uma indústria forte de bens comercializáveis, trazendo consigo a gravidade da doença holandesa.

Graficamente, Bresser (2010) vai expor que a doença holandesa se caracteriza na diferença entre dois valores da taxa de câmbio: o equilíbrio corrente já aqui ressaltado e também o “equilíbrio industrial”⁷. Na figura 1 é verificada justamente essa distância entre esses dois valores e ainda a taxa de câmbio do mercado que corresponde diretamente a tendência já aqui mencionada sobre a sobrevalorização cambial de forma cíclica e crônica.

⁶ É a taxa de câmbio que equilibra a conta corrente do país, isto é, o seu valor garante uma rentabilidade satisfatória para as empresas que atuam no comércio exterior e geram um volume de exportações e importações ocasionando um equilíbrio em transações correntes do balanço de pagamentos.

⁷ Consiste no nível da taxa de câmbio onde as empresas nacionais (que trabalham com tecnologia no estado da arte mundial) sejam competitivas no mercado internacional.

FIGURA 1. Doença holandesa, equilíbrio industrial, equilíbrio corrente e o equilíbrio de mercado



Fonte: Bresser-Pereira (2010). Elaboração do autor.

Em resumo, o gráfico indica que, considerando a crise e a desvalorização da moeda como ponto de partida do ciclo, tem-se início (devido aos fatores já aqui relatados) a operação de forças para processo de valorização da taxa de câmbio. Por conseguinte, a linha de “equilíbrio do mercado” (tendência a sobrevalorização da moeda) cruza a linha de equilíbrio industrial apreciando a taxa de forma contínua, passando pela linha do equilíbrio corrente até o ponto máximo de sua apreciação por longo prazo causando déficit em conta corrente explicado na tese a seguir. A partir de então, os credores perdem a confiança para novos empréstimos, a qual se tem a retomada da crise causando novamente a depreciação brusca da moeda, gerando assim um ciclo crônico.

Por sua vez, a quarta tese certifica que a política de crescimento com endividamento externo por meio de déficit em conta corrente condiciona também a sobrevalorização da taxa de câmbio e, por conseguinte a substituição da poupança interna pela externa. A consequência da doença holandesa e dos fatores que estimulam a entrada de capitais, traz para o país o aumento de consumo externo e não de investimento, pois com a taxa de câmbio sobrevalorizada os preços dos bens internacionais são baixos, diminuindo assim o lucro dos empresários locais levando a baixo investimento.

Além disso, o empresário ao decidir se vai investir ou não é preciso saber se sua empresa é competitiva, (considerando que empresário utilize a tecnologia no “estado da arte mundial”), desse modo é verificado se é viável importar a mesma mercadoria que o próprio produz localmente. Tendo em vista a apreciação da moeda nota-se que para esse empresário seria mais factível a importação desse produto e não o investimento em sua empresa.

Por fim, a quinta tese argumenta diante da responsabilidade fiscal, o déficit público que enfraquece o Estado e causa inflação, sendo semelhante ao déficit corrente que também enfraquece o sistema econômico, considerados como irresponsabilidade cambial e fiscal respectivamente. Entretanto, para que haja desenvolvimento e estabilidade econômica, é preciso que o Estado não se torne dependente dos credores externos.

Sendo assim, perante as cinco teses exposta por Bresser e Gala (2012), para diferenciar a macroeconomia estruturalista do estruturalismo original, antes de mais nada, os autores partem do pressuposto de que os problemas relacionados ao crescimento e ao pleno emprego estão do lado da demanda e não do lado da oferta. Ou seja, para países que alcançaram o processo de industrialização, o seu crescimento sustentado a longo prazo está ligado a expansão da demanda agregada, pois é considerado como importante componente as exportações, para isso as mesmas devem ser maiores em taxa de crescimento que as importações.

Em conformidade com Oreiro (2012), o comportamento do coeficiente de exportações, denominado “*export-led*”, ou crescimento “*hacia fuera*”, consiste em um modelo, o qual a economia tem seu crescimento estimulado pelas exportações de produtos manufaturados permitindo uma elevada taxa de expansão do produto real, aceleração do ritmo de acumulação de capital e aumento do progresso técnico.

Esse regime é considerado compatível com a estabilidade da distribuição funcional da renda, não inviabilizando a adoção de uma política salarial em que o crescimento do salário real esteja ligado ao crescimento da produtividade. O autor supracitado afirma ainda que esse modelo de crescimento depende da capacidade de conceber uma política cambial com taxa de câmbio competitiva a médio e longo prazo.

Para entender melhor porque para os novos desenvolvimentistas as exportações são tão importantes para a demanda agregada é relevante perceber que para os autores a expansão do consumo interno depende do salário real, o qual significa redução na taxa de lucro esperada do país, conseqüentemente redução nos investimentos afetando a produtividade e a integração do progresso técnico.

Assim, seria inapropriado o crescimento do salário com taxas acima do crescimento da produtividade, o que justifica manter a tese da teoria estruturalista original acima citada, sobre a tendência de os salários crescerem menos que a produtividade devido à oferta ilimitada de mão-de-obra. Além do mais, o consumo interno pode levar ao excesso de demanda causando inflação no longo prazo.

Todavia, a tese estruturalista sobre a inflação estrutural explanada no período do velho desenvolvimentismo, conforme Bresser-Pereira & Gala (2012) encontra-se devidamente ultrapassada devido a própria mudança estrutural que a economia apresentou no decorrer de seu período histórico. Os países em desenvolvimento já superaram essa inelasticidade de oferta e hoje a economia agrícola e os demais mercados já se desenvolveram o suficiente para serem capazes de atender aos impulsos da demanda, além dos países em desenvolvimento poderem evidenciar taxas de inflação em níveis baixos. Em alguns países essa taxa pode ser considerada dentro dos patamares dos países desenvolvidos.

O pensamento novo desenvolvimentista sugere a ideia de evitar a poupança externa, melhor dizendo, a tese estruturalista sobre a necessidade de poupança externa de acordo com o modelo de *dois hiatos*⁸ é abandonada, pois para os defensores desse pensamento a mesma está diretamente ligada aos déficits de transações correntes, além de contribuir para a valorização do câmbio por intermédio da própria entrada de capital estrangeiro, reduzindo relativamente os preços, favorecendo os produtos importados e conseqüentemente diminuindo a poupança interna do país pelo alto consumo desses produtos importados. Essas importações são compostas por produtos industrializados, enquanto as exportações em sua maioria são de produtos primários.

Para tanto, os novos desenvolvimentistas defendem a utilização do método de exportação com ligação e centralidade dos mercados externos, que seria de antemão formulador do crescimento (CARNEIRO, 2012).

Em relação a tese estruturalista da indústria infante, é apresentado por Bresser-Pereira & Gala (2012) que a mesma foi também superada, pois os autores apontam que os países de renda média já tiveram sua revolução industrial e que a configuração industrial está dada, partindo do pressuposto que não seria possível a implementação de novos setores,

⁸ O modelo de dois hiatos inspirado pelo modelo de Harrod-Domar foi apresentado por Chenery e Bruno (1962), o qual expõe que os países que tem pouco acesso ao mercado internacional demonstram-se incapaz de financiar seus próprios investimentos, ou seja, apresentam carência de recursos devido à baixa poupança interna e ainda insuficiência de divisas. Essa incapacidade se dá pela baixa propensão a poupar que os países em desenvolvimento apresentam e o principal motivo que é a incapacidade de importar produtos intermediários. Conseqüentemente é visto no país a dependência de poupança, externa o qual apresenta dificuldades para o crescimento econômico. Assim, é exposto pelos autores a necessidade de financiamento internacional, apresentado como solução para o déficit da balança de pagamento a poupança externa.

principalmente de alta tecnologia, o qual demandavam tempo maior para se denominarem competitivas internacionalmente. Para os autores, a indústria já passou por um processo de implementação e agora o que a indústria necessita é de um maior apoio governamental investindo em setores estratégicos e também a criação de oportunidades de investimento para o fortalecimento do empresariado nacional.

Dessa forma a macroeconomia desenvolvimentista provoca uma discussão voltada para o progresso técnico e a introdução de novas técnicas de produção, além de políticas redutoras de incertezas e desenvolvimento de instituições voltadas ao desenvolvimento do capital humano (SICSÚ, 2007); além de incluir preços macroeconômicos fundamentais a economia, já que para os novos desenvolvimentistas o mercado não garante que os preços sigam corretamente.

Logo, para Bresser-Pereira (2012), a economia se encontra em desenvolvimento se os cinco preços explicitados no quadro 2 estiverem certos, ou seja, se a economia seguir por intermédio dessas cinco variáveis que serão melhor analisadas em detalhes mais adiante.

QUADRO 1: Cinco preços macroeconômicos

Cinco preços macroeconômicos	Comportamento Viáveis
Taxa de Lucro	Alta
Taxa de Juros	Baixa
Taxa de Câmbio	Competitiva
Taxa de Salário	Alta
Taxa de Inflação	Baixa

Fonte: Bresser-Pereira (2012).

Pode-se considerar, conforme o autor, que a taxa de juros, a taxa de câmbio e a taxa de salários bem administradas por uma boa política monetária, fiscal e cambial, garantem uma taxa de lucro satisfatória para os empresários investirem e apresenta ainda uma taxa de inflação controlada.

Ademais, destaca-se que as ideias de Bresser consideram que a taxa de lucro é um dos preços mais importantes da macroeconomia desenvolvimentista, argumentando que não haverá desenvolvimento se o lucro não for significativo, pois o mesmo terá que ser satisfatório para os empresários estimulando maiores investimentos, os quais favorecem a

economia incorporando o progresso técnico no país. Tais investimentos poderiam ser potencializados com ação conjunta do Estado atuando como investidores na educação, infraestrutura, possibilitando assim o aumento da produtividade, conseqüentemente a geração de emprego e renda para a população.

Tendo como principal instrumento de política monetária a taxa de juros, o Banco Central deve optar por uma política de taxa de juros mais baixa possível, compatível com a meta de inflação. Em contraposição, as taxas de juros se mantendo elevadas favorecem apenas aos financistas e rentistas, além de atrair capital para o país, resultando em uma causa significativa da valorização do câmbio, no qual implicaria, na visão dos autores, em “preços errados” da economia (OREIRO e PAULA, 2009).

Dentre os cinco preços macroeconômicos que a teoria se refere, a determinação da taxa de câmbio é considerada de maior relevância, transformada em uma variável fundamental para o novo desenvolvimentismo. Denominada como taxa de câmbio de equilíbrio industrial, está deve se tornar mais competitiva entre as empresas industriais, na qual utilizam de tecnologia no estado da arte mundial, pois incentiva investimentos em exportação de produtos manufaturados aumentando assim a poupança interna do país.

Ainda sobre o preço da taxa de câmbio da macroeconomia desenvolvimentista, o novo desenvolvimentismo expõe que o investimento na economia depende do acesso da demanda externa e interna, pois havendo uma taxa de câmbio sobreapreciada a longo prazo não se terá acesso a essa demanda. Para os novos desenvolvimentistas precursores a existência da demanda não garante o investimento como é explanado na macroeconomia keynesiana, é necessário uma taxa de câmbio favorável (BRESSER-PEREIRA, MARCONI e OREIRO, 2015).

Com relação a taxa de salários, a mesma deve ser consistente com uma taxa de lucro satisfatória para os empresários para que haja oportunidade de crescimento, isto é, deve ser compatível com a estabilidade da distribuição da renda no longo prazo e crescer junto com a produtividade (OREIRO, 2012). O quinto e último preço macroeconômico considerado “certo” para Bresser está relacionado a taxa de inflação, devendo ser a mais baixa possível, mantida inferior a dois dígitos.

Os novos desenvolvimentistas precursores defendem que, a nova teoria não é uma garantia de sucesso para a economia brasileira, mas uma tentativa e uma nova visão para o que eles chamam de teoria ultrapassada quando se referem ao desenvolvimentismo clássico, além de uma possível solução para a teoria ortodoxa que expõe a economia ao baixo crescimento e crises financeiras frequentes. Assim, mediante a estabilidade de preços e

equidade social, atribuídos junto com as reformas macroeconômicas, remetem a adoção de um crescimento sustentado na economia brasileira acompanhadas de políticas sociais.

2.3.2 A corrente dos novos desenvolvimentistas pós-keynesianos

O novo desenvolvimentismo traz consigo diferentes versões por meio de vários fatores promotores do desenvolvimento, embora em todas elas existem alguns argumentos em comum como a intervenção estatal diante da necessidade de atingir transformação social e a busca da superação do subdesenvolvimento. Portanto, diferente dos novos desenvolvimentistas precursores sobre a principal variável no tocante da taxa de câmbio, a segunda corrente novo desenvolvimentista, embora corrobore com a ideia de que a taxa de câmbio é importante para o desenvolvimento de países em desenvolvimento, é considerada como variável chave a taxa de juros, explicada adiante.

Em especificidade, o novo desenvolvimentismo pós-keynesiano parte do pressuposto do desenvolvimento assegurado por um “projeto nacional”, ou seja, uma série de ações partindo do Estado e até mesmo dos cidadãos que busca proteger o capital e o trabalho para que o mercado interno possa participar de forma igualitária com o mercado internacional (SICSÚ *ET AL*, 2005).

A corrente pós-keynesiana do novo desenvolvimentismo critica a teoria ortodoxa pela falta de atenção sobre a incerteza na economia e apresenta certa preocupação sobre a vulnerabilidade em relação a economia aberta, devido ao irrealismo do mercado com entradas e saídas de capitais e a necessidade de aumentar o nível da demanda agregada. Assim sendo, em torno da teoria keynesiana, diante de uma situação de incerteza dos investimentos, não é permitido calcular a rentabilidade marginal do mesmo, além da existência da preferência pela liquidez diante da vulnerabilidade econômica.

Então, o papel do Estado pode adequar-se como principal ator para suavizar essa preferência dos poupadores pela liquidez, estimulando a economia por meio de políticas monetárias e fiscais. A primeira refere-se à necessidade da redução da taxa de juros dos ativos líquidos para que o crédito seja viável, deixando adequadas as condições financeiras e tornando a eficiência marginal do capital maior que a própria taxa de juros, pois essas taxas a níveis altos atraem investidores a títulos públicos dificultando a demanda em investimentos. Já a segunda, refere-se ao protecionismo a entrada de capitais, o qual aprecia a moeda

nacional. Ainda sobre a intervenção estatal para os pós keynesianos é de bastante relevância o aumento da renda e do emprego para o estímulo direto da economia.

Em suma, para os novos desenvolvimentistas pós-keynesianos, o Estado deve preocupar-se com a redução da incerteza no âmbito econômico e a diminuição da vulnerabilidade perante os choques externos e também internos, estimulando o empresário a investir e dinamizar a economia disponibilizando a manutenção do pleno emprego. Isto posto, tem-se como consequência a diminuição da desigualdade social e aumento na questão distributiva.

A corrente ainda chama a atenção para adoção de medidas relacionadas diretamente a políticas sociais e educacionais e políticas direcionadas ao progresso técnico, para fortalecer o desenvolvimento econômico (Mollo & Amado, 2015; Michel & Silva, 2005; Salm, 2005; Sicsú *et al*, 2005).

2.3.3 Social Desenvolvimentismo: Uma visão social e suas divergências com o novo desenvolvimentismo precursor.

As reflexões a respeito da corrente do social desenvolvimentismo ainda pouco exploradas academicamente, decorrem do âmbito estratégico em que o desenvolvimento é centrado no mercado interno em sua expansão, ou seja, o aumento do mercado de consumo de massas e ainda a questão social. Para esta corrente, os mecanismos para o desenvolvimento não devem ser pensados apenas na perspectiva econômica, mas sim junto a ela ser analisado a esfera social diante da concentração de renda e desigualdades sociais.

Diante desse quadro, a corrente social desenvolvimentista perante a presença forte e atuante do Estado, apresenta como estratégias as políticas de distribuição de renda e de seguridade social, políticas de valorização do salário mínimo, a expansão de crédito ao consumidor, ampliação do gasto social e políticas industriais setoriais.

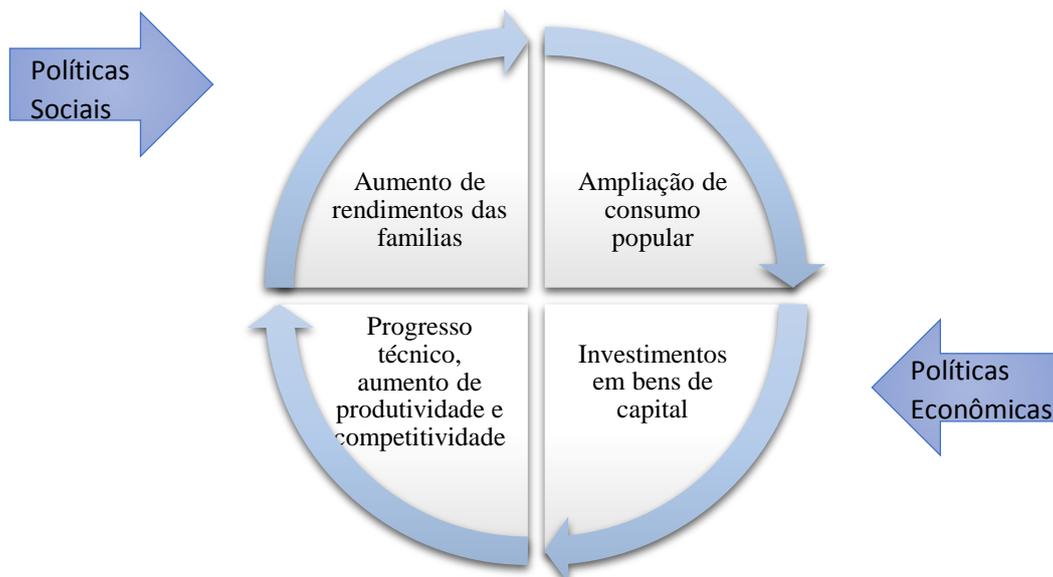
No esforço de simplificação, Bielschowsky (2012), explana a ideia de que o ponto central da teoria do social desenvolvimentismo se divide em três “motores” de desenvolvimento:

- I. Amplo mercado interno de consumo de massa;
- II. Uma forte demanda nacional e internacional de recursos naturais e;
- III. A demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social).

Diante dessas estratégias, o autor supracitado apresenta como sendo suficiente para o amplo crescimento da economia, grandes aumentos de rendimentos de escala, junto ao progresso técnico. Ou seja, para a produção de bens finais e de seus encadeamentos produtivos é necessário o avanço do progresso de inovação, para que seja atendido essa nova demanda e a economia não corra o risco de sofrer estrangulamento com a balança de pagamento de médio a longo prazo.

Bielschowsky (2006), aprofundando a proposta de Castro (1990), apresenta a ideia do primeiro motor remetendo a um ciclo virtuoso que denomina o crescimento e melhoria distributiva a ser obtido via “modelo de consumo e produção de massas”. A figura 2 mostra de forma ilustrativa como funciona esse ciclo.

FIGURA 2: Ciclo virtuoso entre a produtividade e o salário



Fonte: Bielschowsky (2012), elaboração própria.

Esse debate começa com Furtado (1966), o qual menciona que existe uma estrutura de concentração de renda e de consumo que dá lugar a uma estrutura produtiva que se faz a luz dessa concentração, assim era necessário redistribuir a renda para renovar a estrutura produtiva. Entretanto, o autor relatava que isso remete a uma tendência decrescente da taxa de lucro (rendimento decrescente), porque as escalas são cada vez mais elevadas em relação ao pequeno mercado. Diante disso é observada a necessidade da intervenção do governo por meio de uma mudança no padrão produtivo distributivo, resultando no modelo de consumo e produção de massas.

De acordo com Bielshowsky (2014), o segundo motor consiste na alta demanda externa por recursos naturais seguida de aumento de emprego, progresso técnico e bem-estar social, consolidando não apenas as exportações que remete o baixo valor agregado, mas sim proporcionando ganhos na renda da população.

Dando continuidade as ideias do autor supracitado, a terceira fonte de expansão seria o investimento em infraestrutura, adicionando soluções as falhas tanto da infraestrutura econômica, como da infraestrutura social com forte intervenção estatal, inclusive estabelecendo novas condições para impulsionar investimentos privados.

No campo da infraestrutura social, o investimento abrange no âmbito da educação, da saúde, do transporte coletivo, do saneamento básico, entre outras atividades que preservem melhores condições de vida da população. Isto posto, essa expansão via o aumento da dimensão dos direitos sociais considerado um importante motor de crescimento. Observa-se que essa expansão não decorre apenas do aumento do nível do investimento, mas também reduz o déficit social do país, gerando impactos indiretos que vão alterar a estrutura produtiva no longo prazo.

Os impactos indiretos que decorrem da evolução da escolaridade são constatados por meio do aumento da produtividade via qualificação do trabalho, melhoramento na qualidade e nas condições de saúde consequentemente qualidade de vida da mão-de-obra empregada, e assim gerar ganhos de produtividade sem custos ao empresário (BIANCARELLI & ROSSI, 2013, p.150).

Diante da teoria da corrente social desenvolvimentista, as políticas redistributivas de redução de pobreza são um elemento comum a quase todas as teorias desenvolvimentistas. Há, contudo, divergências com relação aceitar os efeitos de desvalorização cambial forte sobre a distribuição da renda no curto e médio prazo. Dentre as divergências apresentadas pela corrente encontram-se:

- I. Modelo exportador;
- II. Taxa de câmbio e investimento industrial;
- III. Taxa de câmbio e distribuição de renda.

Como vimos em discursão no primeiro tópico, o novo desenvolvimentismo precursor parte do conceito em que define a exportação como um importante motivo para o desenvolvimento econômico. Porém, o que se destaca com maior relevância sobre o desenvolvimento do país e as decisões de investimento industrial é o mercado interno. Ou

seja, um regime de crescimento do tipo “*wage-led*”⁹ ou crescimento “*hacia dentro*”, a qual a restrição externa não é dada apenas pela capacidade de exportar, mas também pela evolução do coeficiente importado, levando em consideração que os países em desenvolvimento apresentam um cenário menos propício a expansão das exportações (BIELSCHOWSKY, 2016).

Diante do que é explanado pela teoria dos novos desenvolvimentistas precursores a respeito da taxa de câmbio e a taxa de juros como sendo competitivas e de forte estímulo do equilíbrio industrial, a divergência apresentada pelo social desenvolvimentismo se dá justamente sobre o grau de eficácia das taxas de câmbio desvalorizadas em termos de estímulos ao investimento industrial.

Logo, o que pode ser explicado em relação a queda de investimento, não é apenas a taxa de câmbio valorizada, mas sim as perspectivas de baixa rentabilidade e alto risco de incertezas perante a feroz concorrência mundial, isto é, o câmbio é uma condição necessária, mas não suficiente. Assim, engloba como solução a combinação de quatro elementos: a) taxa de câmbio favorável; b) juros baixos, incluindo juros de curto prazo; c) políticas industriais radicais e d) políticas de pleno emprego (BIELSCHOWSKY, 2016).

Recorrente a relação da taxa de câmbio e distribuição de renda diante da posição novo-desenvolvimentista, mesmo que a desvalorização cambial decorra de efeitos desfavoráveis em curto prazo sobre os salários, a longo prazo os trabalhadores se beneficiarão do crescimento gerado pela expansão produtiva.

Para os sociais desenvolvimentistas esse benefício só será real se ele for acompanhado por aumentos de salários mínimos, tributação progressiva, acesso a bens de serviços públicos de qualidade e menores juros sobre o consumo e produção. Deste modo, em posição desenvolvimentista, esse câmbio desvalorizado só será válido como importante variável se também enfatizar o mercado, o consumo interno e distribuição de renda. (BIELSCHOWSKY, 2016).

Em suma, após a análise desenvolvimentista apresentada até então, referente ao debate macroeconômico na visão de países em desenvolvimento, nota-se a importância do investimento nas estratégias apresentadas e para cada corrente esse investimento é trabalhado de forma distinta.

⁹ O regime *wage led* é considerado pelos desenvolvimentistas precursores como sendo um crescimento do produto real – no longo prazo –, o qual é puxado pelo crescimento dos salários em velocidade maior ao crescimento da produtividade.

No caso dos novos-desenvolvimentistas o investimento tem como principal incentivador a taxa de câmbio em seu preço certo e suas sensíveis mudanças. Já para os novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos a sensibilidade maior do investimento seria pela taxa de juros. Por fim, para os social-desenvolvimentistas, o investimento seria impulsionado pelos investimentos públicos em infraestrutura econômica e social e a demanda por bens de consumo de massa.

A seguir buscaremos elencar e elucidar os dados econômicos a ponto de expor o comportamento da economia brasileira em frente a alguns preços apontados pela teoria do novo desenvolvimentismo.

3. ANÁLISE DOS DADOS ECONÔMICOS NO BRASIL COM BASE NO RETORNO DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS A PARTIR DA DÉCADA DE 2000

Nesse capítulo, serão expostos dados sobre o desempenho da economia no período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff. É necessário primeiramente entender as novas ideias e visões das políticas econômicas implantadas no país por meio do social desenvolvimentismo, analisando ainda a abordagem da eficácia de alguns dos preços macroeconômicos que são demonstrados na teoria dos novos desenvolvimentistas precursores como importantes variáveis para o desenvolvimento, comparando aos seus resultados no período do governo petista.

A análise além de contribuir para demonstrar o comportamento da economia diante das políticas implementadas por meio de uma nova visão desenvolvimentista no país, apresenta também as contradições e críticas que o pensamento novo desenvolvimentista precursor expõe.

3.1 A implementação das novas ideias desenvolvimentistas no Brasil a partir do governo Lula – O social desenvolvimentismo

Como a história permite relatar, no início da década de 2000, o Brasil retoma a ideia desenvolvimentista por meio da intervenção estatal apresentada como política econômica no governo Lula, a qual mostra que a inclusão social está à frente do desenvolvimento, acompanhada de elevadas expectativas mediante a discursos de mudanças com relação ao neoliberalismo até então implantado no país. Essas mudanças seriam materializadas em políticas industriais focadas no mercado interno, políticas de infraestrutura e sociais com uma nova visão de investimento.

Apesar de manter a política econômica relacionada ao tripé macroeconômico de câmbio flutuante, regime de metas de inflação com aumento da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e a geração de superávits primários para conter o crescimento da dívida pública, - medidas restritivas consideradas heranças do neoliberalismo - o Governo Federal trouxe consigo uma nova proposta, na qual trata-se do combate à pobreza, diminuição das desigualdades de renda, incluindo a questão distributiva, ampliação de crédito e a reintegração dos investimentos públicos em infraestrutura.

O Brasil iniciou então uma nova fase de desenvolvimento econômico. Com as estratégias impostas pelo novo governo, o número de famílias consideradas abaixo da linha da pobreza diminuiu e, além disso, foi possibilitado acesso a um maior poder de compra, isto é, famílias que antes eram consideradas de baixa renda passaram a ser introduzidas no mercado de consumo de massa e na economia formal.

Assim, se verificou que, a nova política de desenvolvimento traz o termo social desenvolvimentismo explicado pelo forte enfoque na questão social. Em relação a intervenção do estado, inclui-se a política de recuperação a infraestrutura, junto ao amplo mercado interno de consumo de massa, demanda nacional e mundial de recursos naturais e a composição dos três motores para o desenvolvimento exposto na teoria da corrente social desenvolvimentista. Desse modo, a política se fez presente com ações que combinavam gastos públicos e estímulos ao setor privado como também uma nova estrutura nas formas de financiamento.

Dentre as diversas políticas econômicas que visam o desenvolvimento e que foram planejadas como objetivos de campanha do governo petista, para melhor análise do desempenho econômico sobre a teoria social desenvolvimentista, serão destacadas as principais políticas impostas no período já mencionado. Foram abordadas:

- ✓ Política industrial
- ✓ Política Social: Que no trabalho engloba-se a previdência social, assistência social e a política de investimento em infraestrutura;
- ✓ Política cambial: Taxa de câmbio flutuante;
- ✓ Política monetária: Taxa de juros, a autonomia do Banco Central e regime de metas de inflação.

3.1.1 A Política Industrial

Um dos destaques da estratégia de desenvolvimento adotada no país foi a política industrial e de comércio internacional, com a preocupação de expandir a eficiência da estrutura produtiva, das exportações e inovação das empresas, essas estratégias ganharam aparato com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABIDI) e com o lançamento Política Industrial, Tecnológica e do Comercio Exterior (PITCE – 2003 a 2007), incluindo ainda a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP - 2008 a 2010). Todas essas políticas são referentes ao

governo Lula e o Plano Brasil Maior (PBM – 2011 a 2014) implementado no governo Dilma (CANO; SILVA, 2010).

Não obstante, essas políticas industriais são especificamente consideradas como principais alternativas para o real crescimento por meio de investimentos e inserção internacional, pois seriam responsáveis pelo apoio às indústrias inovadoras estimulando menor dependência de importações de alta tecnologia, estímulos ao crescimento com apoio creditício e logístico a vários setores e competitividade no mercado interno e externo, respectivamente.

A PITCE foi lançada com o objetivo de expandir a indústria mediante a melhoria da capacidade inovadora para as empresas apresentando ainda uma visão estratégica de longo prazo, na qual a inovação e agregação de valor aos serviços, produtos e processos seriam prioridades. A política atou com as principais estratégias de: I) inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa, modernização industrial e ampliação da capacidade e escala produtiva; II) modernização industrial, direcionadas a setores de grande potencial tal como software, bens de capital e III) atividades de cunho tecnológico que portadoras de mudanças as quais seriam biotecnologia e energia renováveis. (BRASIL, 2003, SALERMO; DAHER, 2006).

Essa política teve sua forte relevância no que se refere a reintrodução na agenda de políticas públicas as estratégias de política industrial como dispositivo principal para a direção do desenvolvimento econômico e social. Diante do âmbito legal criou a Lei da Inovação – 10.973/2004¹⁰ – dentre outras, desenvolveu instituições, introduziu programas de

¹⁰ Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, nos termos dos arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219-A da Constituição Federal. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 13.243, de 11/1/2016) Parágrafo único. As medidas às quais se refere o caput deverão observar os seguintes princípios: I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social; II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade; III - redução das desigualdades regionais; IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; V - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País; VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional; VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia; IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica; X - fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs; XI - atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento; XII - simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação; XIII - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação; XIV - apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo. (Parágrafo único acrescido pela Lei nº 13.243, de 11/1/2016).

financiamento específicos como o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modernaq), o Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Produtos Correlatos (PROSOFT), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (PROFARMA), o Programa de Apoio e Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (PROGEREN), o Programa de Financiamento de Caminhoneiros (PROCAMINHONEIROS) e o Programa de Competitividade das Empresas do Setor Industrial (PROCOMP) e ainda reconstruiu o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), entretanto com o objetivo de aperfeiçoar os processos de registro de propriedade intelectual (CORONEL et al, 2014; FERRAZ, 2009; CANO; GONÇALVES DA SILVA, 2010).

Com isso, a PITCE propôs medidas para estimular a formação de empresas nacionais líderes de mercado, internacionalizando-as para aumentar a escala de produção e diminuir os custos por meio do processo de fusão e aquisição de empresas (F&A). No entanto, essas medidas trouxeram efeitos de ganhos imediatos apenas para alguns setores, especificamente os intensivos em recursos naturais e de baixo nível tecnológico, os quais o país apresenta tradicionalmente forte liderança. E com relação ao processo de dinamização de atividades portadoras de futuro como biotecnologia, por exemplo, devido à falta de coordenação entre os instrumentos de incentivos dessa formação e ações objetivas e claras, as quais impediram o sucesso dessa estratégia (CORONEL ET AL, 2014).

Em síntese, o que era exposto como objetivo da política implantada, tomaram rumos distantes, as estratégias não alcançaram as empresas de cunho industrial e de alto valor agregado, a materialização dos incentivos a novas tecnologias

Com maiores pretensões no sentido de sua abrangência em resposta às críticas do PITCE, foi implantada a PDP, que tinha como intuito corrigir a falta de objetividade com o fortalecimento da economia, sustentabilidade do crescimento e aumento das exportações tendo ligações diretas com o setor privado impondo quatro macrometas: intensificar o investimento fixo com meta de elevar a participação do investimento fixo no PIB para 21% em 2010, o que exigiu um crescimento médio anual de 11,3% da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) no período, frente a um crescimento projetado do PIB de 5% ao ano; incentivar ainda mais a inovação com investimentos em P&D com meta para 2010 de R\$ 18,2 bilhões, aumentar a inserção internacional, prevendo um crescimento das exportações de produtos brasileiros acima da expansão do comércio mundial; e ampliar o número de micro e pequenas empresas com atividades exportadoras aumentando, em 10%, o número de MPes exportadoras, até 2010 (BRASIL, 2003).

Para melhor exemplificação, mediante o quadro abaixo, é explanado as políticas específicas das metas estabelecidas

QUADRO 2: Detalhamento da estrutura PDP

Políticas em 3 níveis	Ações Sistêmicas: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva;
	Programas Estruturantes para sistemas produtivos: orientados por objetivos estratégicos tendo por referência a diversidade da estrutura produtiva doméstica;
	Destaques estratégicos: temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do país no longo prazo.

Fonte: IBIDEM

As macrometas impostas pela PDP, citadas anteriormente (relativas a taxa de investimento/PIB, gastos em P&D/PIB, participação nas exportações mundiais e número de MPEs exportadoras), mostraram-se fortes frente as faces das dificuldades que o cenário internacional apresentava. Ademais, tornava-se perceptível a contraposição entre a meta de ampliar as exportações ao mesmo tempo que direcionavam a valorização da moeda nacional inibidora das exportações, embora as outras metas tenham ido no caminho para serem confirmadas defrontaram com a crise mundial impedindo sustentação.

Para atingir uma estratégia de governo com mudanças de curto prazo, consolidação da atual estrutura industrial e incentivos a gastos em P&D, essa política promoveu empresas e diversos setores que já se demonstravam com claras vantagens competitivas, as quais possivelmente seriam consolidadas mesmo sem política industrial atrelada e provavelmente não precisariam de tanto apoio do poder público. Desse modo, para estimular essas empresas e esses setores o BNDES dispôs de empréstimos seguindo a lógica da demanda de crédito com concentração setorial, como mostra a tabela 1.

TABELA 2: Desembolso do BNDES em % no total da indústria de transformação

	2002	2007	2008	2009
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	12	17	27	13
CELULOSE E PAPEL	7	7	2	6
COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	1	7	9	39
METALÚRGICA	6	12	9	7
OUTROS	73	56	53	35
INDUST. DE TRANSFORMAÇÃO	100	100	100	100

Fonte: BNDES.

Nota-se então que no decorrer dos anos os empréstimos efetuados diretamente pelo BNDES e destinados ao setor de petróleo por exemplo, deram um grande salto ocupando o patamar de 39% do total de investimentos na indústria de transformação em 2009, apontando forte concentração dos empréstimos concedidos a grupos específicos, indicando ainda que o setor do petróleo atingiu maior porcentagem que um conjunto de empresas que obtiveram o empréstimo. Desse modo, para Rodrick (2004), a política industrial do governo Lula se destaca mais pelo aumento da oferta de crédito subsidiado a essas empresas do que os novos processos de produção.

Apesar das iniciativas por meio das quatro macrometas da PDP estabelecidas em 2008 para 2010 seus objetivos não foram atingidos. A principal meta da PDP referente a alcançar investimento de 21% do PIB em 2010, denominada como fundamental a estratégia para sustentação do crescimento demonstrou ser a maior frustração da política para o período, decorrente a crise mundial que eclodiu em 2008 que levou ao adiamento dos investimentos, principalmente na indústria. Ainda que todas as medidas de linhas de financiamento de maior incentivo direcionavam-se para a obtenção de bens de capital, as medidas de expansão do crédito mais bem-sucedidas na manutenção do consumo no mercado interno do que os incentivos para a recuperação do investimento (CANO; SILVA, 2010).

Já a PBM objetivava o estímulo à inovação e produção nacional para fomentar a competitividade nos mercados tanto internos quanto externos, ou seja, inovar para competir, além de buscar aproveitar competências já existentes. Dessa forma, o plano seguiu distribuindo maior quantidade de medidas para setores exportadores reconhecidos como

relevantes no âmbito da competitividade, fiscalizado 24,39% do total da distribuição das medidas do plano para o desenvolvimento da indústria (MATTOS, 2013).

De forma geral, as políticas industriais dos governos analisados mostraram a possibilidade de avanço no âmbito industrial – fato que será melhor destacado ao abordarmos a produção industrial do Brasil no decorrer do trabalho. Contudo, esse avanço se mostrou insustentável, não evitando uma tendência a “desindustrialização” no período posterior, agravada também pela forte crise de 2008, isto é, embora a indústria tenha alcançado os objetivos de expansão das exportações mundiais e da formação bruta de capital, a mesma não conseguiu reverter a tendência de menor peso econômico no âmbito mundial, mostrando que a política industrial não se manteve em mesma diretriz do início ao fim do governo petista.

O foco inicial que seria a inovação tecnológica perdeu espaço para esses estímulos as exportações em diversos setores e essa não inserção da economia brasileira no contexto industrial foram os passos para a aplicação do consumo em massa para a indústria nacional que será melhor analisado no tópico a seguir.

3.1.2 A Política Social

A questão social do governo Lula em que diz respeito ao combate à pobreza, embora estivesse presente nos governos anteriores¹¹, era o ponto principal para o início do processo de desenvolvimento do país agora com uma parcela maior de dispêndio público e uma política de universalização de direitos e acesso ao mercado, tornando-se o eixo e assumindo o papel central na política econômica no período do governo do Partido dos Trabalhadores. Portanto, os programas de perfis sociais, embora já pré-existente, são integrados e ampliados no período em análise.

A partir de então o governo constrói estratégias de desenvolvimento baseadas no crescimento com inclusão social, englobando além do plano de combate à fome o aumento na produtividade relacionados ao mercado interno com expansão do consumo de massas, incorporando a classe trabalhadora ao mercado consumidor que seria também uma forma de diminuir a exclusão social e a má-distribuição de renda. Assim, o governo estabelece

¹¹ A origem da Política Nacional de Segurança Alimentar foi instituída no Brasil durante o governo Itamar Franco (1993-1994) formulada por uma proposta pelo Partido dos Trabalhadores dois anos antes, em 1991.

estratégias de desenvolvimento baseadas nas políticas de universalização¹² de direitos, políticas habilitadoras¹³ e políticas de valorização do trabalho e inserção produtiva.

No que compete o combate à pobreza, no ano de 2003 o governo lançou o Programa Fome Zero, tendo como principal ação a criação do Bolsa Família no ano de 2004, o qual unificava os programas federais já existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação). Desde então, o Bolsa Família tinha como proposta proteger os grupos familiares de baixa renda possibilitando o suprimento das necessidades vitais do indivíduo e possibilitando melhor alimentação por meio de transferências de renda para essas famílias. No Brasil, onde a disparidade regional é bastante evidente, esse programa atuou como um importante instrumento para amenizar essa desigualdade regional (BARBOSA; SOUZA, 2010).

No entanto, as transferências de renda eram consideradas um importante instrumento de desenvolvimento econômico que não se resumia apenas ao combate à pobreza, as transferências constituíam também instrumentos de valorização de salários, expansão de demanda com acelerada concessão de crédito tanto para pessoas quanto para empresas, regulação do microcrédito produtivo orientado e ampliação do crédito habitacional.

Com relação aos instrumentos sobre a elevação de salários, apesar de o crescimento do poder de compra já haver mostrado relevância no governo anterior devido ao processo de controle a inflação implantado na época, a paridade do poder de compra em dólar – o PPC – apresentou 47% no período de 1995 a 2002, contra 164% no período de 2003 a 2010. Esse fator é explicado não só pela continuação da política de metas de inflação como também a política de elevação de salários mínimos e ampliação do microcrédito para pessoas físicas, a qual correspondeu a 95% do total da carteira de crédito oferecido no ano de 2013 e ainda pelo aumento do emprego principalmente de ocupações de baixa qualificação, impulsionadas pelo aumento na construção civil (COSTA, 2015).

Nesse cenário, a política social entra em formulação com os planos plurianuais (2004-7 e 2008-11) no governo Lula e continua com o plano de (2012-15) no governo Dilma, onde esses planos correspondem a instrumentos institucionais para planejamentos do governo previstos para período de quatro anos. De forma geral os principais eixos estratégicos para o crescimento econômico com distribuição da renda e inclusão social são:

¹² São gastos sociais públicos voltados para o cumprimento dos direitos constitucionais, como: gastos com saúde, educação, seguridade, saneamento e segurança.

¹³ Refere-se a expansão dos conjuntos para inclusão de segmentos específicos em meios sociais, mercado consumidor e mercado de trabalho, por meio de regulamentação e/ou gasto público.

Quadro 3: Planos Plurianuais dos Governos Lula e Dilma

PPA 2004 – 2007	PPA 2008 – 2011	PPA 2012 – 2015
<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão social; - Valorização do salário mínimo; - Fortificação do mercado interno; - Redução da vulnerabilidade externa; - Investimento em infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão dos investimentos em infraestrutura (PAC)¹⁴; - Investimentos em educação; - Agenda Social (transferência condicionada de renda) 	<ul style="list-style-type: none"> - Erradicação da pobreza extrema (BSM)¹⁵ - Expansão dos investimentos em infraestrutura (PAC 2) - Qualificação da mão-de-obra (Pronatec¹⁶ e Programa Ciências sem fronteira¹⁷)

Fonte: Ministério do Planejamento, 2012. Elaboração Própria.

Esses instrumentos seriam a ponte de estímulos necessários para o início do círculo virtuoso do modelo de consumo em massa defendido pela teoria social desenvolvimentista aqui já citada. Logo, é exposto que o aumento dos rendimentos das famílias leva a ampliação do consumo a setores modernos, induzindo a elevação dos investimentos resultando no aumento da produtividade que por sua vez são repassados aos salários realimentando todo o processo. Especificamente, a elevação dos investimentos ganha destaque nesse círculo virtuoso, pois as empresas procuram cada vez mais criar e adaptar-se a novas tecnologias.

A combinação dessa política de incentivo ao consumo e de transferência de renda fomentaram os mercados de bens de consumo, dando espaço a novos grupos sociais, a uma “nova classe média” e uma nova cidadania de consumo, assim como a valorização salarial que possibilitou aos trabalhadores melhores condições salariais. Diante disso é apresentado que:

¹⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento propiciou a retomada do planejamento de obras de infraestruturas social, urbana, logística e energética, contribuindo para o aumento de oferta de emprego e na geração de renda (Ministério do Planejamento, 2007).

¹⁵ O Brasil Sem Miséria foi instituído no ano de 2011 e tinha como objetivo extinguir a extrema pobreza do Brasil. Essa política atuava nos eixos de: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

¹⁶ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego tem como objetivo promover a inclusão social de jovens e trabalhadores com ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da oferta de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores (MEC, 2011).

¹⁷ Programa Ciências sem fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (MCTI, 2015).

As políticas sociais viabilizam o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão da oferta de mão de obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a transmissão dos aumentos de produtividade aos salários (BRASIL, 2003, p.17).

Com a ampliação do crédito, os setores econômicos e grupos empresariais foram diretamente beneficiados por meio de recursos via BNDES, favorecendo a expansão dos projetos nacionais e internacionais resultando no benefício em diversos setores. Assim, o governo petista agradou a classe trabalhadora e também ao empresariado fortalecendo sua capacidade política e melhor aceitação popular com um governo de aliança social ampla.

As políticas envolveram medidas de gastos tanto governamentais quanto regulamentação do próprio mercado. Para tanto, estas estratégias exigiam um Estado com alta capacidade financeira. Diante da evolução dos gastos dos governos no âmbito das políticas sociais, a tabela 2 nos mostra o aumento considerável desses gastos no decorrer dos anos do governo Lula e Dilma.

TABELA 3: Evolução dos Gastos Sociais do Governo Central – Total dos Gastos diretos e tributárias (%) PIB – Brasil – 2002 a 2015 PIB

Categoriais	2002	2004	2006	2008	2006	2010	2012	2014	2015
Assistência Social	0,5	0,8	1,0	1,0	1,0	1,3	1,4	1,5	1,5
Educação e Cultura	1,7	1,5	1,6	1,8	1,6	2,1	2,3	2,6	2,7
Organização Agrária	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2
Previdência Social	8,0	8,3	8,9	8,3	8,9	8,5	8,7	8,9	9,3
Saneamento Básico e Habitação	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,4	0,5	0,5
Saúde	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	2,0	2,1	2,1
Trabalho e Emprego	0,5	0,5	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	1,4	1,2
Total	12,8	13,2	14,2	14,1	14,2	14,9	15,8	17,0	17,5

Fonte: SIAFI/SIDOR, Demonstrativos dos Gastos Tributários – DGT

Em linhas gerais, observa-se que as categorias referentes à assistência social, educação/cultura e trabalho/emprego também ganharam destaques em relação aos gastos com políticas sociais com aumentos de 200%, 58,82% e 140%, respectivamente. Tendo como foco os investimentos sociais ligados a diminuição da pobreza, o Governo Federal trouxe ao longo dos anos crescimentos constantes com aumento de aproximadamente 36,71% do PIB no total

dos valores das políticas apresentadas na tabela acima quando comparadas no período de 2002 e 2015.

Cabe salientar que esse aumento considerável com relação a previdência social, está associado (pelo lado dos gastos diretos) justamente a política de valorização do salário mínimo diante a vinculação do piso previdenciário. Já diante os gastos indiretos, esse remete a isenções do Imposto de Renda de Pessoa Física, principalmente nos anos de 2011 e 2012, onde apresentaram maiores valores com relação aos gastos indiretos especificamente.

Em síntese, as políticas sociais no governo analisado apresentaram grande sucesso no âmbito do plano social. Essas políticas se destacaram por ter sido um fator de extrema importância para o declínio da pobreza e desigualdade social. Destarte, ao final do segundo mandato de Lula, de acordo com os dados oficiais do (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011), cerca de 28 milhões de brasileiros foram retirados do patamar da “linha da pobreza¹⁸” e 16,27 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza absoluta¹⁹ ou da miséria. As estatísticas ainda apontam que entre 2002 e 2010 o desemprego diminuiu de 12% para 5,7%, e diante do crescimento das ocupações formais decorrente das políticas de educação, cerca de 59% dos trabalhadores teriam a carteira assinada. Na opinião de Fagnani (2011):

“O maior legado de Lula não é só o Bolsa Família. O principal mérito de seu governo foi montar uma estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento, na geração de emprego e renda, na valorização do salário mínimo, no aumento do gasto social e no incentivo às políticas universais”

É notável então que o Brasil apresentou uma melhora sensível no plano social nos anos estudados, e diante dessa análise buscaremos observar, por meio da trajetória do PIB, como a economia se comportou diante do governo Lula e Dilma e se essas políticas de fato levaram o país a um crescimento e desenvolvimento sustentável.

¹⁸ De acordo com o Banco Mundial, a “linha da pobreza” é definida como (US\$ 2 por dia).

¹⁹ A população de pobreza absoluta é considerada pelo Banco Mundial a população com renda domiciliar per capita inferior a (US\$ 1,25 dia).

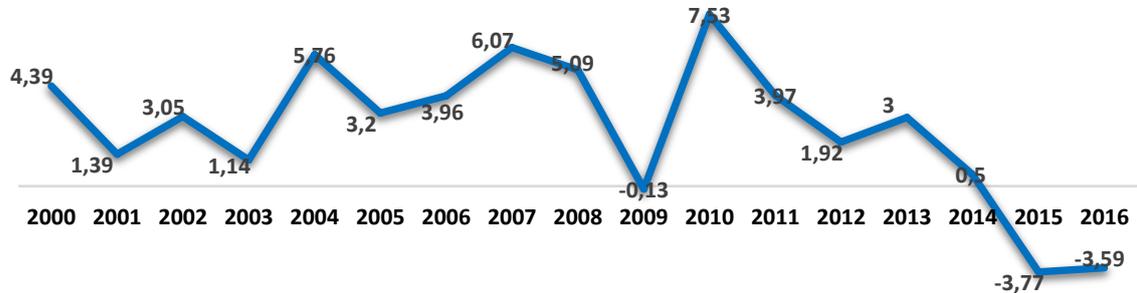
3.2 A trajetória do PIB e análise da política macroeconômica no governo petista

Diante da via do crescimento do Brasil, a economia mostrou-se até os anos 1980 focada no desenvolvimento de longo prazo devido a trajetória do desenvolvimentismo clássico. Entretanto, a partir de então, predominaram as políticas de desenvolvimento na qual alternava pequenos ciclos de crescimento com desacelerações econômicas. Segundo Lamonica (2011), a partir da década de 2000 essas políticas eram voltadas:

- I) Ao consumo de massa pelo fortalecimento do mercado interno que permite uma distribuição de renda para fortalecer tal mercado;
- II) Ampliação de infraestrutura econômica que envolve diminuição de custo de produção para garantia de melhor competitividade;
- III) Crescimento das atividades baseadas em recursos naturais;
- IV) Redução das desigualdades sociais e regionais, consideradas estratégias do social desenvolvimentismo.

A vista disso, o gráfico 1 exibe esse cenário para o PIB do país no período de 2000 a 2016 mostrando suas constantes oscilações. Nota-se que em 2000 o PIB encontrava-se em 4,3% seguido nos anos posteriores por uma queda relevante em relação ao primeiro ano analisado. Em 2004, o PIB chega a 5,76% voltando a decrescer no ano seguinte, conseguindo se recuperar só no ano de 2007. Devido à crise mundial que desencadeou uma rápida recessão no país, é notável uma queda do PIB no ano de 2009 qual chegou a -0,1% e uma rápida recuperação em 2010 quando o PIB chegou a 7,5%, voltando a desacelerar nos anos seguintes, chegando a um patamar negativo de -3,6% no ano de 2016. Essas oscilações e o decréscimo a partir do ano de 2010 foram consideradas como uma recessão prolongada que perdura por quase 7 anos.

Considerando pontualmente os anos de 2000 a 2016 (período considerado como sendo a volta do pensamento desenvolvimentista para o país) foi apresentado uma média de crescimento de apenas 2,5%.

GRÁFICO 1: Evolução do PIB no período de 2000-2016 (%)

Fonte: IBGE, 2017.

A vista dos pequenos ciclos de desaceleração e crescimento apresentados pelo PIB, cabe ressaltar que o crescimento em sua taxa média a partir de 2003 consiste no consumo em massa acompanhado do aumento do crédito, aumento da renda real das famílias, o boom de *commodities* e principalmente o investimento público, seja ele público executivo, administração direta ou pelas estatais.

Como mostra a tabela 4, com destaque para os anos de 2006 - 2010 - mesmo tendo atravessado a pior fase da crise internacional em 2008 – o crescimento foi mantido devido principalmente ao consumo interno e o estímulo de setores mais dinâmicos que envolviam os programas federais como Minha casa minha vida e o PAC, apresentando altas taxas de investimento.

TABELA 4: Taxa de crescimento dos investimentos públicos ao ano (%) – 1998/2015

Ano	Governo Federal	Governo estadual	Governo municipal	Governo geral	Estatais federais	Setor público	PIB
1998-2002	-1,2	-9,4	6,8	-2,0	-1,7	-1,9	2,3
2002-2006	-0,6	1,9	0,1	0,6	0,0	0,4	3,5
2006-2010	25,4	13,8	6,1	13,5	23,2	17,0	4,6
2010-2011	-0,4	1,9	-2,4	-0,1	-2,4	-1,0	2,2
2011-2015	-6,2	-3,9	-2,5	-4,0	-6,9	-5,2	0,3

Fonte: IPEA - IPC-IG, 2016

Sendo assim, o crescimento do Brasil foi fortemente baseado no consumo, avanços nos indicadores sociais no que se refere a distribuição de renda, diminuição dos níveis de pobreza e de rendimentos, entre outros. O que também representa o crescimento a partir do ano de 2003 está vinculado ao favorável contexto internacional seguidas de altas taxas de crescimento mundial.

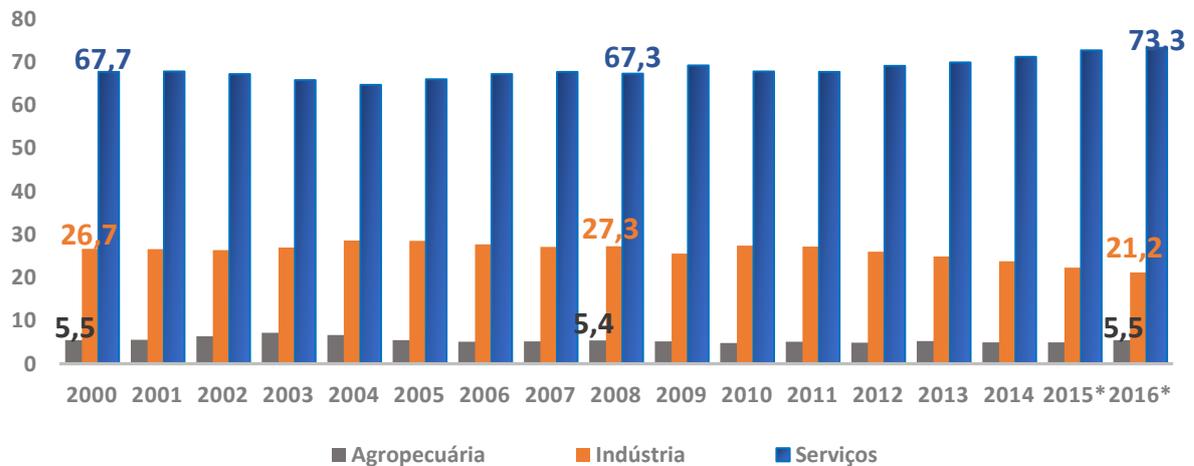
A partir de 2010 o país apresentou queda no consumo e no crédito devido à alta taxa de inadimplência, baixo valor das *commodities* devido à queda da demanda mundial e a desaceleração recente dos investimentos públicos.

Perante a proposta do novo desenvolvimentismo, o papel do Estado está direcionado especialmente para o caráter regulador e estabilizador. a pequena participação do desenvolvimento na política industrial ativa que na visão dos novos desenvolvimentistas não deveria ser uma prioridade na busca do desenvolvimento e sim uma consequência incluída na esfera da política macroeconômica na qual o câmbio seria a variável que poderia determinar a política industrial.

Diante do então contexto, a nova teoria defende a criação de um ambiente macroeconômico que favoreça o setor industrial, condição suficiente para crescimento via mercado (CORRÊA, 2015).

Neste cenário, é importante salientar o desempenho industrial do país tendo em vista os curtos períodos de crescimento apresentados no período em análise. Assim, mediante o gráfico 2, veremos a participação dos setores na economia do país, no qual se destaca o desempenho dos setores de serviços, indústria e agropecuária, a contar do ano de 2008, período em que o país enfrenta forte crise econômica.

Diante do então contexto, o Brasil perdeu sua participação industrial em diversos países, além da concorrência com a enxurrada de produtos importados da China em consequência da sua grande expansão no mercado internacional.

GRÁFICO 2: Componentes do PIB por setor (%)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2017

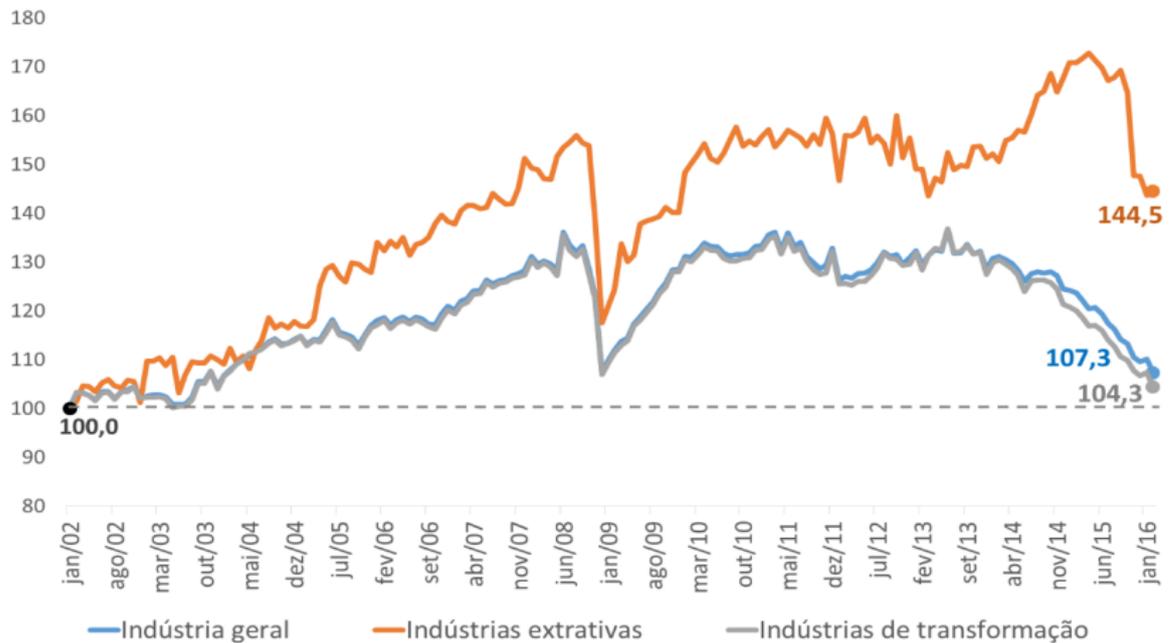
(*) Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Constata-se, no período analisado no gráfico, que o setor de serviços ganha destaque por meio de seu crescimento contínuo apresentando uma considerável participação dos componentes do PIB por setor, na qual segundo a RAIS de 2014 (MTPS) é responsável por 55% do total dos empregos no país. Ao mesmo tempo em que os setores da indústria e agropecuária demonstram um crescimento modesto, este último, apesar dos gargalos associados ao escoamento de produção devido à falta de infraestrutura que o país apresenta nesse período, conseguiu se manter através dos elevados preços das *commodities* no mercado internacional.

Diante dos altos valores apresentados pelo setor de serviços, podemos destacar que a perda da participação da indústria teve forte indícios para isso, resultante da queda do desempenho da indústria de transformação, fato que pode ser observado no gráfico 3.

Além disso, a expansão do crédito e incentivo ao consumo em massa, já exposto no texto, apresentou benefícios para o comércio (principal segmento do setor de serviços) dando notoriedade aos ganhos de participação do mesmo.

GRÁFICO 3: Produção industrial do Brasil, 2002-2016 (índice janeiro/2002=100)



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal Industrial, 2017.

Observa-se então uma tendência de queda contínua na produção da indústria geral a partir de 2010 com foco na indústria de transformação²⁰, a qual apresentou relevante queda em relação a indústria extrativista. Torna-se importante destacar que além dos fortes estímulos ao consumo não tiveram a contrapartida de aumento da produção nacional explicando melhor a falta de competitividade da indústria de transformação brasileira, a tendência da queda da indústria também seria devido a razão capital-trabalho, que vem diminuindo em média 4,94% no período de 2002-2010 em conjunto com a queda da produtividade total dos fatores equivalente ao capital humano (PEREIRA; DATHEIN, 2016).

Assim, esse aspecto apresenta uma correlação que impacta no nível de investimento da indústria, pois se o capital tivesse uma tendência de crescimento permitiria um aumento de investimento em P&D, consequentemente incentivos a tecnologia e inovações provocando

²⁰ Em 2014, foi a primeira vez desde 2002 que as demissões da Indústria de Transformação superaram as admissões, provocando uma redução líquida do emprego formal no setor de cerca de 164 mil empregos, o que representa uma queda de 2% do estoque de emprego formal da Ind. Transf. em relação a 2013. Mesmo em 2009, sob os efeitos da crise financeira internacional, o desempenho do emprego da indústria de transformação não alcançou um resultado negativo. Em pontos percentuais, a indústria de transformação foi o setor que mais perdeu participação no emprego da economia (desconsiderando a administração pública) entre 2002 e 2013, correspondendo a uma queda de 3,1 p.p. Apesar de ter perdido o posto de maior empregadora formal da economia desde 2008 (desconsiderando a administração pública), a indústria de transformação ainda é o segundo setor da economia com maior número de empregos formais. Além disso, a massa salarial da indústria de transformação é maior do que de todos os setores da economia, desconsiderando administração pública, o que realça sua importância para a dinâmica econômica (COELHO, 2015).

ganhos na produtividade total dos fatores desenvolvendo a indústria (BRAGA TADEU, 2015).

Diante disso é importante observar o investimento em P&D no Brasil no período analisado apresentado pela tabela 3, na qual mostra que embora seja crescente o investimento em P&D no país, ainda representa uma porcentagem pequena em relação ao PIB.

TABELA 5: Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) - produto interno bruto (PIB) 2000-2014

Setores	% em relação ao PIB														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	1,32	1,34	1,33	1,30	1,30	1,30	1,27	1,38	1,46	1,54	1,60	1,56	1,59	1,61	1,67
Dispêndios públicos	0,72	0,73	0,67	0,65	0,64	0,63	0,65	0,73	0,74	0,81	0,84	0,81	0,83	0,90	0,88
Dispêndios federais	0,48	0,48	0,44	0,43	0,44	0,44	0,48	0,52	0,51	0,55	0,58	0,54	0,55	0,62	0,58
Dispêndios estaduais	0,24	0,25	0,23	0,22	0,20	0,19	0,18	0,21	0,23	0,25	0,26	0,27	0,28	0,28	0,30
Dispêndios empresariais	0,60	0,62	0,66	0,65	0,66	0,67	0,61	0,65	0,72	0,74	0,76	0,75	0,76	0,71	0,80

Fonte: Produto interno bruto (PIB): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2015

Com isto, a queda referente ao capital-trabalho também foi representada pelo aumento da força de trabalho empregada, consequência da política social desenvolvimentista implantada no governo Lula que envolveu um aumento do emprego com mão de obra intensiva.

Com relação ao crescimento da indústria extrativista, tal fato ocorre devido ao *boom* de *commodities* impulsionado pela demanda da China, um dos principais consumidores de *commodities* do Brasil no período analisado. Assim sendo, a ampla disponibilidade de recursos naturais concentra o país na pauta exportadora desses produtos.

No tocante, à indústria de transformação, um dos motivos que se refere a queda do desempenho é a falta de investimento em tecnologia no Brasil, a qual transforma o país dependente tecnologicamente. Para os países desenvolvidos os investimentos em inovação são significativos, tornando-os principais competidores mundiais de produtos tecnológicos (DEPECON/FIESP, 2017).

Essa baixa intensidade tecnológica provoca queda na pauta exportadora de produto manufaturado no Brasil diminuindo ainda mais sua competitividade no mercado. Portanto, mesmo em alguns setores havendo ganho crescente em escala, não se pode dizer que houve aumento na indústria geral. (DEPECON/FIESP 2017).

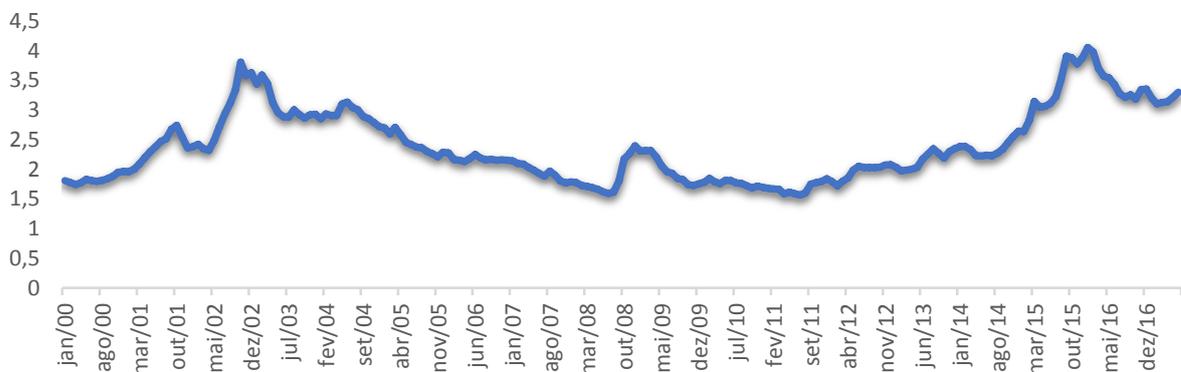
Desse modo, os ganhos da economia mundial se dão cada vez mais pelas inovações tecnológicas e pelo aumento de sua concorrência gerando a redução dos preços dos manufaturados. Desta forma, em decorrência da queda da produtividade total dos fatores, o aumento das importações é destacado no cenário político-econômico do país, assim as empresas brasileiras encontram-se em um desafio para reverter esse quadro de baixa produtividade e concorrência com produtos importados.

3.3 Análise da taxa de câmbio: Principal instrumento para o desenvolvimentismo precursor

O comportamento da taxa de câmbio no período de 2000 a 2016, apresentou em média períodos de oscilação, ora apreciada e ora depreciada, considerando um período longo de apreciação, podendo ser observado no gráfico 4. Tal movimento impacta diretamente na rentabilidade das exportações, uma vez que a medida que a taxa de câmbio nominal se valoriza, as exportações perdem a rentabilidade.

Diante disso, segundo Contri (2014), o longo período de apreciação cambial pode ser explicado pela baixa taxa da demanda doméstica, as oscilações da taxa de juros e desempenho das *commodities*, que como analisado anteriormente no texto, não foi afetada devido ao favorável cenário da demanda externa.

GRÁFICO 4: Taxa de câmbio – livre – Dólar americano (venda) – Média de período – mensal – u.m.c/U\$\$



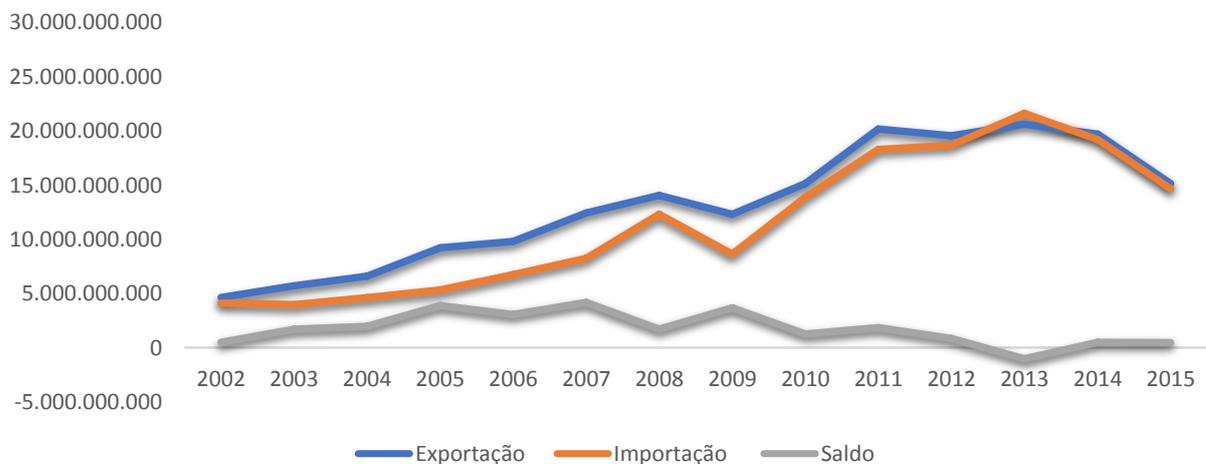
Fonte: Banco Central, 2017

Podemos verificar que houve desvalorização cambial até 2003 e após esse período o país passa por um movimento de apreciação que dura até 2008, quando ocorre a crise internacional. Entre 2009-2010 ocorre novo momento de apreciação cambial e a partir de 2011 é verificado uma nova fase de desvalorização cambial.

No entanto, estas fases de apreciação, por sua vez, não contiveram as exportações no período, que foram favorecidas principalmente pelo crescimento da economia mundial, pelas medidas adotadas para desoneração tributária no setor exportador e pela alta dos preços das *commodities* fazendo com que esses produtos tivessem forte impacto sobre a performance da balança de pagamento, ampliando assim as quantidades exportadas podendo ser verificada no gráfico 5.

Verificou-se que ao longo do primeiro mandato de Lula (2003-2007), o comportamento das exportações favorável estimulou o crescimento contribuindo para reduzir impactos recessivos das políticas adotadas.

GRÁFICO 5: Exportações e Importação Total (MDIC) - US\$



Fonte: Banco Central, 2017

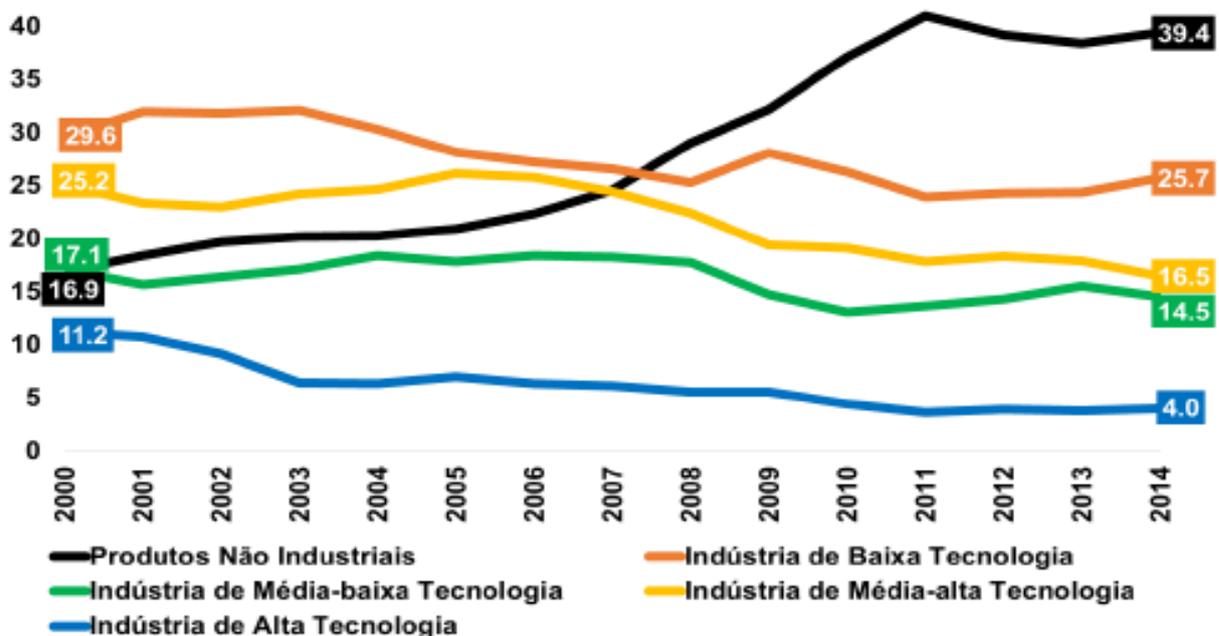
Analisando de uma forma geral, observa-se que a evolução do quantum exportado durante todo o período é positiva, porém a mesma é intensificada e focada cada vez mais em produtos básicos, o que explica esta alta exportação. Levando em conta que os produtos com tecnologia e inovação tem uma alta participação no desempenho da economia dos países desenvolvidos, o Brasil apresenta baixa exportação nesses itens, como mostra o gráfico 6.

Já as importações se mostraram estagnadas até 2003 e a partir de então apresentam constante crescimento (com exceção ao ano de 2008 devido à crise mundial), reflexo da

valorização cambial, do fraco desempenho da produção a nível de competitividade mundial e da política de expansão do consumo que proporcionou poder de compra inclusive de bens importados.

Diante de tal conjuntura, prevaleceram as baixas taxas de investimento e incapacidade de crescimento sustentável, ainda mais porque o país é totalmente atrelado ao desempenho da economia mundial.

GRÁFICO 6: Evolução da participação por intensidade tecnológica da pauta exportadora brasileira (em % do total exportado)



Fonte: DEPECON, FIESP

Podemos verificar que a pauta de exportações brasileiras sofreu significativa mudança em sua composição no período de 2000 a 2014, apresentando aumento da participação para os produtos primários e diminuição para os manufaturados. Segundo dados da DEPECON – FIESP, houve mudanças em relação a intensidade tecnológica dos produtos industriais exportados pelo Brasil, ou seja, exportações do segmento industrial de média/alta tecnologia sofreram redução significativa passando de 25,2% do total exportado pelo Brasil em 2000, para apenas 16,5% em 2014. O segmento de produtos de alta tecnologia exportados seguiu o mesmo comportamento, passando de 11,2% para 4,0% nas exportações totais durante o mesmo período. Já as exportações industriais de produtos de baixa tecnologia diminuíram sua

participação na pauta de exportações de 29,6% para 25,7% do total exportado, entre 2000 e 2014.

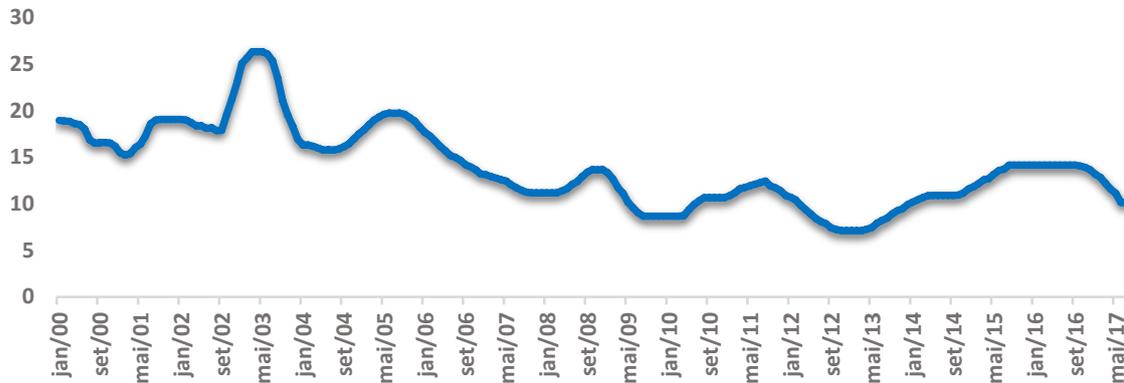
Nesse contexto, como mencionado anteriormente na figura 3, esses dados relacionam o baixo nível de investimento em P&D com a diminuição relativa dos produtos exportados manufaturados de níveis tecnológicos.

3.4 Análise da taxa juros a partir da volta do pensamento desenvolvimentista

No governo Lula, diante da autonomia ao Banco Central, é transferido para o mesmo a autoridade monetária e o poder de definir as metas de inflação ligadas as forças do mercado e seus interesses e conseqüentemente a taxa de juros, denominando assim sua independência deixando em evidência que os interesses do mercado nacional e internacional se mostram ainda mais importantes que a própria política de crescimento econômico do país, a qual seria manter a taxa de juros em números baixos. Assim, o órgão do Banco Central – O Comitê de Política Monetária (COPOM), ficou responsável pela fixação da taxa de juros básica da economia no Brasil. Com isto, são definidas outras taxas relacionadas a diversos tipos de financiamentos e de operação financeira.

Por meio desta, também é mantida a relação com as contas externas, pois seus resultados deficitários em transações correntes são invertidos pela elevação da taxa de juros no qual visa a atração de capitais tanto em termos de investimento direto externo como de carteira. Todavia, esses investimentos de curto prazo podem agravar ainda mais o déficit de transações correntes.

Perante a política do governo Lula sobre o superávit primário e do controle de inflação, a política monetária foi controlada justamente pelo ajuste da taxa de juros nesse período, levando em consideração que o governo se comprometeu honrar os contratos e pagar a dívida pública no final de 2005 que já apresentava um patamar de baixo número para novamente crescer a partir da crise mundial em 2008. Dessa forma, analisando o gráfico 7, o período do governo Lula e Dilma foi marcado por momentos de grandes variações.

GRÁFICO 7: Evolução da taxa de juros SELIC (%)

Fonte: Banco Central, 2017

Nota-se que a taxa de juros se manteve em um estágio crescente chegando a atingir aproximadamente 25% em 2003 e 18% em 2005, aumento este influenciado pela expansão da economia a qual gerava pressões de preços. A partir de 2006 houve uma redução que se tornou expressiva devido aos efeitos negativos gerados sobre as atividades econômicas, chegando a 11% no ano de 2007, em seguida volta a aumentar motivado pelo movimento dos preços e ajustes externos para em 2008, mais precisamente no segundo semestre, devido à crise mundial a taxa se torna decrescente chegando a 8,75% em 2009.

Porém com a expansão da demanda interna e elevação do crédito nesse período, prevendo um crescimento repentino em 2010 e partindo do pressuposto que o crescimento econômico reflete sobre o índice de preços, a taxa de juros novamente foi elevada para o número de 10,75% pelo COPOM, com retorno ao controle no regime de metas inflacionárias e assim se manteve durante o sucessivo governo Dilma com uma rápida queda em 2011 para em 2012 voltar a posição crescente.

Diante de taxa de juros tão elevadas, consideradas as mais altas do mundo, a economia fica sujeita a contribuição para o incremento da dívida pública, ou seja, quanto maior a taxa de juros, maior o montante anual de gastos com amortizações.

Embora a taxa de juros tenha mostrado comportamento de elevação com momentos decrescente, ainda sim são consideradas elevadas, esse comportamento demonstra contradição ao que se refere a taxa de juros moderada (taxa de juros baixas) defendida pela teoria do novo desenvolvimentismo precursor e até mesmo ao social desenvolvimentismo, o qual o governo Lula apresenta maior identificação.

Para Omar (2008), os efeitos da taxa de juros altos sobre a atividade e os investimentos são altamente perversos, já para Bresser (2012), a taxa de juros elevada

desestimula o investimento nacional e a poupança externa, isto é, o dinheiro estrangeiro substitui o nacional no investimento do país, além de promover a apreciação do câmbio, pois quanto mais alto for o déficit em conta corrente (o qual que pode ter influência da taxa de juros alta) mais apreciado se torna o câmbio, o que para os novos desenvolvimentistas seria considerado insatisfatório para a macroeconomia do desenvolvimento.

3.5 Crescimento econômico brasileiro e a relação da alta exportação de *commodities* com a ascensão da economia da China e suas influências

Por meio dos dados expostos sobre o governo petista, foi compreendido um período de retomada do crescimento econômico. Entre os anos de 2003 e 2008, o PIB brasileiro apresentou uma taxa média de expansão de 4,2% a.a., com variação negativa no ano de 2009, mas com forte recuperação no ano de 2010 apresentando um crescimento acima de 7%, embora tenha mostrado declínio a partir de então.

O governo Lula, particularmente, embora tenha apresentado um ambiente promissor no mercado interno intensificando fortemente o crescimento, o país também foi grandemente favorecido pela demanda internacional. Isto posto, a análise do comportamento externo é um fator de extrema relevância para compreender a forte influência no padrão de crescimento do país. As transações internacionais são denominadas por: Aprofundamento de acordos comerciais, a ascensão dos países emergentes, o ciclo de crescimento acelerado dos países desenvolvidos.

Diante desses aspectos, assim como ocorre no cenário internacional, a China mostra-se como grande destaque por apresentar elevadas taxas de crescimento devido à forte expansão das exportações de manufaturados e tecnologia. Tornando-se então o principal consumidor de *commodities* do Brasil por perceber no país fontes para suprimento desse mercado, ocupando um papel progressivamente importante nas relações comerciais. Um dos resultados que demonstra esta ligação foi a ascensão da China de sexta colocada na lista dos principais mercados de destino das exportações brasileiras em 2001 para primeira classificada em 2009.

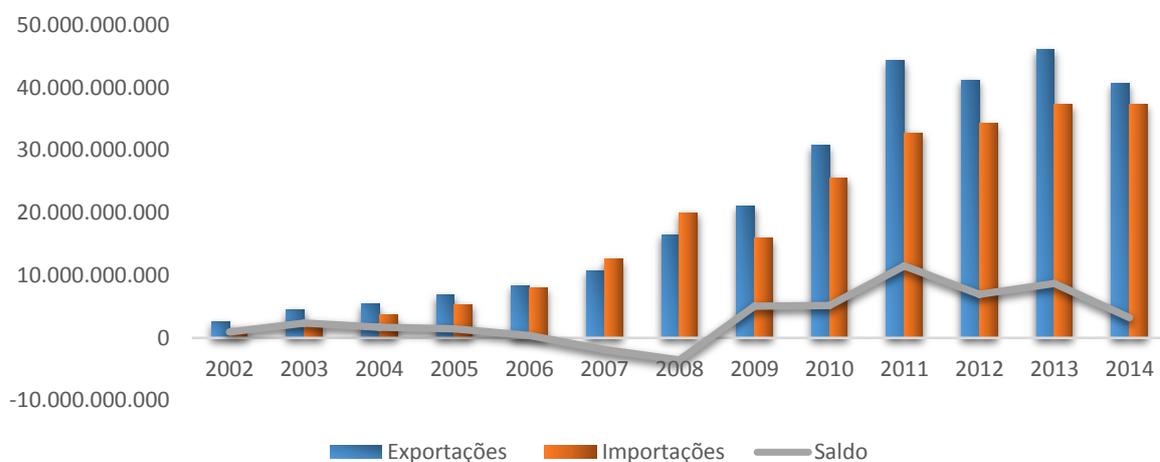
Portanto, é importante entender a relação entre a demanda crescente de matérias primas da China, a escalada de preço das *commodities* e a conseqüente maior atividade do Brasil.

Em que pese a importância do crescimento da China diante não só do crescimento brasileiro, mas sim em termos do comércio internacional é importante destacar que o mesmo

vem se consolidando como uma das economias de maior dinamismo, sendo realçado seus efeitos de intensidade econômica e sustentabilidade a frente das demais economias emergentes, mesmo diante a crise mundial.

Todavia, a demanda externa representou, de fato, um grande estímulo do crescimento econômico do Brasil. No gráfico a seguir é observado então uma evolução mediante a Balança Comercial entre esses países, apresentando as exportações em números maiores que as importações, na qual se deu tanto pelo lado dos valores, quanto do volume exportado.

GRÁFICO 8: Comércio bilateral do Brasil com a China, 2002-2014 (em US\$ bilhões)



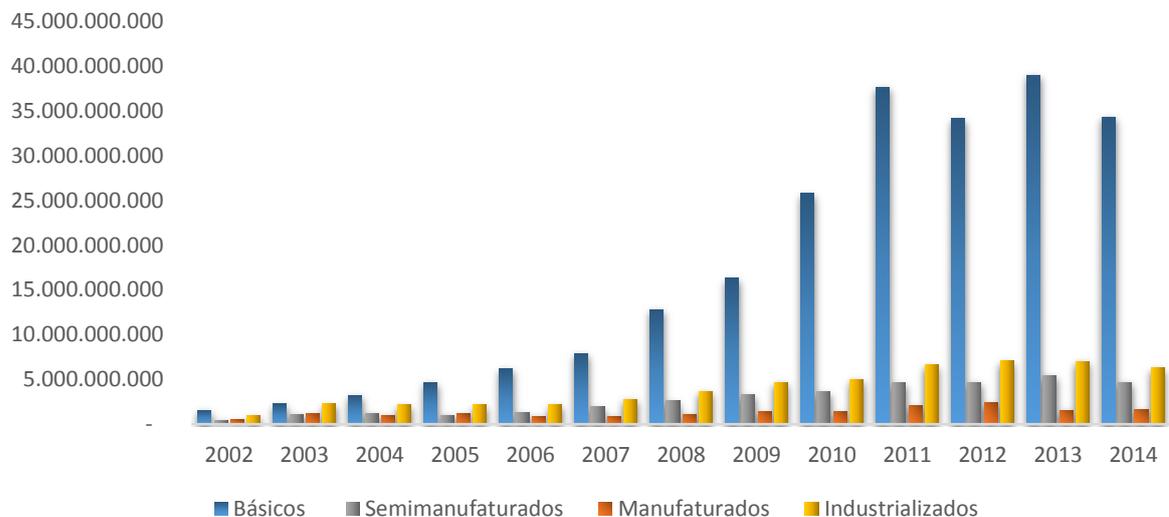
Fonte: MDIC 2015

É observado que as exportações destinadas a China apresentam-se em maior número se comparadas as importações, possibilitando saldos comerciais positivos e forte valorização em suas cotações, com exceção dos anos de 2007 e 2008 como reflexos da valorização do real e da crise mundial. De acordo com Medeiros (1998, p.2) “a combinação de abertura comercial e financeira com câmbio sobrevalorizado resulta em abruptas elevações dos coeficientes de importação e deslocamento das exportações para as *commodities*”. O que de fato aconteceu nesse período.

Por sua vez, Machado e Ferraz (2005) apontam que as exportações brasileiras destinadas a China estão fortemente ligadas aos produtos em que o país apresenta vantagens comparativas -como pode-se observar no gráfico 8-, em combinação com rápido incremento das importações chinesas. Para os autores, em se tratando do crescimento apresentado pelos os dois países em questão, é entendido que suas prioridades ao comércio internacional apontam diferenças.

Diante disso, enquanto a China optou por centralizar o comércio internacional ao seu modelo de desenvolvimento, priorizando as exportações de bens mediante empresas estatais. O Brasil optou por um desenvolvimento com preferência no mercado interno com principais exportações em recursos naturais, demonstrando a vulnerabilidade da pauta exportadora que resulta em um crescimento não sustentável, visto no governo Dilma.

GRÁFICO 9: Exportações brasileiras para China por setor, 2002-2014 (em US\$ bilhões)



Fonte: MDIC, 2015

De acordo com os dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), no período entre 2002 a 2014, as exportações brasileiras para a China que apresentavam o patamar de US\$ 2 bilhões deram um salto para mais de US\$ 40 bilhões, enquanto as importações cresceram de US\$ 1 bilhão para pouco mais de US\$ 37 bilhões. Diante disso, as exportações do Brasil destinadas à China apresentaram um crescimento em torno de 20%, o que ressalta o dinamismo da relação entre esses países.

Entretanto, as exportações brasileiras destinadas a China, são compostas por uma grande concentração em produtos básicos. Dentre esses produtos, tem-se como destaque a predominância de dois produtos em especial: minério de ferro, com participação no total da pauta exportadora de 41% e a soja em grão com 30% do total exportado (WITS, 2016).

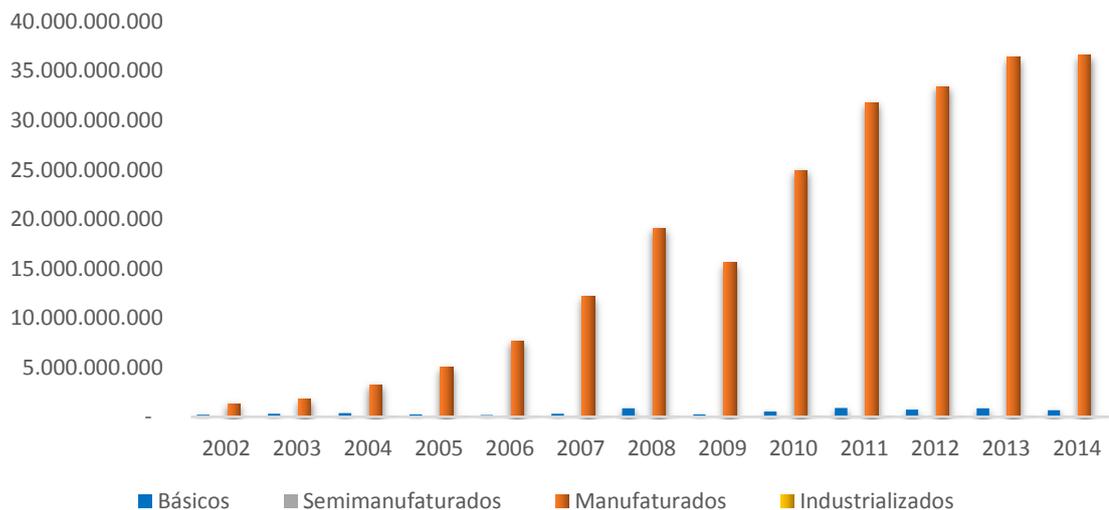
Já no gráfico 10, é possível identificar o grande número de importações da China para o Brasil, em destaques para os produtos manufaturados, os quais o Brasil tem maior deficiência. No entanto, diferentemente das exportações, as importações originárias da China

são apontadas com maior diversificação por não apresentar concentração em poucos produtos, pois individualmente seus produtos não representam mais do que 5% das compras brasileiras da China, ou seja, a variedades de produtos que são importados para o Brasil exibem o poder que a China em variar e aumentar seu mercado (WITS, 2016).

Assim, essa variação é composta, em grande parte, por produtos intermediários como: Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes 29%; Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes 19%; Produtos químicos orgânicos 6%; entre outros. (WITS, 2016).

Reforça-se então a percepção de que o Brasil tem se posicionado como um alto exportador em recursos naturais e um intenso importador de manufaturados de maior conteúdo tecnológico, perdendo vantagens comparativas para esse setor.

GRÁFICO 10: Importações brasileiras da China por setor, 2002-2014 (em US\$ bilhões)



Fonte: MDIC

Diante do contexto, fica bastante evidente a tendência do Brasil de importar cada vez mais produtos manufaturados devido a fragilidade na produção desses produtos. Tratando-se dessas diretrizes, podemos verificar a concentração das exportações brasileiras em apenas duas *commodities* por exemplo, e a vulnerabilidade da pauta exportadora brasileira diante às variações dos preços internacionais. Contudo, o crescimento e a diversificação da pauta chinesa evidenciam um progresso em mais de uma área, levando o país a um amplo mercado direcionado ao crescimento sustentável do país.

É visto então que esse comportamento das exportações e importações brasileiras tem apresentado um vasto debate sobre a desindustrialização, ou reprimarização, da economia brasileira, as quais trazem consequências negativas para o Brasil na relação comercial entre os

dois países, pois embora a China seja um significativo consumidor de recursos naturais, é também um forte concorrente para a indústria brasileira, deixando o Brasil ainda mais deficiente em competitividade mundial.

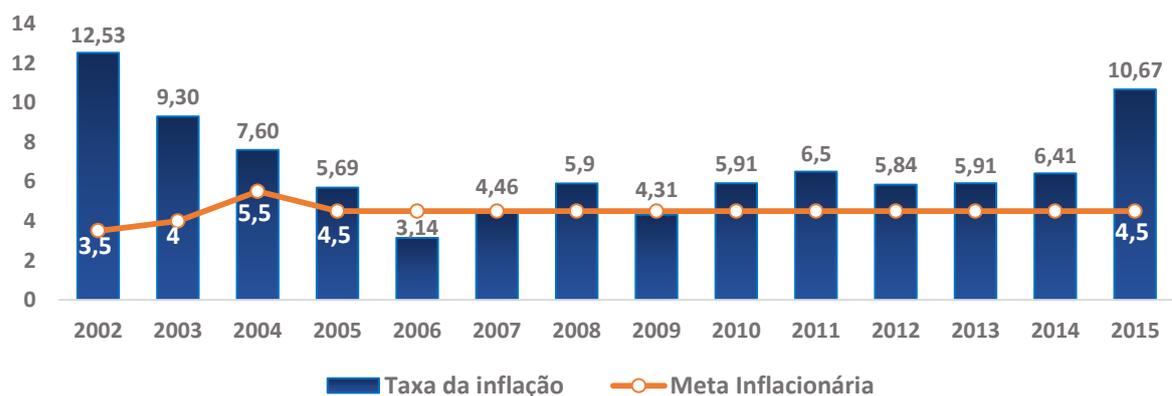
Por fim, o rápido crescimento econômico que o Brasil apresentou, veio acompanhado de uma forte exportação de suas *commodities*, crescimento do mercado interno, importante incorporação das classes baixas na dinâmica de consumo, redução das desigualdades distributivas e inflação moderada, de melhorias nas contas públicas e externa.

O desafio enfrentado pelo Brasil está em diversificar sua pauta comercial, buscando o desenvolvimento através do investimento em tecnologia e no âmbito industrial. Provocando uma alteração na estrutural e conseqüentemente uma transformação de um país com uma pauta exportadora de *commodities*, para uma diversificação de produtos com de maior valor agregado, para ser assim uma resposta à competição chinesa.

3.6 Análise da taxa de inflação

Perante a experiência pela qual o país passou nas décadas 1980 e 1990 no que se refere a inflação, é notável no novo governo Lula o interesse no controle da mesma. Embora a posição do governo fosse crítica em relação à política econômica do governo anterior, as medidas para controlar a inflação foram mantidas, sendo adotadas independente dos custos sociais e econômicos. O gráfico a seguir nos evidencia a trajetória e o comportamento da inflação nos dois mantados do governo Lula e o primeiro mantado do governo Dilma relacionados ao teto da meta estabelecido pelo Banco Central.

GRÁFICO 11: Índice nacional de preços ao consumidor-amplo (IPCA) Inflação - Var. %



Fonte: IBGE, 2017

Observando o descumprimento da meta em 2002 e 2003, a partir de 2004 até 2014 as metas de inflação foram cumpridas – levando em consideração os limites de 2 pontos inferiores e superiores -. Porém, com dura condução na política monetária e tendo a taxa de juros como as maiores do mundo, em determinados pontos foram consideradas reduzidas.

Constata-se então que o regime de metas implantadas junto com um padrão de crescimento levado pela distribuição de renda, apresentaram alterações no que se refere a teoria pós-keynesiana sobre o regime de metas de inflação que estaria ligado a demanda, a qual a mesma lidera o crescimento. Essas alterações competem justamente a distribuição de renda e mecanismo de indexação do poder de barganha dos trabalhadores. As principais condicionantes na determinação da inflação no Brasil são variáveis referente ao preço das *commodities* juntamente com a taxa de câmbio, a qual determina uma inflação importada e são influências tanto nos movimentos de alta inflação como de queda (BRAGA, 2011).

Assim, essa ligação se explica pelo fato de uma apreciação cambial decorrente da alta das *commodities* ajudar a controlar a inflação, mas como consequência aumenta a dependência da exportação desses recursos naturais fragilizando a indústria (LORA, PAWELL E TAVELLA, 2011).

O aumento da produtividade no país, (embora esse aumento seja pouco considerado tendo em vista os países desenvolvidos e a modernização tecnológica) ao longo da década de 2000 influenciou nos preços dos bens de consumo duráveis, o qual cresceu a um nível menor que a inflação agregada ao consumidor. Ainda que o crescimento econômico seja puxado pelo consumo, que por sua vez, tende a gerar pressões inflacionárias, a valorização cambial em determinados períodos, concorrência externa e política temporária de redução de tributos foram fatos conjuntos que induziram ao controle da inflação no intervalo analisado. Dentro desta perspectiva, a inflação entrou em trajetória de declínio e se aproximou do teto da meta por quase todos os anos.

Diante de toda a análise feita até aqui, será analisado no próximo capítulo a visão do principal defensor da teoria novo desenvolvimentista precursor, Bresser-Pereira, a respeito do impacto que essas políticas e seus efeitos tiveram para a economia brasileira, como também sua visão sobre como levar o país ao desenvolvimento, até então considerado estagnado pelo autor.

4. A VISÃO DE BRESSER- PEREIRA SOBRE AS POLÍTICAS E AÇÕES DO GOVERNO PETISTA

As diversas escolas de pensamento do novo desenvolvimentismo em geral divergem sobre suas teorias e apontam críticas nas estratégias de desenvolvimento. Em especial, a teoria do novo desenvolvimentista precursor ressalta seu ponto de vista crítico na abordagem social-desenvolvimentista que são consideradas por seus autores como sendo dois fenômenos distintos, a primeira teoria representada por uma macroeconômica estruturalista do desenvolvimento e a segunda refere-se à teoria aplicada a qual apresenta características específicas do governo petista. Neste capítulo o foco recairá em analisar essas críticas dos novos-desenvolvimentistas precursores, para isso iremos nos fundamentar principalmente nas obras de Bresser-Pereira, o grande sistematizador e propagador dos conceitos e dessa corrente.

Em análise ao que foi analisado nos dados expostos no Capítulo 2 desse trabalho, é destacado a ideia (excluído o período de boom das *commodities* e o agradável cenário internacional - “efeito China”- entre os anos de 2006 - 2010) de que o país cresceu a taxas *per capita* muito baixas, sendo considerado desde o ano de 1994, um período de quase estagnação econômica que para Bresser (2014), que não se explica pela falta de poupança das famílias, baixo nível de educação, na falta de instituições melhores e falta de investimentos em infraestrutura, pois esses problemas já existiam e foram enfrentados no período de grande crescimento do país, mas sim pela armadilha macroeconômica de juros altos e câmbio sobreapreciado (BRESSER, 2014).

Observa-se então que, no período analisado o país se tornou possuidor de uma direita desinteressada no crescimento da economia e uma esquerda altamente confortável com o cenário que era apresentado no momento em que o Partido dos Trabalhadores estava em seu auge populista. Assim, perante os cinco preços apresentados pela teoria novo desenvolvimentista precursor, é exposto por Bresser (2014) que o problema da estagnação da economia se dá pela trajetória que esses cinco preços percorrem durante os anos em que o PT governou o país.

Embora os autores dessa teoria afirmem que esse governo representou uma mudança política significativa apresentando uma alternativa de desenvolvimento social, resultados positivos referente ao PIB, além da permanência do elemento do nacional desenvolvimentismo como a intervenção moderada na economia por meios de investimentos,

no plano econômico o governo em questão foi destacado pelo “populismo cambial”²¹ herdado do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o autor, para que o Brasil siga na linha do desenvolvimento esses cinco preços teriam que ter tomado sentidos adversos, sendo necessário a correção dos mesmos para que apontem soluções com o objetivo de retirar o país do seu nível de estagnação, isto é, o problema de desenvolvimento do país está relacionado a macroeconomia até então implantada. Além da necessidade de uma coalizão de classes envolvendo empresários, trabalhadores e burocracia pública em um acordo social.

Diante das críticas expostas pelo novo desenvolvimentismo, também é chamada a atenção para o fato de que, a “Carta ao Povo Brasileiro” ao ser lançada em campanha eleitoral para 2002 relata que seria mantido os contratos com as empresas capitalista e manteria os contratos vigentes em relação a dívida pública doméstica e externa, apoiando o programa de auxílio prestado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentando continuidade às políticas neoliberais.

Dessa forma, o governo atente aos interesses do mercado e junto com a boa gestão do âmbito social beneficiou os pobres, assim sendo é reparado que na gestão de Lula os ricos ficaram mais ricos e os pobres tiveram oportunidades de melhores condições de vida, ou seja foram beneficiados “gregos e troianos”.

Concordando com a crítica a continuação das políticas neoliberais do governo Lula, Cardim de Carvalho (2003) argumenta que essas as mesmas delimitavam a capacidade discricionária das políticas monetárias. Isto posto, é notável que as perspectivas do novo desenvolvimentismo não correspondem apenas a estabilidade monetária como na teoria neoliberal, o objetivo vai de encontro a estabilidade macroeconômica.

Portanto, para entendermos melhor qual trajetória adversa o autor se trata, nesse capítulo vamos analisar os erros apontados por ele na política implantada nos governos de Lula e o primeiro mantado do governo Dilma a respeito das imperfeições de cada preço apresentado na nova teoria desenvolvimentista.

²¹ Para o novo desenvolvimentismo precursor tem-se o nome de populismo cambial pois repassava uma sensação de bem-estar aos consumidores pelo melhor acesso a produtos importados e até mesmo bens de luxo

4.1 Análise do autor em questão sobre a taxa de câmbio nos governos petistas (2003-2014)

Perante as ideias expostas pelo novo desenvolvimentismo precursor, a principal crítica está relacionada a tendência a uma taxa de câmbio crônica e ciclicamente apreciada, a qual segundo Bresser e Oreiro (2014), foi justamente essa a trajetória percorrida pelo câmbio no Brasil nos anos governados pelo PT. Essa tendência é responsável por diversos problemas na economia, nos quais explica que o câmbio apreciado é o principal motivo que leva a economia a subseqüentes imperfeições que impedem o desenvolvimento do país.

Nessa teoria a taxa de câmbio não é importante apenas para determinar o rumo das exportações e importações, mas se torna essencial também para determinar o investimento, aumentar a poupança interna e ainda é considerada como instrumento para dar competitividade ao mercado.

Diante da tendência a apreciação da taxa de câmbio no longo prazo em países em desenvolvimento é importante analisar quais as principais políticas habituais que causam apreciação na moeda nacional de acordo com o autor em evidência. São elas:

- I) Doença Holandesa²², na qual, acontece pelo fato das *commodities* -devido a sua ampla produtividade - permitirem que sejam exportadas a uma taxa mais apreciada do que a necessária para as taxas consideradas competitivas;
- II) Política de crescimento com déficit em conta corrente (poupança externa), pois substitui a poupança interna pela externa financiados por ingressos de capital, sendo mais viável um aumento no valor da moeda para o aumento das importações e conseqüentemente o consumo devido os rendimentos na extensão em termos reais dos salário e capital (juros, alugueis e dividendos);
- III) A alta taxa de juros usada para controlar a inflação e atrair capitais;
- IV) A política de âncora cambial, resultados de decisões envolvendo interesses políticos e a preferência pelo consumo imediato.

Por meio dessas habituais políticas, a taxa de câmbio apreciada desencadeia uma série de ciclos que levam a conseqüentes problemas para os demais “preços corretos” da macroeconomia. É exposto pelos autores dessa teoria que, para os esses países e exportadores de *commodities*, a taxa de câmbio ideal para incentivar a economia não necessariamente

²² A doença holandesa aprecia a taxa de câmbio - exceto em momentos de crise - em média de 20% e 25% (BRESSER, 2010).

precisa estar depreciada, mas sim em equilíbrio específico que remete ao superávit em conta corrente.

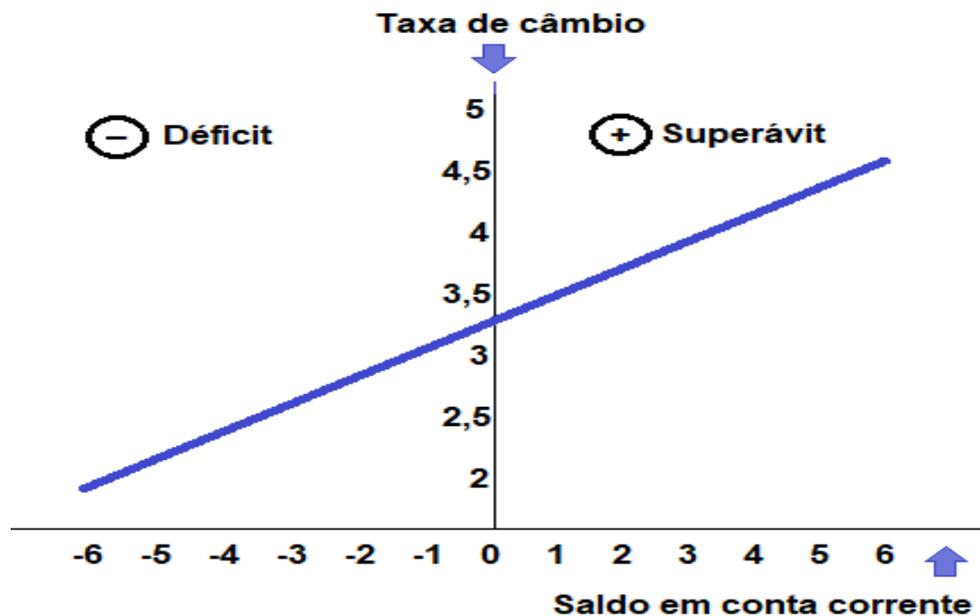
Conforme a teoria novo desenvolvimentista, o valor da taxa de câmbio é definido pelo valor que cobre o custo e obtém o lucro das empresas que estão inseridas no mercado externo. Segundo Bresser-Pereira *et al* (2012, p.58) diante desse raciocínio o autor define que:

“[...] o valor da moeda estrangeira expresso em termos de moeda nacional que permite as empresas representativas do país que participam do comércio exterior e garantem o equilíbrio de sua conta corrente obterem uma receita que cubra seus custos mais uma taxa de lucro razoável, assumida tarifa zero de importação.”

No entanto, para qualquer economia nacional a taxa de equilíbrio equivale ao equilíbrio corrente. Porém, para países que apresentam doença holandesa é apresentado dois valores que a taxa de câmbio pode alcançar para garantir o lucro satisfatório. Por este motivo, a doença holandesa é considerada um agente estrutural que dificulta a industrialização e sofisticação produtiva. (Bresser-Pereira, 2006; Bresser-Pereira, 2012; Bresser-Pereira & Gala, 2012; Bresser-Pereira *et al*, 2014)

Assim, os países mesmo industrializados, mas com lento crescimento, pequenas taxas de investimentos, poupança baixas, déficit público e em conta corrente, essa taxa é calculada e determinada pelos teóricos do novo desenvolvimentismo precursor supostamente em torno de R\$ 3,30 por dólar como mostra o gráfico 12.

GRÁFICO 12: Correspondência direta entre o saldo em conta corrente e a taxa de câmbio



Diante disso, a linha de equilíbrio corrente é determinada para equilibrar intertemporalmente a taxa de câmbio do país para garantir uma taxa de lucro satisfatória para os produtores de recursos naturais.

Já para as empresas de bens comercializáveis que atuam com tecnologia no estado da arte mundial é apontado uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial - que nos países com doença holandesa significa uma taxa resultante em superávit em conta corrente - favorecendo economicamente essas empresas.

Portanto, essa taxa é calculada e denominada ao preço de aproximadamente R\$ 4,00 por dólar, a qual corresponde a um superávit em conta corrente de aproximadamente 1% do PIB, tornando competitivas as empresas industriais competentes. Esse equilíbrio é então considerado como ideal para um país ter importante participação no mercado mundial sendo forte em exportação garantindo o desenvolvimento do mesmo (BRESSER, 2014).

Pelo exposto, é perceptível que quanto mais deficitário for a conta corrente mais valorizada será a moeda, conseqüentemente quanto maior o saldo em conta corrente mais depreciada será a taxa de câmbio. Assim, para cada saldo em conta corrente existe uma taxa equivalente, apresentando também um ponto de equilíbrio específico. Portanto a neutralização da doença holandesa se dá quando o equilíbrio corrente do país se iguala ao equilíbrio industrial para garantir uma indústria competitiva.

Entretanto, esses dois equilíbrios variam com o tempo. O equilíbrio corrente diversifica de acordo com os preços das *commodities* à medida que o equilíbrio industrial varia conforme o aumento da produtividade e dos salários nas empresas, ou seja, como foi visto no gráfico acima, embora a relação seja linear a mesma pode ser deslocada tanto para cima quanto para baixo de acordo com esses fatores mencionados.

Nesse contexto, no cenário brasileiro até o ano de 2006, a política relacionada ao “tripé rígido macroeconômico” era mantida no país com a condução da demanda agregada. É no final desse mesmo ano que o tripé passa por algumas flexibilizações sendo agora pautado uma política monetária com estabilidade na taxa de inflação no curto e no longo prazo. Assim, a política não mais ordenava metas declinantes, e sim metas constantes, seguidas de política fiscal com o corte dos investimentos em relação ao superávit primário, política salarial com elevação do salário real e política cambial com autonomia da política monetária.

É por meio desse novo tripé agora chamado de “tripé macroeconômico flexibilizado” que os objetivos principais apontavam para a estabilidade do nível de preços, crescimento econômico e estabilidade da taxa de câmbio. Especificamente em relação a política cambial, O Banco Central do Brasil intervém no mercado de câmbio aumentando a compra de reservas internacionais, substituindo o regime até então de câmbio flutuante para um regime totalmente “administrado”, essa política de compra significativa de reservas internacionais resultou em números de US\$ 61,95 bilhões em 2005 para US\$ 205,11 bilhões em 2008 a disposição da economia brasileira (OREIRO, 2016).

Contudo, a flexibilidade do tripé macroeconômico existente não foi capaz de conter a tendência a valorização da taxa de câmbio. No início do governo Lula recebeu do governo antecedente uma taxa fortemente depreciada (em torno de R\$ 5,00 a preços atuais), a qual entra em processo de valorização cruzando a linha de equilíbrio industrial e corrente²³, chegando a deterioração da conta de transações correntes, a ponto de não ser possível maior apreciação pois poderia não mais remunerar até mesmo as *commodities*, permanecendo apreciada por longo período e percorrendo ao em torno de R\$ 2,00 por dólar favorecendo as importações, sendo considerada depreciada apenas nos anos de 2002, 2008 e 2016²⁴ quando a taxa de câmbio atingiu por um breve nível de aproximadamente o equivalente ao equilíbrio industrial (exceto em 2008 que a apreciação não foi tão considerável a esse ponto).

²³ Explicado pela teoria no capítulo 1 desse trabalho

²⁴ Essa tendência pode ser facilmente compreendida no gráfico 4, referente a taxa de câmbio exposto no capítulo 2 desse trabalho.

Sendo assim, enquanto a taxa flutua em torno do piso de valorização do câmbio no período de 2003 a 2007, os déficits em conta corrente aumentam e o endividamento em moeda estrangeira das empresas do país também aumenta, provocando perda da competitividade da indústria e ainda o investimento público no PIB.

Com a crise de plano de pagamentos junto a crise mundial, volta-se a ter uma depreciação na taxa de câmbio em 2008 chegando ao valor em torno de R\$ 2,80, ainda assim considerada pela novos desenvolvimentistas como preço errado para a taxa de câmbio, onde rapidamente volta a se valorizar, retomando a depreciação a partir de 2014. Resultando em ciclos com longos período de valorização cambial.

Forma-se então, uma bolha de crédito devido a este alto volume de empréstimos ao país e em decorrência da dívida externa cada vez mais alta, os credores perdem a confiança e assim é suspenso a rolagem da dívida externa, as empresas industriais ficam endividadas e sem crédito, consideram a taxa de valorização do câmbio, verifica que não será competitiva mesmo que tenha tecnologia disponível, conseqüentemente suspendem os investimentos, causa a chamada “desindustrialização” entrando novamente em crise encerrando o ciclo cambial.

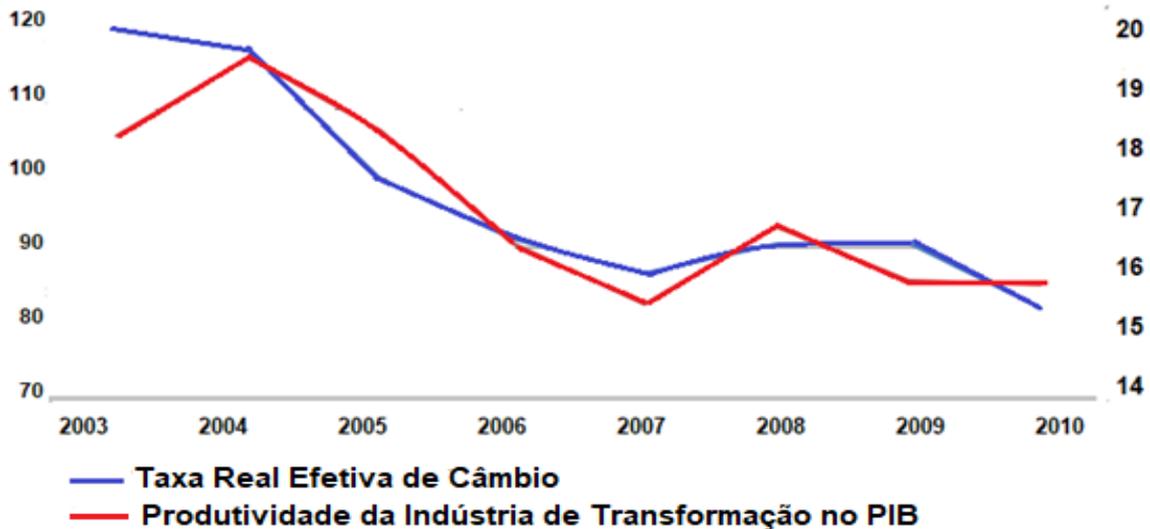
A partir de 2011, já no Governo Dilma, foi implantada a chamada “nova matriz macroeconômica” com o objetivo de reduzir a taxa de juros, desvalorizar o câmbio e ajustar a política fiscal com investimento público. Todavia, com a pressão inflacionária do período, essa nova matriz não foi capaz de cortar a sobreapreciação cambial e suas expectativas não foram atingidas, ou seja, embora tenha ocorrido desvalorização a partir da implementação da nova matriz, a mesma não foi suficiente para superar o longo período de valorização da moeda no país. Assim, não foi materializada a esperada recuperação da indústria com relação a competitividade de mercado, a qual foi considerada a continuação da estagnação da economia nos anos seguintes do mandato de Dilma (OREIRO, 2012).

E diante da importância da indústria para o desenvolvimento do país, a taxa de câmbio teve grande influência na trajetória da indústria de transformação no Brasil, a produção da mesma mostrou-se decrescente em determinados períodos como analisado no capítulo 2 desse trabalho.

Em tal caso, como já conhecido, em 1999 muda-se o regime de câmbio no Brasil e se inicia um processo de recuperação cambial, então com a entrada de Lula ao governo em 2003, o câmbio estava em um patamar extremamente competitivo, isso deu folego para os primeiros anos do novo governo e as exportações subiram, a partir do ano 2004 tende-se o processo de valorização cambial agora acompanhada com a queda da participação do câmbio como ilustra

o grafico abaixo, ratificando a ideia de que a desindustrialização, ou seja, a perda da importacia da industria no PIB esta fortemente associada com a apreciação da taxa de câmbio.

GRÁFICO 13: Evolução da Taxa Real Efetiva de Câmbio e da Participação da Indústria de Transformação no PIB da Economia Brasileira (2003-2010)



Fonte: IPEADATA, Elaboração de Oreiro. 2012

Perante essa apreciação da moeda, os empresários viram as suas vendas caírem, viram seus lucros desaparecerem e pararam de investir, perdendo competitividade. De forma que, as multinacionais que chegaram no Brasil investindo não adicionaram seus investimentos (tendo em vista que essas também estão fechando, assim como muitas empresas nacionais) mas sim substituíram, sendo revertidos em compra de bancos, grandes serviços, supermercados e até imóveis. O que não interessa ao país (BRESSER, 2014).

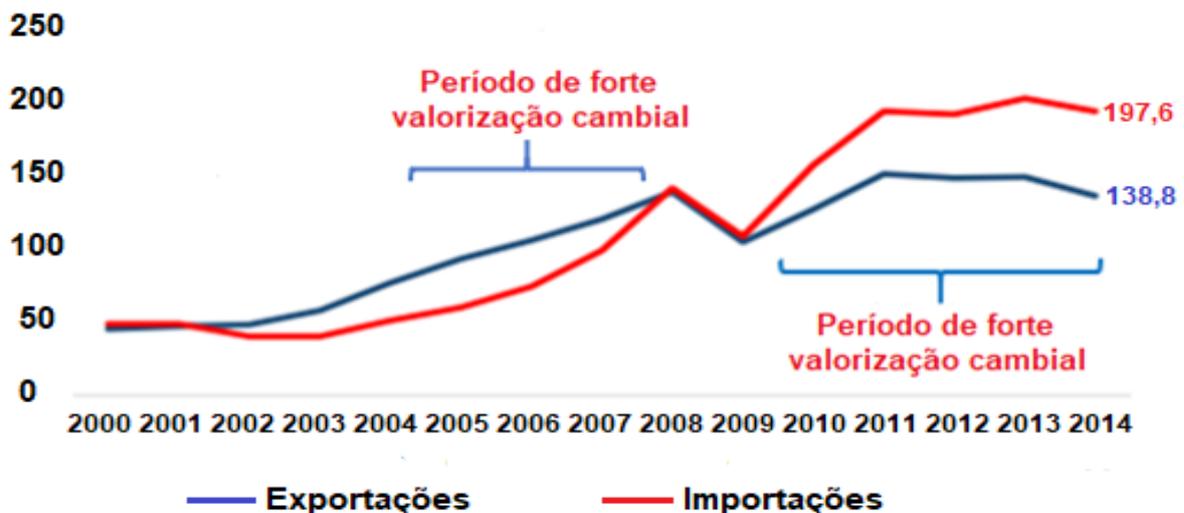
Deste modo, ao analisar essa trajetória, é notável que o impulso das exportações provocados pela ajuda da alta depreciação da moeda, embora acompanhada de uma recessão, mas com apoio do crescimento mundial, a indústria desperta sua produção e exportação. O mercado interno do país também cresce e o superávit no saldo da indústria de transformação chega a 32,17 bilhões em 2006.

Conforme a moeda foi sobrevalorizando ao longo do tempo junto ao impasse do cenário da crise mundial, esse setor passou a enfrentar dificuldades apresentando déficits a partir do ano de 2008, apesar de uma considerável recuperação da crise no ano de 2010 em relação as exportações, a partir de 2011 o mercado interno se fortificou em importações e o déficit em conta corrente chegou ao patamar de 56,86 bilhões em 2014 como mostra o gráfico 14.

Embora os demais setores como (agricultura, indústria extrativa e outros) apresentaram superávit de US\$ 54,90 bilhões, esse déficit na indústria de transformação demonstrou ser o grande responsável pela tendência de queda do saldo comercial do país, que exibiu um déficit de 3,96 bilhões no mesmo ano (FIESP, 2015). Diante disso Coelho (2015) afirma que:

“Isso evidencia a reprimarização da pauta exportadora brasileira, com a consequente perda de participação da indústria de transformação nas exportações” [...] “Esta reprimarização torna o país dependente dos preços externos das *commodities* e mais vulnerável a choques negativos externos”.

GRÁFICO 14: Exportações e Importações. Ind. Transformação (em US\$ bilhões)



Fonte: FUNCEX. Elaboração: Decontec/FIESP.

Assim, é certificado o argumento da teoria novo desenvolvimentista sobre a relação entre taxa de câmbio, déficit em conta corrente e competitividade da indústria (“desindustrialização”).

Nesse contexto, para o novo desenvolvimentismo precursor a “taxa de câmbio é uma espécie de interruptor de luz que liga ou desliga as empresas do mercado externo e interno” (BRESSER, 2018), sendo necessário no Brasil uma política cambial que neutralize a doença holandesa (que por sinal não é considerada pelo autor aqui citado como sendo tão grave no país, mas suficiente para uma possível “desindustrialização”) e o controle a forte tendência de

taxa de câmbio apreciada. Isto é, quando a taxa de câmbio encontra-se no equilíbrio ideal para competitividade as indústrias competentes desenvolvem seu mercado tanto externo como interno, resultando em lucros revertidos em investimento.

Além disso, é sugerido pelos novos desenvolvimentistas precursores um imposto sobre as exportações de *commodities* para que seu custo de produção seja compensado no momento em que a taxa de câmbio de equilíbrio corrente se iguale ao equilíbrio industrial. Ou seja, esse imposto deve ser cobrado com preços equivalentes a diferença entre os dois equilíbrios, deslocando a curva de oferta em relação a taxa de câmbio para cima até o equilíbrio industrial, assim os produtores só estarão disponíveis a produzir em mesma quantidade se a taxa de câmbio for depreciada, esse imposto pode ser medido pela gravidade da doença holandesa no país²⁵. Dessa maneira, o país apresenta uma indústria suficientemente competitiva e lucrativa no setor de *commodities*²⁶.

O Brasil enfrenta alguns obstáculos que dificultam a implementação das políticas macroeconômicas impostas pelo novo desenvolvimentismo para enfrentar a desindustrialização e alcançar o desenvolvimento econômico no país (em especial a política cambial). A curto prazo, existe um custo para que a moeda de um país se torne desvalorizada, pois ela reduz o poder aquisitivo dos trabalhadores perdendo o poder de compra dos mesmos, e também influencia no poder aquisitivo dos capitalistas rentista, sendo estes nos juros, aluguéis e dividendo, diminuindo o valor de sua riqueza. Esses custos são defendidos pelos heterodoxos e liberais, aos quais respectivamente defendem os interesses de curto prazo, e representam os interesses desses rentistas e financistas.

Para a teoria essa perda nos salários dos trabalhadores no curto prazo logo será recompensada com o aumento do emprego, e um pouco mais adiante, com o aumento da produtividade e conseqüentemente dos salários. Respostas do desenvolvimento resultante da possível aplicação da teoria no país.

²⁵ Para medir a gravidade da doença holandesa (g) e conseqüentemente analisar a porcentagem do imposto que será cobrado em cima do valor de venda das *commodities*, os novos desenvolvimentistas calculam a diferença entre as duas taxas de equilíbrio, e_i (equilíbrio industrial) e e_c (equilíbrio corrente), dividida por x (preço de exportação daquela determinada *commodity*): $g = (e_i - e_c)/x$ (Bresser, 2012).

²⁶ A partir da década de 1980, com a implementação dos padrões de abertura comercial e a redução de tarifas de importações médias para as importações gerais, o Brasil deixou de neutralizar a doença holandesa o que se perpetua até hoje, ao contrário do período desenvolvimentista, onde a neutralização teve influência por meio do modelo de substituição de importação e tarifas múltiplas de câmbio e alíquotas de importações (Carneiro, 2002).

4.2 A visão de Bresser sobre o comportamento da taxa de juros nos dois governos Lula e o primeiro mandato do governo Dilma

Outro fator que explica a crítica do novo desenvolvimentismo precursor a política implantada no governo Lula e Dilma é a permanência da elevada taxa de juros em todo período analisado. Embora seja a variável chave da corrente novo desenvolvimentista pós-keynesianos, a taxa de juros mais baixa também é uma variável relevante para os autores precursores.

Tendo em vista que, quanto mais expansiva for a política fiscal maior será a taxa de juros para financiar a dívida, isto é, um país que sustenta uma expressiva distância entre a taxa de juros nacional e a internacional tem como consequência um maior fluxo de capital internacional que, por conseguinte, proporciona uma tendência a valorização do câmbio.

O Brasil, desde o ano de 1994 (com o plano real) tem taxas de juros demasiadamente altas, consideradas mais elevadas que as taxas internacionais razoáveis²⁷, vista que essa elevação é dita como um problema tão grave quanto a apreciação da taxa de câmbio vista no tópico anterior. Esses juros elevados junto com a valorização cambial são caracterizados pela teoria do novo desenvolvimentismo precursor como uma armadilha que apresentam-se gradualmente “desindustrializando” o país.

Diante a trajetória do comportamento da taxa de juros a qual vimos no capítulo 2 deste trabalho nota-se que, o período de extinção do sistema de metas declinantes e a considerável redução da taxa de inflação marcada até o ano de 2008, combinado com a apreciação cambial, deram espaço para uma redução da taxa de juros. Contudo, essa redução ainda era considerada em níveis elevados em comparação com a taxa internacional que, por conseguinte influenciou a tendência a apreciação cambial.

A partir de 2009, devido à elevação de inflação por meio da rápida queda na formação bruta de capital em função dos efeitos da crise de 2008, o Banco Central do Brasil reajusta a Selic provocando uma nova elevação na taxa de juros. Com a “nova matriz macroeconômica” no governo Dilma surgiram medidas a favor da redução da taxa de juros o que influenciou a rápida depreciação do câmbio. Logo, foi depreciado 20% em relação a taxa anterior a nova matriz, o que é considerado pelos autores da teoria do novo desenvolvimentismo pouca devido ao histórico de valorização entregue ao governo Dilma. No entanto, o Banco Central

²⁷ A Selic do Brasil é muito mais alta, sobre a Selic os bancos cobram margens adicionais consideradas altas também. Assim a alta taxa de juros encarece não apenas o que compram as famílias, mas também o que as empresas compram em máquinas e equipamento a, dificultando o investimento (Bresser, 2017).

do Brasil a partir de 2013, inicia um novo ciclo de elevação da taxa de juros, tornando uma taxa livre de risco impactando o investimento no país.

Para os autores da teoria novo desenvolvimentista, quando a economia do país está em alta, é aceitável um possível aumento na taxa de juros. Mas em torno de que nível essa taxa de juros tem de se elevar? Para a teoria, a taxa de juros também apresenta um ponto de equilíbrio considerada no “nível certo” o patamar de 1% ou no máximo 2% reais. No Brasil essa taxa tem o nível de em média 6% e 7%, mostrando-se distante do que seria ideal para influenciar o desenvolvimento do país.

A teoria então afirmar que, perante uma política cambial de neutralização da doença holandesa junto com suas consequências de controlar a entrada de capitais e rejeição da política de crescimento com poupança externa, é possível manter a taxa de juros em um baixo patamar e assim como a desvalorização do câmbio o obstáculo enfrentado para a queda na taxa de juros está nos interesses dos rentistas e financistas. Segundo o autor supracitado “será preciso coragem para enfrentar os interesses dos rentistas e do mercado financeiro e a ortodoxia convencional em que se apoiam” (Bresser-Pereira, 2014).

4.3 A implantação do modelo *Wage-led* e a política de valorização do salário no governo petista na concepção do novo desenvolvimentismo precursor

Ao analisar o que foi exposto sobre a teoria do novo desenvolvimentismo, a taxa de salário considerada sustentável é aquela que promove uma moderação salarial a qual relacione o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho sem deixar de atender o condicionante maior do desenvolvimento capitalista.

Esse condicionante resulta em uma taxa de lucro satisfatória para as empresas continuarem a investir e ainda a seguridade a “estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo”, ou seja, a política salarial deve ser compatível com essa estabilidade, uma vez que a mesma é condição necessária para a preservação de uma taxa de câmbio competitiva e o crescimento das exportações (OREIRO,2016).

Diante da grande perda de competitividade que a economia brasileira vem apresentando nos últimos 20 anos, os autores da teoria novo desenvolvimentista argumentam que a política adquirida pelo social desenvolvimentismo a respeito da valorização do salário, junto com essa apreciação cambial, pode ter sido um influenciador dessa perda da

competitividade e também das pressões inflacionárias do lado dos custos da produção, fatos conhecidos na economia brasileira.

Destarte, a competitividade do mercado também tem forte relação com os custos do trabalho e da produtividade no país. No caso brasileiro, este alto custo junto ao lento crescimento na produtividade que não só apresentou ser inferior aos países desenvolvidos como também a alguns países em desenvolvimento, provocou queda do lucro, conseqüentemente o investimento na indústria diminuiu.

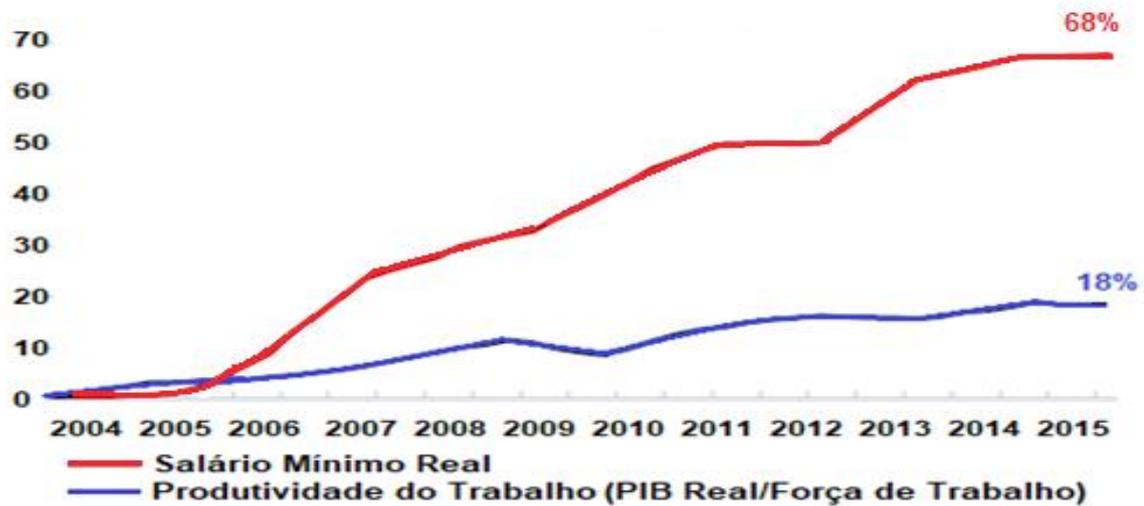
Desse modo, os autores da nova teoria destacam que o índice dos salários reais e o comparativo de custo unitário de mão de obra aumentaram consideravelmente em relação a seus concorrentes superando os da maioria dos países em desenvolvimento, devido a essa perda da competitividade, se tornando assim uma causa circular. Apesar da nova teoria ser a favor da alta taxa de salário, a mesma deve crescer junto com a produtividade para que não seja afetada por aspectos relacionados a regulação das relações trabalho.

Foi no final do primeiro mandato de Lula, com a flexibilidade do tripé macroeconômico, que o crescimento econômico - antes determinado pela oferta - seguiu determinado pela demanda agregada. A partir de então políticas macroeconômicas e sociais seriam diretamente direcionadas a elevação dessa demanda, agora focado em um crescimento de ritmo mais acelerado.

Dentre essas políticas, destaca-se a intensificação da valorização do salário mínimo com a institucionalização da regra de reajuste em 2007, a qual reduz a disparidade com relação ao salário médio do país que acompanhado da política de forte acesso ao crédito bancário e redistribuição de renda estimulou o crescimento do consumo em massa, característica básica da teoria social desenvolvimentista, seguindo o rumo do regime de crescimento do tipo *wage-led*. Esse crescimento do consumo tinha forte objetivo de estimular o investimento das empresas, fato que só seria possível se a inflação do país tivesse mantida sob controle.

Sendo assim, a política do reajuste salarial adotado no Brasil, principalmente no governo Lula, não relacionava o crescimento dos custos do trabalho a produtividade. A expansão do salário mínimo refletiu então no aumento da renda, a política era mantida pelo crescimento real medido pela variação do PIB dos anos anteriores procurando considerar a correção da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC), tendo em vista que o PIB nacional tem uma trajetória de crescimento mais alta que a produtividade do país, conseqüentemente fazendo os salários crescerem mais que a produtividade o qual podemos analisar no gráfico a seguir.

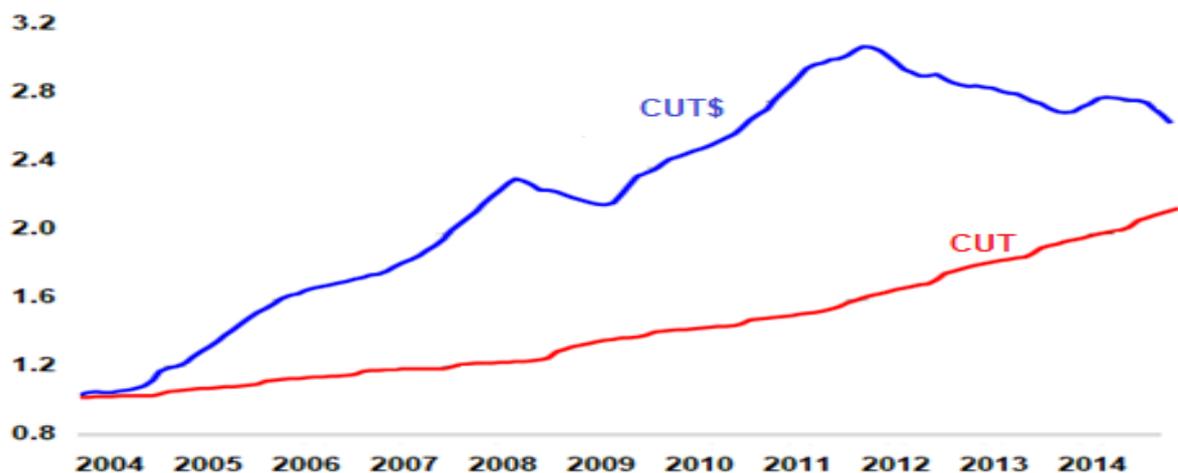
GRÁFICO 15: Salário Mínimo e Produtividade do Trabalho – Brasil, (em %).
(Crescimento cumulativo desde o 1º Trimestre de 2004)



Fonte: Cálculos do Mercado Popular com dados do IBGE

Diante disso, o crescimento real do salário mínimo superior a qualquer estimativa razoável do crescimento da produtividade do trabalho induz comportamento similar por parte de todos os estratos salariais, gerando uma tendência a evolução do custo unitário do trabalho no país, caso demonstrado pelo gráfico 16, a qual destaca-se uma aumento de 200% no custo unitário em dólar e 115% em termos nominais no período analisado.

GRÁFICO 16: Custo Unitário do Trabalho em dólar (CUT\$) e reais (CUT) – Índice 2004=1



Fonte: ABINNE, 2015.

Ao analisar o modelo *wage-led* inserido pela teoria social desenvolvimentista, o mesmo veio acompanhado do aumento do salário mínimo e dos salários em geral, aquecendo

a economia com um forte mercado interno perdendo o foco do mercado externo, o que para esse modelo é um ótimo resultado. Entretanto, esse mercado interno foi capturado pelas importações devido à valorização cambial e as indústrias brasileiras ficaram sem exportações de manufaturados e sem mercado interno.

Assim, um regime de crescimento de tipo *wage-led* é considerado um modelo incompatível com a estratégia do novo desenvolvimentismo precursor e insustentável no longo prazo, se tornando conciliável com desequilíbrios na balança de pagamentos, re-primarização da pauta exportadora e ainda desindustrialização.

Nesse contexto, conforme Fonseca (2014) “o Brasil e, mais especificamente, as indústrias brasileiras não conseguiram manter a produtividade em crescimento durante os últimos anos. O resultado foi que o país também não conseguiu sustentar sua taxa de crescimento”.

Enfim, os resultados da estratégia *wage-led* implantada no país são:

- ✓ Redução da desigualdade graças ao aumento do salário mínimo (a grande realização do modelo);
- ✓ Aumento do mercado interno, o qual foi capturado pelas importações e
- ✓ Baixo crescimento

Diante desses supostos problemas enfrentados pela política da valorização salarial acompanhada do crescimento do salário acima da produtividade implantada no governo petista, especificamente nesse cenário, é sugerido pelos autores da nova teoria desenvolvimentista como solução temporária a adoção de barreiras comerciais crescentes levando ao um fechamento progressivo do mercado externo.

Desse modo, essa solução vai contra as diretrizes da própria teoria do novo desenvolvimentismo que defende a alta expansão da exportação e ainda tendo em vista que tal solução seria um retrocesso ao modelo de substituição de importação vista na história do antigo desenvolvimentismo incompatível com a melhoria na distribuição de renda adotada como principal fator do social desenvolvimento.

Em conformidade com a nova teoria avante ao método de desvalorização da taxa de câmbio no curto prazo a transição para a depreciação da moeda para posicioná-la no lugar certo, o modelo ideal decorre do *export-led*, pois estimula o investimento que serão feitos tanto pelo mercado interno quanto para as exportações. Todavia, uma vez que essa transição é feita o coeficiente de importação e exportação se estabiliza em um nível adequado para o país, sendo necessário o modelo equilibrado.

Em síntese, os autores da teoria em questão explanam que, a escolha pela demanda interna decorrente da valorização salarial e os demais gastos do governo como motor para o desenvolvimento e crescimento do país sacrificou os demais preços macroeconômicos. Embora no governo Dilma existiu a intenção para a desvalorização da taxa de câmbio a mesma não houve sustentabilidade devido aos ciclos da política implantada que seguiu com a tendência a desindustrialização e estagnação da economia.

Diante das oposições expostas pela teoria do novo desenvolvimentismo, como síntese do que foi exposto até aqui e considerando o baixo crescimento depois de 1994, em estudo relata que o mesmo deveu-se a:

- ✓ ao câmbio apreciado cronicamente desde 1990-92 em cerca de 25% devido à não neutralização da doença holandesa desde então,
- ✓ à concorrência do trabalho barato da Ásia (China) desde a mesma época,
- ✓ ao país haver-se tornado refém da inflação (não obstante, não proibiu a indexação de qualquer contrato);
- ✓ à forte preferência pelo consumo imediato, que existiu antes e continua existindo, a qual se exprimiu em baixa poupança pública e na recusa tornar o câmbio competitivo, e foi confundida com diminuição da desigualdade.

Nesse âmbito, a macroeconomia e o novo desenvolvimentismo surgiram por meio desse diagnóstico, isto é, uma resposta concreta a essa descrição do porque o Brasil cresceu tão pouco desde o término do período de alta inflação em 1994.

A discutir a oposição do novo desenvolvimentismo com o social desenvolvimentismo, Bresser- Pereira (2014) destaca que a teoria novo desenvolvimentista também é social, porém a mesma tem uma outra natureza e demonstram ser teorias que é de difícil comparação. Não é considerada uma teoria revolucionária, nem tão pouco tem o objetivo de implantar o socialismo no Brasil, mas sim que haja desenvolvimento e menor desigualdade e proteção do meio ambiente. Por outro lado, é absolutamente impossível governar o capitalismo sem os capitalistas, pois eles têm o direito de veto e decisão para investir e impulsionar o desenvolvimento.

A vista disso, há dois tipos de capitalistas: Os empresários produtivos e os rentistas (improdutivos). Dessa forma, o desenvolvimento é a associação de elos dos trabalhadores, da burocracia pública, da classe média e dos empresários produtivos, contra os capitalistas rentistas e os financistas que administra a riqueza dos primeiros.

Por meio dessa distinção, o novo desenvolvimentismo é declarado como tomador da parte política do desenvolvimento e também de uma macroeconomia estruturalista. Essa teoria está baseada no pensamento keynesiano, no estruturalismo americano e essencialmente no método histórico (fundamentado no método de Marx).

Então, são consideradas concretas e reais pois apresentam : I) Além da demanda efetiva, é necessário acesso a ela para que haja investimento e esse acesso em um país desenvolvido não está assegurado, pois a sua taxa de câmbio está cronicamente apreciada no longo prazo; II) Os investimentos dependem da taxa de lucro esperado pelos empresários, que dependem da taxa de juros e III) Tendência a sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de cambio que deprime os investimentos (BRESSER-2014).

Já o desenvolvimentismo social é uma prática, um fenômeno realmente existente de forma assumida pela política econômica e social dos governos Lula e Dilma, apoiadas em teorias frouxamente definidas, muito vagas, que expõe uma percepção social muito forte e uma preocupação desenvolvimentista pela qual o autor afirma ser não muito bem-sucedida.

O Estado desenvolvimentista é um objetivo em comum de ambas as visões desenvolvimentistas, a qual supõe a regulação e planejamentos dos setores monopolistas, uma política cambial ativa, uma carga tributária elevada para financiar o Estado do Bem-Estar e uma coalizão de classes desenvolvimentista. O quadro a seguir evidencia em síntese as oposições dadas pelas as novas teorias.

QUADRO 4: Políticas do novo desenvolvimentismo e as reais existentes

Novo Desenvolvimentismo	Social Desenvolvimentismo (realmente existente)
✓ Taxa de câmbio competitiva (equilíbrio industrial);	✓ Forte apreciação da taxa de câmbio (abaixo do equilíbrio corrente);
✓ Imposto sobre <i>commodities</i>	✓ Contra impostos sobre <i>commodities</i> ;
✓ Superávit em conta;	✓ Déficit em conta corrente (política de crescimento com poupança externa);
✓ Exportação de manufaturados é possível e necessária;	✓ Abandono da exportação de manufaturados;
✓ Responsabilidade Fiscal;	✓ Expansão fiscal;
✓ Política industrial com equilíbrio macroeconômico;	✓ Política industrial em lugar de equilíbrio macroeconômico;
✓ Estratégia equilibrada (export-led apenas na transição para equilíbrio industrial).	✓ Estratégia wage-led.

Fonte: Elaboração Própria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contar do resistente interesse em pesquisar o novo pensamento desenvolvimentista no Brasil e sua insuficiência como superação para o subdesenvolvimento, a investigação originou-se em torno da intencionalidade dessa nova teoria em tornar o desenvolvimento econômico possível. Este trabalho delineou-se com o objetivo de realizar uma análise crítica a essa nova teoria, especificamente a teoria do novo desenvolvimentismo precursor, defendida por Bresser Pereira. Ao passo de uma percepção mais ampla do trabalho observa-se que, o desenvolvimentismo em geral está ameaçado, seja ele na sua vertente mais novo desenvolvimentista, seja ele em uma vertente mais social.

Como resultado do processo de investigação, foi possível descrever: uma discussão sobre o conceito da teoria do velho desenvolvimentismo como intenção inicial da Era Desenvolvimentista no Brasil, o conceito do novo desenvolvimentismo através da visão macroeconômica que traz a teoria e suas diversas correntes como o novo desenvolvimentismo precursor, pós-keynesiano e o social desenvolvimentismo; uma análise sobre os dados econômicos e as políticas desenvolvimentistas implantada nos governos Lula até o primeiro mandato do governo Dilma e por fim a posição de Bresser Pereira e seus seguidores sobre a política social desenvolvimentista estabelecida no período dos governos citados e suas soluções para a estagnação da economia do país.

Diante do que foi visto, entende-se que seus autores definem que a nova teoria desenvolvimentista pode ser entendida como estratégia nacional de desenvolvimento, na qual apresenta-se como um modelo adequado para o Brasil diante do quadro que o país exhibe em sua economia atual, embora não evidencie nenhuma estratégia de retomada nas teses estruturalistas.

Nessa análise certificou-se que, embora o debate novo desenvolvimentista precursor apresente políticas macroeconômicas relevantes para a economia de países de renda média, como o Brasil, a teoria não leva em consideração algumas questões do desenvolvimentismo clássico diante dos problemas os quais ainda não se mostram superados, como o subdesenvolvimento, a relação centro-periferia, a inserção internacional e o problema da dependência.

Observou-se que essa teoria, assim como o desenvolvimentismo clássico, entende como drive da economia do país a indústria de transformação. Entretanto, para os novos desenvolvimentistas, a indústria de transformação depende da competitividade preço

demasiadamente influenciada pela taxa de câmbio, considerada instrumento de principal relevância para a economia e a competitividade extra preço a qual se refere a sofisticação tecnológica. Ou seja, a nova teoria atribui grande importância ao câmbio como meio de ganho de competitividade e produtividade, tornando esse preço o centro de sua teoria econômica e desempenha pouca ênfase às políticas industriais, a qual na perspectiva desenvolvimentista é considerada junto com o emparelhamento tecnológico, o principal instrumento na busca do desenvolvimento econômico.

Assim, ao declarar a política macroeconômica e a sustentação da mesma como essencial modelo, entende-se que a política industrial deve ser subordinada a essa sustentabilidade macroeconômica, permitindo que o mercado resolva o processo de desenvolvimento, promovendo a ideia de um mercado forte juntamente com um Estado, agindo como apenas regulador na economia e não interventor e planejador da política de desenvolvimento.

Diante disso, o novo desenvolvimentismo adota a tese a qual é pouco provável que, a política industrial por si só, seja capaz de avançar no processo de mudança estrutural e de *catching up* se os principais preços macroeconômicos (a taxa de câmbio, taxa de lucro, taxa de juros, taxa de salários e taxa de inflação) não estiverem em seus respectivos níveis “corretos”.

Como foi apontado pelos autores da nova teoria, os mesmos declaram que a indústria brasileira já cumpriu sua etapa de industrialização, ocorrendo a necessidade apenas da implementação da sofisticação tecnológica, demonstrando uma contradição quando se referem a “desindustrialização” precoce ocorrida no país.

Em dados apresentados no capítulo 3 vimos que, mesmo diante de um cenário favorável das exportações no país, devido ao crescimento baseado em recursos naturais, a participação da indústria de transformação perdeu força frente a sua queda de produtividade. Apesar das políticas industriais recém implantadas no governo Lula e Dilma, as quais não houveram êxito, é detectado baixos investimentos em P&D e uma política de desenvolvimento compatível com a política macroeconômica. Percebe-se assim a necessidade de políticas industriais diretamente ligadas (além de apenas investimentos em sofisticação tecnológica) ao investimento em infraestrutura, diversificação produtiva e instalação de novas indústrias.

Assim, entende-se que a relevância de mudança estrutural e a concordância máxima com a importância da indústria é a lógica pra mudar a composição da elasticidade renda das

exportações, ou ir além da questão da exportação, transmutar a demanda interna e reduzir a elasticidade renda de importação também, sendo esse o ponto central para o desenvolvimento.

Essa regressão da indústria de transformação reflete também como a inserção internacional se comportou em nosso país, na contramão de um cenário de desenvolvimento sustentável, sendo destacado o papel enquanto fornecedor de matéria prima com aumento expressivo de exportação de bens primários e a entrada de bens manufaturados, considerando seus impactos negativos em termo de dependência tecnológica, heterogeneidade estrutural e vulnerabilidade externa, certificando insatisfatória a atual política nacional de desenvolvimento. Portanto, mesmo que o Brasil tenha concluído a sua “revolução capitalista” (BRESSER PEREIRA E THEUER, 2012) e tenha se transformado como um país de renda média, vem demonstrado lacunas no que se refere a indústria de alta tecnologia.

Mediante os dados analisados ainda no capítulo 3, também é observado o baixo percentual da participação da indústria de alta tecnologia nas exportações do país e o alto percentual dos produtos não industriais, tendo em conta também forte número de importações de manufaturados. Nesse contexto, a não intencionalidade da nova teoria diante da maneira em que a inserção internacional foi gerada no Brasil, remete de forma clara que os instrumentos não levam em consideração o pensamento estruturalista tão importante para o desenvolvimento diante da perspectiva da política industrial ativa.

Apesar da teoria do novo desenvolvimentismo precursor (especificamente) está baseada na experiência dos países do Leste Asiático (BRESSER-PEREIRA, 2016), para a autora Amsden (2007) o sucesso desses países está além dos baixos salários e de câmbio desvalorizado e sim mecanismos eficientes voltados a inovação. Nesse contexto, a inserção internacional da China, podendo ser observado diante do número de importações de seus produtos manufaturados para o Brasil aqui no trabalho apresentado e seu crescimento na economia mundial, é observado uma grande discrepância em comparação a inserção internacional do Brasil, mais um indicativo de que uma política industrial ativa deveria ser prioridade no país.

É possível verificar que a nova teoria desenvolvimentista, ao ser favorável à uma maior abertura de mercado, o novo desenvolvimentismo precursor estimularia as empresas de capital estrangeiro da indústria de transformação, e assim não é difícil perceber que intensificaria ainda mais a dependência tecnológica nacional.

Ao passo da compreensão de todos estes elementos visualiza-se que, no caso brasileiro, o legado do pensamento estruturalista está cada vez mais sendo deixado de lado. Apesar das dificuldades de torna-lo novamente ativo no país, dado o estágio do

desenvolvimento econômico nacional, torna-se explícita e real a necessidade da retomada da focalização de uma política industrial ativa e com papel fundamental para o modelo de desenvolvimento, de um pensamento voltado para a inserção internacional com maior participação nas cadeias produtivas internacionais e um olhar voltado para a dificuldade que o país sempre demonstrou de incorporar o progresso tecnológico

A partir das discussões proporcionadas pelo estudo e diante das limitações do trabalho, sugerem-se ainda proposições para futuras investigações, através da minudência da questão da implementação da nova teoria desenvolvimentista no Brasil diante dos problemas do subdesenvolvimento ainda não superados no país, pois há muito a ser explorado sobre o tema.

6. REFERÊNCIAS

AMSDEN, A. **Escape from Empire: the Developing World's Journey through Heaven and Hell**. Cambridge, Mass: MIT Press. 2007.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. **A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda**, in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo. 2010.

BASTOS, C. P., D'ÁVILA, J. G. **“O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira”**. *Revista de Economia Contemporânea*. 2009.

BIANCARELLI, A. M. ; ROSSI, P. L. **A política macroeconômica em uma estratégia social desenvolvimentista**. In FONSECA; A. FAGNANI, E. (Org.). Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania -Economia, distribuição da renda e mercado de trabalho 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, vol. 1, p. 147-16.

BIELSCHOSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 729-747, 2012.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de janeiro: Contraponto, 2005.

BIELSCHOSKY, R, MUSSI, C, C. **El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005**. In: BRASIL y Chile, una mirada hacia América Latina. Santiago de Chile: RIL Editores, 2006.

BRAGA, J. **“A inflação brasileira na década de 2000 e a importância de políticas não monetárias de controle”**. 39º Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2011.

BRAGA TADEU, H. F. **Produtividade no Brasil: análises do setor industrial**. Pesquisa de produtividade. BOLETIM: Dezembro/2015

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2004-2007**. Brasília, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L.C *ET AL*. **Doença Holandesa**, In BRESSER-PEREIRA *ET AL* (2014). Structuralist Development Macroeconomics. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.5-DutchDisease.pdf>. Acesso em 29 de janeiro 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Macroeconomia Estruturalista Do Desenvolvimento: Teoria e Política Econômica do Novo Desenvolvimentismo**, no prelo, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**, In Desenvolvimento Econômico e Crise, DELORME PRADO, L.C. (org.), Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; THEUER, D. **Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina?** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n.3 (46), 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C. & GALA, F. (2012). **O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento** In OREIRO, J.L. et al Macroeconomia do Desenvolvimento, Editora Universitária UFPE, Recife, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C, OREIRO, J. L; MARCONI, N. **Macroeconomia Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2016. Edição original em inglês, *Developmental Macroeconomics*. London: Routledge, 2014

CANO, W; SILVA, A. L. G da. **Política Industrial no Governo Lula**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n.181, 2010.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise** (A economia brasileira no último quarto do século XX). São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CARNEIRO, R. M. **Velhos e novos desenvolvimentismos**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 749-778. 2012.

CARVALHO, F. J. C. **Sistema Financeiro, Crescimento e Inclusão Seminário Financiamento do Desenvolvimento**, da série Brasil em Desenvolvimento, promovido por IE/UFRJ, CEPAL e DDAS/UFRRJ. 2003

CASTRO, A.B. **O Brasil a caminho do mercado de massas**. In VELLOSO, J.P.R. (2011), *O desenvolvimento brasileiro da era Geisel ao nosso tempo*, 1ed., Rio de Janeiro, INAE, 2011, p.365-372. 1990

CEPAL. *Estudo econômico da América Latina*. 1949. In: BIELSCHOSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

CHENERY, H. B. AND MICHAEL BRUNO. **Development alternatives in an open economy**: The case of Israel, *Economic Journal* 72, 79-103. 1962

CONTRI, André Luís. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma**. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014.

CORAZZA, G. **Resenha de Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 159-169, 1986.

CORONEL, D. A; CAMPOS, A.C; DE AZEVEDO, A. F.Z; **Política Industrial e Desenvolvimento Econômico: a Reatualização de um Debate Histórico**. **Associação Nacional**

dos **Centros de Pósgraduação em Economia – ANPEC** [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2014. CORRÊA, M. F. **A dinâmica do Investimento à luz das novas correntes desenvolvimentistas** (Dissertação em andamento). 2015.

DEPECON/FIESP. **Panorama da Indústria de Transformação Brasileira** 9ª Edição. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/panorama-da-industria-de-transformacao-brasileira/atualizacao>> Acesso em: 09 de maio 2017.

FAGNANI, E. **O desafio da desigualdade: As lições do desenvolvimento social recente no Brasil**. Edição – 53. 2011.

FERRAZ, M. B. **Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 32, jan./jun., 2009.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito**. In: CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M.; MACEDO C., M. A. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: IPEA, 2014.

FONSECA, P. C. D. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. In: BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D. (Orgs.). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo. Editora Unesp, 2012.

FONSECA, P. C. D. **O Projeto Desenvolvimentista no Brasil: Histórico e Desafio da Atualidade**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.117-128, jul.-dez. 2016.

FORJAZ, M. C. Spina. **Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945)**. Revista de Administração de Empresas, v. 24, n. 3, p. 35-46, 1984.

FURTADO, C. **A invenção do subdesenvolvimento**. Revista de Economia Política, v. 15, n. 2 (58), p. 5-9, 1995.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 2009.

FURTADO, C. **Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional**. Estudos avançados, v. 6, n. 16. São Paulo: Edusp, p.55-64, 1992.

FURTADO, C. **O fator político na formação nacional**. Estudos Avançados, v. 14, n. 40. São Paulo: Edusp, p.7-11, 2000.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

GONÇALVES, R. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, No. 31, p. 5-30, fevereiro 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas,2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 de junho 2017.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Estudos e pesquisas. Disponível em <<http://www.iepa.gov.br>>. Acesso em: 14 fevereiro 2018.

LAMONICA, M. **Modelos de Crescimento Induzido pela Demanda Compatível com Restrição Externa: a herança de Kaldor**. Pesquisa & Debate, São Paulo, vol. 22, nº 2 (40), p. 291-320, 2011.

LORA, E.; POWELL, A.; TAVELLA, P. (2011). **How will the food price shock affect in Latin America and the Caribbean?** Inter-American Development Bank (*IDB*); *Policy Brief*, Abr. 2011.

MACHADO, J. B. M.; FERRAZ, Galeno T. **Comércio externo da China e efeitos sobre as exportações brasileiras**. Brasília: CEPAL, 2005.

MATTOS, C. **O que é o Plano Brasil Maior?** 2013. Disponível em < <https://goo.gl/WENPFu>>. Acesso em 04 de fevereiro 2018.

MDIC. **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Séries históricas.** Disponível em Acesso em 11 de novembro 2017.

MEC. PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação a Distância.** Disponível em:. Acesso em: 07 de janeiro 2018.

MEDEIROS, C. A. **Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América latina.** In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. Poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MELLO e SOUSA, N. **Modernidade: desacertos de um consenso.** Campinas, UNICAMP, 1994.

MICHEL, R. & DA SILVA, J.C.F. (2005). **A macroeconomia da concentração de renda e da estagnação.** In SICSÚ, J. DE PAULA, L.F. & MICHEL, R. (Orgs.) (2005). Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo - Barueri: Editora Manole, 2005.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES – MCTIC. **Recursos Aplicados - Indicadores Consolidados.** Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/indicadores_consolidados/2_1_3.html>. Acesso em: 10 de janeiro 2018.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Nota MDS. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base.** Nos dados preliminares do universo do Censo.2010. Brasília, 2 maio 2011.

MOLLO, M.L.R & AMADO, A.M. (2015). **O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido.** *Economia & Sociedade*, v. 24, p. 22, 2015.

OREIRO, J. L. C. **Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica**, *Estudos Avançados*, vol.26, no.75, São Paulo Maio/Agosto, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/03.pdf>>. Acesso em: 17 de Setembro 2017.

OREIRO, J.L.C. **Macroeconomia do desenvolvimento: uma proposta keynesiana**. 1. Ed. Rio de Janeiro. LTC, 2016.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. **Desindustrialização: causas, efeitos e o caso brasileiro**. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2 (118), abr./jun. 2010.

OREIRO, J.L; PAULA, L.F. **“Novo-Desenvolvimentismo e a Agenda de Reformas Macroeconômicas para o Crescimento Sustentado com Estabilidade de Preços e Equidade Social”**. Associação Keynesiana Brasileira. 2009. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping.asp>. Acesso em: 17 de março 2018.

PELLEGRINO, A. C. G. T. **O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2003.

PEREIRA J.A; DATHEIN, R. **Política Industrial Como Instituição Desenvolvimentista: Uma Crítica Ao “Novo Desenvolvimentismo” Baseada Nas Experiências De Brasil E Coreia Do Sul**. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 28-57, jan-abr/2016.

PREBISCH, R. **Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1963.

PREBISCH, R. **Crítica al capitalismo periférico**. In: *Revista de la Cepal*, primer semestre, 1976.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 1949.

RODRIG, D; “**Industrial Policies for the Twenty-First Century,**” School of Government, Harvard University, September 2004.

SALM, C. **Estagnação econômica, desemprego e exclusão social.** *In* SICSÚ, J. DE PAULA, L.F. & MICHEL, R. (Orgs.) (2005). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social.** São Paulo - Barueri: Editora Manole, 2005.

SALERNO, M. S.; DAHER, T. **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce):** balanço e perspectivas. Brasília: [s.n.], 2006.

SICSÚ, J. **Emprego, Juros e Câmbio, Finanças Globais e Desemprego.** Rio de Janeiro, Elsevier. 2007.

SICSU, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R et al. **Novo desenvolvimenismo: um projeto nacional de desenvolvimento com equidade social.** Rio de Janeiro: Manolo, 2005.

SICSÚ, J. DE PAULA, L.F. & MICHEL, R. (2005). **Por que Novo-desenvolvimentismo ?** *In* SICSÚ, J. DE PAULA, L.F. & MICHEL, R. (Orgs.) (2005). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social.** São Paulo - Barueri: Editora Manole, 2005.

SUZIGAN, W. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 8, n° 4, out./dez. 1988.